O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Quarta-feira 5 de FEVEREIRO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 47958 || estadao.com.br

Oriente Médio __A11

Trump diz que assumirá controle de Gaza e propõe remoção de palestinos

__ Diante de premiê israelense, presidente americano defende retirada definitiva de toda a população do território palestino

EVAN VUCCI/AP



Netanyahu e Trump na Casa Branca: premiê israelense foi o primeiro líder a se reunir com o presidente americano no segundo mandato

Ao receber pela primeira vez o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, na Casa Branca no novo mandato, Donald Trump afirmou que os EUA assumirão o controle da Faixa de Gaza e ficarão responsáveis por limpar o enclave de bombas não detonadas e entulho. Ele não descartou o envio de tropas. Trump também propôs a retirada definitiva dos 2,2 milhões de palestinos moradores do território. Os refugiados seriam recebidos por Egito e Jordânia enquanto um novo Estado para eles não é criado em outro lugar. É a primeira vez que qualquer presidente americano fala publicamente sobre a realocação permanente dos palestinos de Gaza. Netanyahu considerou o plano "uma proposta diferente para a paz na região, sobre a qual vale a pena prestar atenção". A ideia enfrenta resistência de países árabes e dos próprios moradores do enclave. O Hamas diz que a sugestão pode gerar caos na região.

Andrés Oppenheimer __A12
Trump traiu a oposição venezuelana

Roberto DaMatta __C5
Liberty Valance e Donald Trump

Imigração __A11
Base de Guantánamo recebe primeiros voos com deportados

Tecnologia __B16
Grupo mira rede social 'à prova de bilionários'

Cinema __C1 e C2

Música e política, o tom no antigo Congo Belga

Com o jazz como ferramenta, 'Trilha Sonora para um Golpe de Estado' busca dimensionar o impacto do colonialismo.

PANDORA FILMES



Suécia __A12
Atentado a tiros em escola para adultos deixa 10 mortos

C2 'Emilia Pérez' __C4
Atriz espanhola que concorre ao Oscar é afastada de campanha

Alzheimer __C6 e C7
A chave para entender por que a doença atinge mais mulheres

Coluna do Estadão __A2
INSS reduz atendimento presencial e dobra gasto

Vera Rosa __A8
Quem ganhou a batalha dos bonés?

Coluna do Broadcast __B14
Gen-t fecha 1º acordo para banco genético brasileiro

E&N Guerra comercial __B4 e B5

China vai taxar itens dos EUA em até 15%; Google será investigado

Em resposta ao tarifaço de Trump, a China adotará, a partir de segunda-feira, taxação que vai variar de 10% a 15% para diversos produtos. Pequim iniciou investigação antitruste contra o Google.

Notas e Informações __A3
Trump, o pombo enxadrista

Delator de Lula __A6

2ª Turma do STF mantém anulação de condenações de Léo Pinheiro

Colegiado negou, por 3 a 2, recurso da PGR e chancelou decisão de Dias Toffoli favorável ao ex-presidente da OAS.

Equipamentos e programas __A10

PT vai bancar, com emendas, gastos de TV ligada à CUT e a metalúrgicos

Empresa Brasil de Comunicação firmou convênios com a TV do Trabalhador (TVT), ao custo de R$ 2,65 milhões.

E&N Inflação __B2

Alta dos alimentos vai se propagar e meta não será cumprida, avisa BC

Ata do Copom reforça aumento de mais um ponto para a Selic – hoje em 13,25% – na reunião de março.

E&N Crédito ao trabalhador __B1

Sem teto nos juros, consignado não precisará de FGTS, dizem bancos

Febraban diz que, com juro limitado, bancos podem "não ter apetite" para oferecer crédito a cliente de menor renda.

Edição de hoje
4 CADERNOS – 52 páginas

Caderno A Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para tecnar...
E&N Destacar Economia & Negócios
C2 Cultura & Comportamento, A fundo
JC Jornal do Carro

Tempo em SP
24° Mín. 28° Máx.

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

INSS diminui atendimento presencial, mas dobra gasto, aponta auditoria do órgão

Uma auditoria interna do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apontou que o órgão dobrou os gastos com atendimentos presenciais, apesar de atender cada vez menos beneficiários nas agências. O custo por atendimento presencial no órgão cresceu 116% de 2019 a 2023, mas essa modalidade de assistência caiu 61% no período, segundo o documento da Auditoria-Geral do INSS, obtido pela *Coluna*. O relatório, que apurou a gestão financeira até o fim de 2024, afirmou ainda que o instituto não adequou suas unidades à transformação digital. Procurado, o INSS afirmou que o custo envolve contratos antigos e que vai recompor sua infraestrutura digital. Nos últimos anos, o governo vem aumentando a prestação de serviços online, que é mais barata que a presencial.

EXPLIQUE. A ministra Cármen Lúcia, do STF, deu prazo de cinco dias para o governador do Pará, Helder Barbalho, se manifestar sobre a sanção de uma lei criticada porque enfraqueceria a educação indígena. Em protesto à nova regra, um grupo de indígenas ocupa há 23 dias a Secretaria de Educação do Estado, em Belém, cidade-sede da COP-30.

OUTRO LADO. Procurado, o governo do Pará não se manifestou sobre a decisão de Cármen Lúcia. A gestão Helder Barbalho nega que as mudanças na lei prejudiquem educação indígena.

IGUAL. A servidora Ana Paula de Albuquerque Lima, chefe de gabinete do senador Davi Alcolumbre citada por alvos da PF na investigação sobre o "Rei do Lixo" pela gestão de emendas parlamentares, foi transferida para o mesmo posto na presidência do Senado. A mudança foi publicada no *Diário Oficial*. Ela e Alcolumbre não são investigados.

SEM... Alvo de uma ação popular, como revelou a *Coluna*, a prefeita de Zé Doca (MA), **Flavinha Cunha** (PL), tem prazo de três dias para explicar à Justiça por que decidiu substituir o tradicional carnaval da cidade por um evento gospel. A ação aponta inconstitucionalidade no uso dos recursos públicos no evento.

...FOLIA. O advogado Jean Menezes de Aguiar, que move a ação, afirma que o "Adora Zé", como o evento vem sendo chamado, fere a laicidade do Estado, promove discriminação religiosa e representa malversação de dinheiro público. Procurada, a prefeita não respondeu.

PONTUALIDADE. Sob nova direção, a Câmara voltou a iniciar as votações em plenário, ontem, às 16h. O novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), também prometeu concluir as sessões de quarta-feira até as 20h para evitar os "madrugões" frequentes na gestão Lira.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Flavinha Cunha,
prefeita de Zé Doca (MA)

MUITA... O Planalto quer reforçar o papel de Geraldo Alckmin como vice-presidente. A ideia é que ele divida com Lula as viagens pelo País para divulgar ações do governo. A orientação faz parte da estratégia para tentar melhorar a popularidade e buscar a reeleição em 2026.

...COINCIDÊNCIA. A "missão" vem a calhar num momento em que Lula avalia tirar Alckmin do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para acomodar o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Procurado, o vice-presidente não comentou.

VODCAST 'DOIS PONTOS' | Hoje sobre Mark Zuckerberg e a Meta

WERTHER SANTANA/ESTADÃO



Guilherme Klafke
Pesquisador em Inovação - FGV

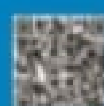
"Zuckerberg, ao se aliar a Trump, acredita que o governo dos EUA vai, no âmbito interno, desregulamentar e, no externo, protegê-lo dos outros países."

Iná Jost
Coordenadora do InternetLab

"Conhecemos a censura vinda do Estado. Mas o poder dessas empresas sobre nosso discurso muda o panorama: agora, elas que podem tomar essa decisão."



SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO



ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Conheça o que você pode anunciar no Estadão, no portal Estadão.com e na Rádio Eldorado FM.

Classificados
Anúncio de ofertas veiculado no Estadão no caderno Classificados: Automóveis, Imóveis, Vagas de Emprego e Negócios/ Oportunidades

Noticiário
Anúncio publicitário, informes e Expressão de Opinião veiculados no Estadão em posição determinada ou indeterminada

Fúnebre
Publicação de notas de falecimento, missas e homenagens a pessoas falecidas, veiculadas no Estadão em caderno específico.

Publicidade Legal
Publicação de Atas, Assembleias, Balanços, artigos e comunicados legais para fé pública, veiculados no Estadão em caderno específico.

Fale agora com um consultor

Telefone (11) 3856-2139
Whatsapp (11) 99123-8351 ou pelo QR Code
Email balcao.limao@estadao.com

Horário de Atendimento
Segunda a Sexta: 8h30 às 21h00
Sábados, Domingos e Feriados: 14h00 às 20h00

QUARTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

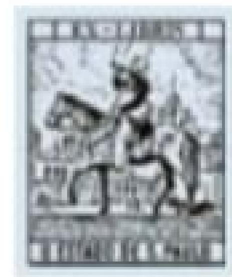
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Trump, o pombo enxadrista



Ao punir aliados como se fossem inimigos, presidente americano bagunça o tabuleiro das relações internacionais. Será difícil confiar nos EUA enquanto essa doutrina errática persistir

O presidente dos EUA, Donald Trump, se autoproclama o "homem tarifa" e diz que "tarifa" é a palavra mais bela do dicionário. Analistas ainda nutriam esperanças de que essas invectivas ficassem contidas na retórica e o emprego das tarifas seguisse o padrão mais moderado do primeiro mandato. Esse otimismo foi dizimado quando Trump abriu fogo não só contra os três principais parceiros comerciais dos EUA, mas mais agressivamente contra os dois vizinhos e aliados: Trump prometeu aumento de 10% para as tarifas da China e tarifas de 25% para o México e o Canadá. Logo depois, suspendeu temporariamente as taxas sobre os vizinhos, mas a mensagem foi clara: as tarifas serão mais agressivas e generalizadas, e ninguém está seguro. Não são só batalhas comerciais contra este ou aquele país, mas uma guerra contra o comércio global.

Para Trump, as tarifas servem a múltiplos objetivos econômicos: restaurar a indústria nacional, gerar receitas e reduzir o déficit comercial. Mas dois séculos de experiência econômica demonstram que, na melhor das hipóteses, seu efeito é inócuo e, na pior (e mais provável), contraproducente. E os danos exacerbarão os problemas econômicos. Uma vez que as tarifas não serão empregadas só com fins comerciais, mas como ferramentas para coagir países a cumprir todo tipo de demanda, elas alienarão aliados. E, uma vez que são aplicadas por meio de expedientes legalmente questionáveis, degradarão o Estado de Direito nos EUA.

Algumas indústrias se beneficiarão no curto prazo, mas isso não compensará os custos repassados aos demais consumidores e produtores, sobretudo aos consumidores mais pobres e produtores menores, que, em geral, dependem mais de produtos importados.

Mesmo majoradas, as tarifas responderão por uma fração marginal das receitas públicas e não abrirão muito espaço para reduzir impostos ou a dívida pública. A balança comercial é menos afetada por políticas comerciais do que por fatores macroeconômicos, como poupança, padrões de investimento, valor da moeda ou políticas fiscais. De resto, o aumento das alíquotas tende a ser anulado pela redução das importações. E, se as importações diminuírão, as exportações também diminuirão, primeiro, porque um dólar mais forte tornará os produtos americanos mais caros para outros países, depois, pelas retaliações que os alvejados se verão obrigados a impor.

Pagando mais pelos melhores produtos que o mundo oferece, a indústria americana ficará menos competitiva. Para piorar, o protecionismo estimula o clientelismo e desencoraja a inovação, resultando em menos empregos, renda, receitas e crescimento econômico.

Se o impacto sobre a economia americana é negativo, sobre os países atingidos é ainda mais. Trump aposta nessa assimetria para conquistar outras metas, como obrigar o México e o Canadá a coibir a imigração ou o tráfico de drogas. Mas um México mais pobre só agravará esses problemas, enquanto a participação do Canadá neles é irrisória. Os dois vizinhos têm uma economia altamente integrada aos EUA por tratados de livre comércio. Além dos danos econômicos para todos, a mensagem aos aliados dos EUA é de que o país não é confiável.

A destruição da rede de alianças ocidentais é um sonho tornado realidade para adversários como China e Rússia. Economicamente, a China perderá mais com um desacoplamento comercial com os EUA, mas isso a obrigará a buscar estratégias independentes para criar novas tecnologias (como já acontece com o 5G ou a inteligência artificial). Uma China menos interdependente tenderá a aumentar, não a diminuir, suas políticas totalitárias, agravando riscos geopolíticos que as tarifas de Washington supõem afastar e facilitando alianças de Pequim com países ressentidos com os EUA.

Se há alguma verdade no bordão tipicamente americano de que não há ganho sem dor ("*no pain, no gain*"), nem por isso toda dor é produtiva. Neste caso, só haverá dor, e nenhum ganho. Economicamente, todos perderão. Geopoliticamente, é como se Trump fosse um pombo enxadrista, que bagunça o tabuleiro e estufa o peito cantando vitória. A ofensiva tarifária degrada a aliança das democracias e fortalece as autocracias. Ela não tornará a "América grande de novo", só tornará o mundo mais pobre e perigoso.●

O STF ideal e o real

Barroso está certo: a Justiça deveria ser técnica, imparcial e isenta de paixões políticas. Mas a dura realidade é que o próprio STF tem se afastado cada vez mais desse ideal

Ladeado pelos chefes do Executivo e do Legislativo, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, inaugurou o ano judiciário apresentando dados protocolares da Justiça e tecendo considerações genéricas sobre sua missão, como, aliás, convém a uma cerimônia desse tipo. Mas, como dizia a célebre ponderação do filósofo José Ortega y Gasset, "eu sou eu e minha circunstância", e a circunstância da Corte é bem mais tumultuosa do que sugere o discurso de seu presidente.

"Todas as democracias reservam uma parcela de poder para ser exercida por agentes públicos que não são eleitos pelo voto popular, para que permaneçam imunes às paixões políticas de cada momento", disse Barroso. "O título de legitimidade desses agentes é a formação técnica e a imparcialidade na interpretação da Constituição e das leis." A fala, em tese, é irretocável. O problema é a sua discrepância com as práticas da Corte.

Pesquisas registram que a credibilidade do STF está em franco derretimento. No núcleo da desconfiança está justamente a percepção de que sua atuação é movida por paixões políticas, não só para interpretar a Constituição e as leis, mas reformulá-las.

"Somos contra todo tipo de abusos", disse Barroso. Mas como conciliar essa intransigência com o fato de que mais de 90% dos magistrados e procuradores recebem acima do teto estabelecido pela Constituição que deveriam guardar?

"Celebramos a vitória das instituições e a volta do País à normalidade plena", disse Barroso. Mas será normal haver inquéritos secretos que já duram milhares de dias, ao abrigo dos quais já se praticaram desde suspensões de perfis em redes sociais a censuras a veículos de comunicação? Quando Dias Toffoli dizima monocraticamente provas, confissões e punições no âmbito da Operação Lava Jato com fundamento na narrativa conspiratória petista, é de "técnica" e "imparcialidade" que se está falando? O próprio Barroso, supostamente a salvo das paixões políticas, vangloriou-se, num evento estudantil, de ter ajudado a derrotar o bolsonarismo.

"Decidimos as questões mais complexas e divisivas da sociedade brasileira", disse Barroso. Eis o maior problema: a esmagadora maioria dessas questões deveria ser decidida pelo Parlamento. A parte que toca ao STF é crucial, mas limitada: exercer o controle de constitucionalidade.

A Corte, entretanto, vem ampliando a compreensão a respeito de suas próprias competências, ora atuando como uma espécie de Poder moderador entre os outros Poderes, ora agindo no lugar deles. Só no ano passado, o STF emitiu ordens executivas que abrangem desde as políticas de câmeras em uniformes policiais, passando por medidas de combate a queimadas até os preços de sepulturas, e disfarça cada vez menos sua ambição de legislar sobre questões como o aborto, liberação das drogas e regulação das redes sociais.

Alternando entre o triunfalismo e o vitimismo, os ministros frequentemente atribuem o descrédito à desinformação dos "inimigos da democracia". Mas as pesquisas mostram que a desconfiança grassa à esquerda e à direita, e vai muito além da militância bolsonarista. As críticas mais contundentes não atingem o papel da Corte na defesa da democracia, mas justamente os abusos cometidos em nome dessa defesa.

Barroso está correto. O ideal da Justiça é de um quadro de servidores qualificados que arbitram conflitos sobre os quais não têm parte, aplicando leis que não criaram. Mas o sentimento predominante é de uma Corte instável, conivente com abusos e politizada.

Se os ministros não querem se fiar neste jornal, ouçam seus próprios pares. "Cabe sempre observar o limite da Constituição", disse recentemente o vice-presidente da Corte, Edson Fachin. "Ao Direito o que é do Direito, e à política o que é da política", declarou Fachin, que acrescentou, sabiamente, que, "numa democracia, não cabe ao árbitro construir o resultado", ou seja, "o juiz não pode deixar de responsabilizar quem violou as regras do jogo, mas não lhe cabe dizer quem vai ganhar".

Essas advertências foram feitas no aniversário do infame ataque do 8 de Janeiro às sedes dos Três Poderes, e deixam uma questão incômoda: seriam necessárias se o País gozasse mesmo de "normalidade plena"?●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

O agro brasileiro e o combate à fome mundial

João Guilherme Sabino Ometto

Será importante que avancem, já em 2025, as ações da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada na Cúpula do G-20 realizada no Rio de Janeiro no final de 2024. O encontro, sob a presidência do Brasil, ganhou significado ímpar na história do grupo, ao abordar um dos desafios contemporâneos mais críticos da humanidade: a segurança alimentar. A expectativa é de que a iniciativa, proposta por nosso país, protagonista global do agro, tenha êxito, de modo que seja possível avançar de modo expressivo nessa meta, que é aderente à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Foi bastante promissor o engajamento inicial de 80 nações ao projeto, visando a enfrentar uma situação, já muito grave, que vem piorando nesta década, em contraste com as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Trata-se de uma inadiável prioridade, pois, segundo dados da própria entidade, cerca de 828 milhões de pessoas enfrentaram a fome no planeta em 2023, configurando um aumento preocupante em relação aos anos anteriores. Além disso, aproximadamente 2,3 bilhões viviam em insegurança alimentar moderada ou grave.

As ações propostas na Cúpula do G-20 são consistentes para enfrentar esses desafios. Dentre as principais iniciativas, entendo que as mais relevantes sejam a transferência de renda para 500 milhões de pessoas em países de baixa renda até 2030, a expansão de refeições escolares de alta qualidade para 150 milhões de crianças em regiões com alta taxa de pobreza infantil e a implementação de programas de inclusão socioeconômica de 100 milhões de pessoas, com foco especial nas mulheres. A origem dos recursos também está fundamentada de modo adequado, com financiamento por parte de organismos multilaterais de fomento, como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Felizmente, ambas as instituições mostram-se dispostas a oferecer crédito e doações para apoiar os programas.

> ***É possível vislumbrar um futuro no qual a insegurança alimentar e a miséria sejam erradicadas***

Resta esperar que as medidas sejam cumpridas em termos concretos, ao contrário do que se observa, por exemplo, no contexto do combate ao aquecimento global, no qual o Acordo de Paris segue patinando desde sua instituição, em 2015, sem que os países ricos respeitem de modo pleno o compromisso assumido quanto ao aporte de recursos. Enquanto a relevante questão segue sendo discutida e causando controvérsias, como na 29.ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-29), realizada no Azerbaijão no final de 2024, a elevação da temperatura da Terra vai se acentuando, causando cada vez mais enchentes, tufões e secas prolongadas, dentre outros fenômenos.

Além da proposta do Brasil ao G-20, o País já vem contribuindo muito neste século para reduzir a fome, por meio do avanço do nosso agronegócio, que assumiu posição de destaque no cenário internacional. Cabe lembrar que somos uns dos maiores exportadores de alimentos, fornecendo comida para cerca de 1,5 bilhão de pessoas, com nossa produção de soja, milho, feijão, carne bovina, suína e de frango, dentre outros itens que brotam da terra brasileira.

Tal eficiência resulta de algumas décadas de inovação e desenvolvimento de tecnologias, possibilitando que tenhamos agricultura e pecuária sustentáveis. Adoção do chamado plantio direto, rotação de culturas, uso de bioinsumos, aumento da produtividade, permitindo colher mais em áreas cada vez menores, desenvolvimento dos créditos de carbono e Código Florestal rigoroso fazem da nossa agropecuária uma referência mundial também em termos ambientais. Nesse aspecto, cabe destacar a importância do setor no processo de transição energética, como um dos maiores produtores mundiais de etanol e outros biocombustíveis, fator que se soma à criação da tecnologia dos motores flex e, mais recentemente, ao desenvolvimento dos carros híbridos.

No entanto, o agronegócio brasileiro ainda enfrenta alguns obstáculos que precisam ser superados para garantir seu avanço contínuo. Dentre os principais desafios estão a infraestrutura logística precária, em especial de transportes, que pressiona os custos e provoca desperdícios de produtos, e a dificuldade de acesso a crédito para financiamento das safras, principalmente para pequenos e médios produtores, que, aliás, são uns dos focos prioritários da proposta do Brasil ao G-20. Também penso ser necessário promover a capacitação dos produtores rurais e ampliar cada vez mais o acesso do campo à inovação e à tecnologia.

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, se efetivada em termos práticos pelas nações signatárias, pode representar um grande passo na luta contra esses flagelos de nossa civilização. Com o aporte dos recursos anunciados no Rio de Janeiro, a implementação de políticas públicas eficazes, os investimentos em tecnologias sustentáveis e o fortalecimento permanente do agronegócio, é possível vislumbrar, com responsável otimismo, um futuro no qual a insegurança alimentar e a miséria sejam erradicadas, garantindo uma vida digna para bilhões de pessoas em todo o planeta. ●

ENGENHEIRO PELA ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS (EESC-USP), EMPRESÁRIO, É MEMBRO DA ACADEMIA NACIONAL DE AGRICULTURA (ANA)

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Enchentes em SP

Jardim Pantanal

Muito interessante o sr. prefeito de São Paulo falar em retirar os moradores do bairro Jardim Pantanal por causa das enchentes constantes, em vez de construir o dique que controlaria as águas (**Estadão**, 4/2, A11). As pessoas já se instalaram ali, moram ali há anos, têm família, parentes, filhos nascidos lá. Dinheiro para a obra tem, mas o poder público já perdeu essa guerra.

Alberto Utida
São Paulo

Remoção do bairro

Para o prefeito Ricardo Nunes, a única saída para resolver o problema crônico das enchentes no Jardim Pantanal, em São Paulo – e o nome do bairro já diz tudo –, é, num passe de mágica, retirar do local aproximadamente 45 mil pessoas. E para onde ele pretende levá-las?

Beatriz Campos
São Paulo

Vale

As intenções de Lula

Sobre o editorial *O que Lula quer da Vale* (4/2, B6), faltou dizer sobre a contratação de um jornalista "amigão" de Lula para o cargo de comando da diretoria de Relações Institucionais da Vale. Por notório saber é que não foi.

Vital Romaneli Penha
Jacareí

Política nacional

Centro democrático

Em articulada reflexão, políticos que se definem como centristas democráticos (**Estadão**, 4/2, A4) consideram que chegou a hora de desabrochar lideranças representativas do imenso contingente de brasileiros que não têm simpatia pelos extremos e se proponham a governar nosso país. Difícil de acontecer, por não se sujeitarem ao baixo nível das campanhas eleitorais e, principalmente, porque, ao mesmo tempo que não aceitariam "comprar" congressistas, também não estariam dispostos a se submeter às pressões de parlamentares que ao longo de sucessivos mandatos construíram seus feudos. A única *luz no fim do túnel* seria acabar com os *mandatos vitalícios*, permitindo só uma reeleição para cada cargo político.

Eduardo San Martin
São Paulo

Educação

O MEC e o EAD

Esclarecedoras e pertinentes as considerações de Claudio de Moura Castro no **Estadão** de 2/2 (A5) sobre ensino a distância (EAD) e a regulamentação proposta pelo MEC para a questão. Destaca críticas pertinentes a descalabros que ocorrem em cursos superiores de EAD, mas chama a atenção para o fato de que não há, em princípio, superioridade do presencial em relação ao EAD, como demonstram resultados do Enade. Apresenta exemplos bem-sucedidos da utilização do ensino a distância por renomadas instituições de ensino no exterior e relembra, no caso brasileiro, a pioneira e valiosa contribuição para o ensino profissionalizante de instituições de ensino por correspondência e do *Telecurso 2000*, com suas aulas de excelência didática, interessantes e de conteúdo educativo relevante, transmitidas por meio do uso inteligente e criativo da palavra e de recursos cênicos. Acertadamente, pondera que, numa visão sistêmica, em vez de acentuar as diferenças entre presencial, híbrido e EAD, faria mais sentido que o MEC visse essas três modalidades como um *continuum*; e que cada vez menos é conveniente um presencial sem momentos a distância. Conclui o autor indagando ser difícil descobrir se o objetivo do documento do MEC é atrapalhar o EAD ou apenas reflete a estreiteza dos conhecimentos de quem o redigiu. Na minha opinião, as duas alternativas juntas seriam a correta conclusão. Percebo nas manifestações de destacados professores universitários e dos que ocupam prestigiadas reitorias ou cargos de decisão em universidades públicas brasileiras uma rejeição à adoção do ensino a distância. Essa adoção ocorre, por exemplo, seja para compor parte da carga horária como permitido pela legislação, seja para enriquecer a formação dos estudantes pela incorporação, pelo EAD, de conhecimentos diversos situados em campi localizados em regiões distintas, seja pelo uso do EAD para diminuir a evasão de estudantes nas séries iniciais de cursos como os de Exatas, oferecendo, neste caso, no semestre imediato, via EAD, disciplinas às quais o aluno só teria acesso presencialmente um ou mais semestres depois, muitas vezes por falta de espaço físico. A rejeição ao uso do EAD talvez se justifique pelo forte corporativismo obscurantista vigente em meios universitários, que enxerga o EAD como inimigo do presencial, capaz de acabar com os cargos dos professores.

Wagner Gindro
São José dos Campos

ESPAÇO ABERTO

O mundo está errado?

Basilio Jafet

Convencional, retrógrado, desatualizado, tradicional, conservador... Vários são os adjetivos que, não raro com lastro em preconceitos e ideologias, são empregados para definir o termo ortodoxo.

Acontece que ortodoxia, em sua essência, significa conformidade com uma doutrina ou crença considerada correta e que mostra bons resultados na vida real. É a adesão a um conjunto de princípios estabelecidos, muitas vezes de natureza religiosa, filosófica ou programática.

Quando levada ao contexto de políticas econômicas, ações tais como livre mercado, com pouca intervenção do Estado na economia; austeridade fiscal, com limitação dos gastos públicos, controle da inflação e busca de equilíbrio financeiro; abertura dos mercados; e taxa de câmbio flutuante têm revelado maior eficácia no decorrer dos últimos séculos. São, portanto, cognominadas ortodoxas.

Nações que adotam esse modelo têm proporcionado bons resultados aos seus cidadãos. O vizinho Chile é um arquétipo. Após a crise econômica da década de 1970, o país adotou um conjunto de reformas econômicas inspirado nas ideias de Milton Friedman – defensor do liberalismo e um dos economistas mais influentes do século 20 –, conquistando crescimento econômico e controle da inflação nas décadas seguintes.

Embora seja necessário considerar inúmeras variáveis, percebe-se que os conceitos acima mencionados funcionam (e sempre funcionaram) bem no mundo como um todo. Países da Europa Ocidental – caso da Polônia, Hungria e República Checa – realizaram reformas econômicas apoiadas em princípios neoliberais para fazer a transição para uma economia de mercado. E países asiáticos, como Coreia do Sul e Taiwan, combinaram elementos de planejamento estatal com políticas de mercado.

Em paralelo, há uma miríade de países em que experiências heterodoxas deram muito errado. Grécia e Portugal, por exemplo, se reergueram após reorientar sua economia pelas premissas ortodoxas. A Argentina, após décadas de heterodoxias com resultados desastrosos, vai na mesma direção. Está pagando um preço expressivo, mas finalmente começam a aparecer resultados auspiciosos. Enquanto isso a Venezuela segue com foco no controle artificial dos preços, na nacionalização de empresas e no constante aumento dos desembolsos por parte do governo. A consequência é a falência da economia, dependente do auxílio de parceiros geopolíticos para sobreviver.

> *Gastar desenfreadamente e ampliar a dívida pública estão na contramão do que têm feito as nações, democráticas ou não*

É inequívoco que liberalismo e rigidez fiscal dão base ao desenvolvimento econômico e social sustentado, o que nos faz refletir sobre quais seriam os fundamentos atualmente ponderados pelo Brasil para resistir aos fatos e ignorar as lições que o mundo oferece.

Há décadas ouvimos que o Brasil será o "país do futuro". Nossa democracia é consolidada. Possuímos um clima abençoado e não temos problemas étnicos, religiosos ou fronteiriços. Nossa produção agrícola é suficiente para alimentar quase 1 bilhão de pessoas e nossos recursos minerais podem abastecer o mundo por séculos. Além disso, contamos com um arcabouço legal que, malgrado suas imperfeições, funciona independentemente de injunções políticas dos governos de plantão, e oferece segurança ao investimento. A população superior a 212 milhões de pessoas, a maioria hoje considerada de classe média, representa uma massa de consumo como poucas no planeta. Embora não se possa dizer que o Brasil seja 100% heterodoxo, as atuais práticas adotadas se mostram cada vez mais distantes dos princípios ortodoxos de sucesso, especialmente no que diz respeito aos gastos públicos irrefreados e à insistência em manter o peso do Estado na economia, renunciando, por exemplo, à desestatização de empresas públicas – algumas sem qualquer razão para existir.

A opção pelo populismo fiscal, mostra a História, gera uma enorme conta a ser paga pelos cidadãos. É como o cartão de crédito, cuja fatura do mês seguinte cobra o preço da inconsequência. Aconteceu antes e acontece agora, espelhada na forte desvalorização do real nos últimos meses, queda da Bolsa, fuga de investimentos, alta da inflação e na necessidade de aumentar os juros para tentar evitar total descontrole.

Para impedir o avanço desse pernicioso processo, a saída é clara: responsabilidade fiscal na veia. Conter os gastos públicos, por meio de uma reforma administrativa de fato, o que, em nome do bem maior, exige uma concertação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ainda, seguir adiante nas reformas estruturais, incluindo a previdenciária, que precisa ser ajustada.

Medidas impopulares são como vacinas. Doem no momento, geram desconforto no dia seguinte, mas imunizam contra males que poderiam até ser fatais.

Gastar desenfreadamente e ampliar a dívida pública estão na contramão do que têm feito as nações, democráticas ou não. Abrem portas para a debacle econômica que leva ao colapso e penaliza os mais pobres.

O mundo está errado? É certo que não. Que saibamos, pois, aprender as lições que ele oferece para ingressar em um círculo virtuoso e bem aproveitar as vantagens competitivas do Brasil. ●

DIRETOR DO GRUPO JAFET, É VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO SECOVI-SP

TEMA DO DIA

ANDY WONG/AP



Economia

China impõe tarifas sobre produtos dos EUA em resposta à taxação de Trump

O Ministério do Comércio da China disse que implementará tarifas de repressão aos EUA e cobrará 15% sobre produtos de carvão e gás natural liquefeito e de 10% sobre petróleo bruto, máquinas agrícolas e carros de grande cilindrada. ●

5.045 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Antes era 'guerra fria', agora é 'guerra comercial'. Que vençam os melhores."
RUBENS JR.

● "Quem precisar comprar mais do outro é que vai penar com os preços."
ROBERTO JAMES

● "Se Trump não voltar atrás, criará um problema difícil de resolver."
WILSON GUEDES

● "De problemas alheios, podem surgir grandes oportunidades. O Brasil pode tirar muito proveito disso tudo."
FELIPE MIRANDA

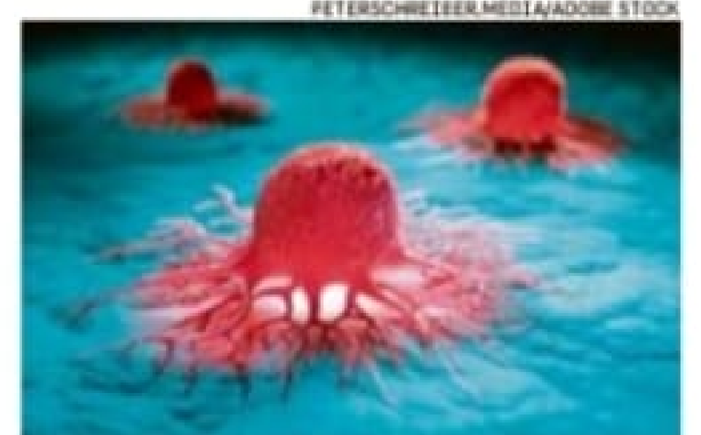


NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LOBEstadao

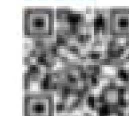
Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

PETERSCHREIBER.MEDIA/ADOBE STOCK



Saúde



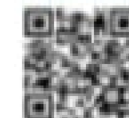
Câncer: especialistas esclarecem 7 grandes dúvidas. ●
https://bit.ly/4jD5Apb

E-investidor



As melhores ações para ganhar dividendos agora. ●
https://bit.ly/3CLyvqf

Newsletter



Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02588-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estadao@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com

Eufrázio

Lava Jato

2ª Turma do STF mantém decisão que anulou condenações de Léo Pinheiro

Por 3 votos a 2, colegiado nega recurso da Procuradoria-Geral da República e chancela medida de Dias Toffoli que beneficiou o ex-presidente da OAS, principal delator de Lula

RAYSSA MOTTA

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) chancelou, por 3 votos a 2, a decisão do ministro Dias Toffoli que anulou todos os processos e condenações do empresário Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, na Operação Lava Jato. Os ministros Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques acompanharam o voto de Toffoli. Edson Fachin e André Mendonça ficaram vencidos.

Réu confesso, Léo Pinheiro fechou um acordo de colaboração premiada com a força-tarefa de Curitiba e admitiu propinas a agentes públicos e políticos. Ele ficou preso durante três anos e quatro meses, entre 2016 e 2019. A delação serviu de base para a investigação do caso do triplex do Guarujá (SP), que levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva à prisão, em abril de 2018 (*mais informações nesta página*). A defesa agora alega que o empresário foi forçado a assinar o acordo.

Em decisão de setembro do ano passado, Toffoli concluiu que Léo Pinheiro foi vítima de um "conluio" entre o ex-juiz Sérgio Moro – o hoje senador conduziu a Lava Jato na primeira instância da Justiça – e procuradores da força-tarefa de Curitiba e que seus direitos foram violados nas investigações e ações penais.

O ministro decretou então a "nulidade absoluta de todos os atos praticados em desfavor do requerente no âmbito dos procedimentos vinculados à Operação Lava Jato pelos integrantes da referida operação e pelo ex-juiz Sérgio Moro no desempenho de suas atividades perante o Juízo da 13.ª Vara Federal de Curitiba, ainda que na fase pré-processual".

Toffoli estendeu a Léo Pinheiro decisões que beneficiaram Lula, os empresários Marcelo Odebrecht e Raul Schmidt Felippe Júnior e o ex-governador do Paraná e hoje deputado Beto Richa (PSDB).

PGR. A Segunda Turma do Supremo analisou, no plenário virtual, um recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a decisão de Toffoli. O chefe do Ministério Público Federal, Paulo Gonet, argumentou que o ministro não poderia ter usado a decisão que beneficiou Lula para anular os processos contra o empresário porque as situações são diferentes. Segundo o procurador-geral, a defesa de Léo Pinheiro deveria apresentar seus recursos nos respectivos processos, que deveriam ser analisados, caso a caso, na primeira instância. Caso contrário, no entendimento de Gonet, o Supremo estaria atropelando as instâncias inferiores.

'IDENTIDADE'. Em seu voto, Toffoli afirmou que há "inequívoca demonstração de identidade de situação entre o ora agravado (*Léo Pinheiro*) e os beneficiados pelas decisões paradigmas (*Lula, Odebrecht, Richa e outros*)". "Não há dúvida de que o conluio não se dirigia exclusivamente ao presidente Lula ou ao governador Beto Richa", escreveu o ministro.

Toffoli destacou que anulou as decisões contra Léo Pinheiro na Lava Jato, mas não determinou o trancamento automático das ações penais, o que deve ser avaliado nas instâncias competentes. Segundo ele, isso afasta o argumento de que o STF não teria competência para julgar o pedido do ex-presidente da OAS.

De fato, cabe aos juízes responsáveis pelos processos contra Léo Pinheiro analisar se há elementos para dar continuidade às ações. No entanto, na prática, como Toffoli anulou provas e decisões desde o recebimento da denúncia, os casos foram esvaziados.

Ao acompanhar o colega, Gilmar Mendes disse que Léo Pinheiro foi submetido a "diversas irregularidades e ilicitudes durante a tramitação dos inquéritos e das ações penais". "Há inúmeros diálogos transcritos que demonstram a eleição de Léo Pinheiro como alvo político dentro do objetivo maior que era prender e condenar o presidente Lula", escreveu o decano da Corte.

A decisão da Segunda Turma não afeta o acordo de delação do empresário, que continua válido. A multa imposta a Léo Pinheiro na colaboração premiada foi de R$ 45 milhões.

'VIOLAÇÃO'. Fachin votou a favor do recurso da Procuradoria. Na avaliação do ministro, "absolutamente não se verifica a presença de identidade fática e similitude" entre a situação de Léo Pinheiro e as decisões que beneficiaram outros réus na Lava Jato. Ele argumentou que os pedidos de extensão só podem ser concedidos se houver "absoluta identidade entre o julgado invocado como paradigma e o caso em que se busca a extensão".

"Não se pode, a pretexto de pedidos de extensão, examinar pedidos genéricos sobre as mais variadas investigações decorrentes da Operação Lava Jato, sob pena de violação ao juiz natural e às regras de competência", defendeu.

O ministro também criticou o fato de a decisão de Toffoli ter tomado como base diálogos hackeados de integrantes da Lava Jato obtidos na Operação Spoofing, que prendeu o grupo responsável pelo ataque cibernético. "Ressalta-se que essas mensagens foram ilegalmente interceptadas e submetidas à análise pela Polícia Federal, constatando-se a impossibilidade de se aferir a autenticidade do seu conteúdo e da sua integralidade em momento anterior a sua apreensão", ressaltou o ministro.

Fachin ainda observou que, embora não tenha anulado a delação de Léo Pinheiro, a decisão de Toffoli esvazia investigações fundadas no acordo. ●

"Há inúmeros diálogos que demonstram a eleição de Léo Pinheiro como alvo político dentro do objetivo maior que era prender e condenar o presidente Lula"
Gilmar Mendes
Ministro do STF

"Não se pode, a pretexto de pedidos de extensão, examinar pedidos amplos e genéricos, sob pena de violação ao juiz natural e às regras de competência"
Edson Fachin
Ministro do Supremo

LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ex-presidente da OAS Léo Pinheiro; empresário fechou acordo de delação em 2018 e confessou crimes

Para lembrar

Empresário foi peça-chave em ação contra petista

• Caso triplex
O caso do triplex no Guarujá (SP) foi o primeiro processo em que Luiz Inácio Lula da Silva virou réu na Operação Lava Jato, acusado de se beneficiar do esquema de corrupção e desvios na Petrobras

• Denúncia
A denúncia do Ministério Público Federal, de maio de 2016, sustentou que Lula recebeu propina da OAS, entre 2006 e 2012 – parte desse valor foi repassada por meio de um triplex no Guarujá, segundo a acusação

• Depoimento
Em abril de 2017, interrogado pelo então juiz Sérgio Moro, o empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS, afirmou que "o apartamento era do presidente Lula", em referência ao triplex. "O apartamento era do presidente Lula. Desde o dia que me passaram para estudar os empreendimentos da Bancoop já foi me dito que era do presidente Lula e sua família, e que eu não comercializasse e tratasse aquilo como propriedade do presidente", relatou o empresário. Declarou, ainda, que, para bancar a reforma no apartamento, usou "dinheiro de propina"

• Condenação
Em julho de 2017, Lula foi condenado a nove anos e seis meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso envolvendo a OAS e o triplex. A condenação foi mantida na segunda instância e no Superior Tribunal de Justiça (STJ)

• Prisão
Após o STF rejeitar um habeas corpus para Lula, Moro determinou a prisão do petista, em abril de 2018. Ele se entregou à Polícia Federal

• Delação
Léo Pinheiro fez acordo de delação e confessou crimes. Agora, porém, diz que foi coagido a assinar a colaboração

Poderes

Barroso reage a críticas sobre gastos do Judiciário e diz que são 'injustas'

Segundo presidente do STF, há 'penduricalhos inaceitáveis', 'mas há situações legítimas' que se justificam por alto volume de ações

HENRIQUE SAMPAIO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, afirmou que muitas das críticas aos gastos do Judiciário são "injustas". Em entrevista à GloboNews, anteontem, o ministro argumentou que parte dos adicionais salariais recebidos por magistrados tem respaldo legal e se justifica pelo volume de processos.

Segundo Barroso, juízes brasileiros lidam com uma carga processual acima da média global, o que torna necessária a concessão de indenizações. Acréscimos são legítimos, por exemplo, quando magistrados acumulam processos de colegas ou têm férias pagas no mês. E ressaltou: "Há penduricalhos que são inaceitáveis e devem ser questionados judicialmente. Mas há situações legítimas".

TRANSPARÊNCIA. O ministro também respondeu a questionamentos sobre a transparência nos gastos do Supremo. "Não há nenhum dinheiro público gasto pelo Supremo que não esteja no Portal da Transparência", declarou.

O pagamento de benefícios adicionais a magistrados tem provocado despesas expressivas. Conforme relatório da Transparência Brasil, a conversão de licença compensatória em dinheiro, autorizada pelo Conselho Nacional de Justiça em outubro de 2022, aumentou, em média, R$ 12.400 os contracheques de 8.736 magistrados, resultando em um gasto total de R$ 819 milhões em 16 meses.

ANTÔNIO AUGUSTO/STF



Presidente do STF, Barroso negou falta de transparência

Durante esse período, 870 juízes receberam vencimentos acima de R$ 100 mil, e pelo menos 4.200 magistrados ultrapassaram essa quantia devido ao benefício. O maior valor registrado foi o de um desembargador de Pernambuco, que recebeu R$ 313,2 mil adicionais.

GRATIFICAÇÃO. O benefício surgiu a partir da gratificação por exercício cumulativo, que acrescentava 1/3 do salário para juízes que acumulassem funções por mais de 30 dias. Antes, esse valor era considerado remuneratório e estava sujeito ao teto constitucional, mas a nova regulamentação permitiu sua conversão em pagamento extra, elevando os montantes recebidos sem descontos.

Na cerimônia de abertura do Ano Judiciário, Barroso já havia discursado em tom de defesa do Poder. "Nós somos contra todo o tipo de abuso, e a Corregedoria Nacional de Justiça está atenta", afirmou. "Mas é preciso não supervalorizar críticas que muitas vezes são injustas ou fruto da incompreensão do trabalho dos juízes."

O presidente do STF apresentou números do orçamento do Judiciário e relatou projetos em andamento. Segundo ele, desde 2017, o orçamento da instituição se mantém com reajuste apenas pela inflação. Destacou ainda que, em 2024, foram devolvidos R$ 406 milhões ao Tesouro Nacional.

De acordo com Barroso, os gastos do Judiciário vêm diminuindo proporcionalmente ao orçamento público e representam hoje (incluindo Ministério Público e Defensoria Pública) 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Compensação

CNJ liberou pagamento em dinheiro de licença no fim de 2022 que gerou custo extra de R$ 819 milhões

As declarações ocorrem em meio a debates sobre o acúmulo de penduricalhos nos salários de juízes, procuradores e promotores (como a chamada "dezembrada" revelada pelo **Estadão** em série de reportagens) e os altos salários no funcionalismo público em geral. Em dezembro, a proposta do governo de estabelecer regras mais rígidas para pagamentos acima do teto constitucional provocou reações no Judiciário. Desde o dia 1.º de fevereiro, o teto salarial do funcionalismo subiu para R$ 46.366,19, valor equivalente a mais de 30 vezes o salário mínimo nacional. ●

Transparência

Dino libera repasses de emendas a 9 ONGs; duas seguem vetadas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino autorizou ontem o pagamento de emendas parlamentares para nove ONGs cujos repasses haviam sido bloqueados no início de janeiro. A decisão ocorre após a análise de transparência das informações divulgadas por essas entidades sobre a verba recebida por meio de congressistas.

A lista de organizações beneficiadas inclui o Instituto do Câncer de Londrina, a Fundação Faculdade de Medicina, ligada à USP, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos, entre outras.

No caso da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco e do Instituto BR Arte, a Controladoria-Geral da União (CGU) identificou "oportunidade de melhoria" na divulgação de dados sobre contratos e convênios. Ambas foram notificadas para corrigir as pendências em até dez dias.

Apesar das ressalvas às duas entidades e ainda a outras três, o ministro autorizou a retomada de repasses e determinou que a Advocacia-Geral da União informe aos ministérios a inexistência de impedimentos. As organizações beneficiadas devem ser retiradas do Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas e do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

Vigilância

Ministro determinou que CGU faça auditorias regulares sobre verba de emendas a entidades

A Associação Moria e a entidade Programando o Futuro não cumpriram as exigências e não foram beneficiadas.

A decisão ocorre em um contexto de maior escrutínio sobre a destinação de emendas. O ministro determinou que a CGU siga realizando auditorias sobre a verba destinada às entidades contempladas. ● H.S.

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

BELEZA NATURAL E CONFORTO!

No Hotel Resort e Golfe Clube dos 500, o equilíbrio entre natureza e conforto cria momentos inesquecíveis.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!



Vera Rosa E-mail: vera.rosa@estadao.com ; X: @VeraRosa61

Quem ganhou a batalha dos bonés?

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT), estava ao lado do presidente Lula, na manhã de ontem, quando a equipe do ministro da Comunicação Social, Sidônio Palmeira, entrou animada no gabinete do Palácio do Planalto. Nos oito segundos de gravação, com um mapa-múndi ao fundo, Lula não diz uma palavra, mas aparece, em efeito Boomerang, com um boné azul na cabeça.

Não era qualquer boné. Era o acessório que ganhou fama na disputa com bolsonaristas pelo conceito de patriotismo, na esteira da posse do presidente dos EUA, Donald Trump. Desta vez, no entanto, o bordão não foi importado como o Make America Great Again. "O Brasil é dos brasileiros", destaca a inscrição.

"Este é o retrato do que é a política nos dias de hoje", afirmou Wagner. "Você faz dez mil discursos e não fura a bolha ideológica. Aí você faz um negócio desses e fura."

O boné usado por ministros e aliados de Lula desde o dia 1.º, quando houve a eleição da nova cúpula do Congresso, virou a nova batalha das redes sociais entre governistas e seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Pior: nos dois fronts, já tem gente comercializando o produto.

Um levantamento feito pela consultoria Bites, a pedido da coluna, indica que, desde sábado, Lula conseguiu pautar as redes com o boné dos brasileiros.

É triste ver que a política se transformou em disputa de quem tem mais cliques, e não programas, nas redes

Na contraofensiva, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante, mandou confeccionar outras 30 peças, em verde-amarelo, com os dizeres "Comida barata novamente – Bolsonaro 2026". Aliados do ex-presidente fizeram muito barulho no plenário com o acessório.

"Paguei do meu bolso: R$ 2.262 com Pix. Só não fui taxado porque o Nikolas me salvou", ironizou ele, numa referência ao deputado Nikolas Ferreira (PL), que no mês passado emparedou o governo ao publicar um vídeo com fake news sobre a taxação do Pix.

Embora o mote da "comida barata" tenha atingido o calcanhar de aquiles da gestão Lula 3 – que é o preço alto dos alimentos –, a mensagem da oposição não bateu a força daquela postada pelos governistas.

Dos dois lados, foram 260 mil menções em redes e notícias, até ontem, com 2,6 milhões de interações. "Das dez mensagens com mais repercussão na guerra dos bonés, sete defenderam a estratégia do governo", disse André Eler, diretor da Bites. "Foi um acerto de comunicação, mas representa seis vezes menos o pico de menções sobre o Pix."

É triste ver, porém, que a política de hoje se transformou em disputa de quem tem mais cliques – e não programas – nas plataformas digitais. Vale tudo para aparecer. Só falta agora o eleitor escolher o presidente da República pelo repertório musical. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

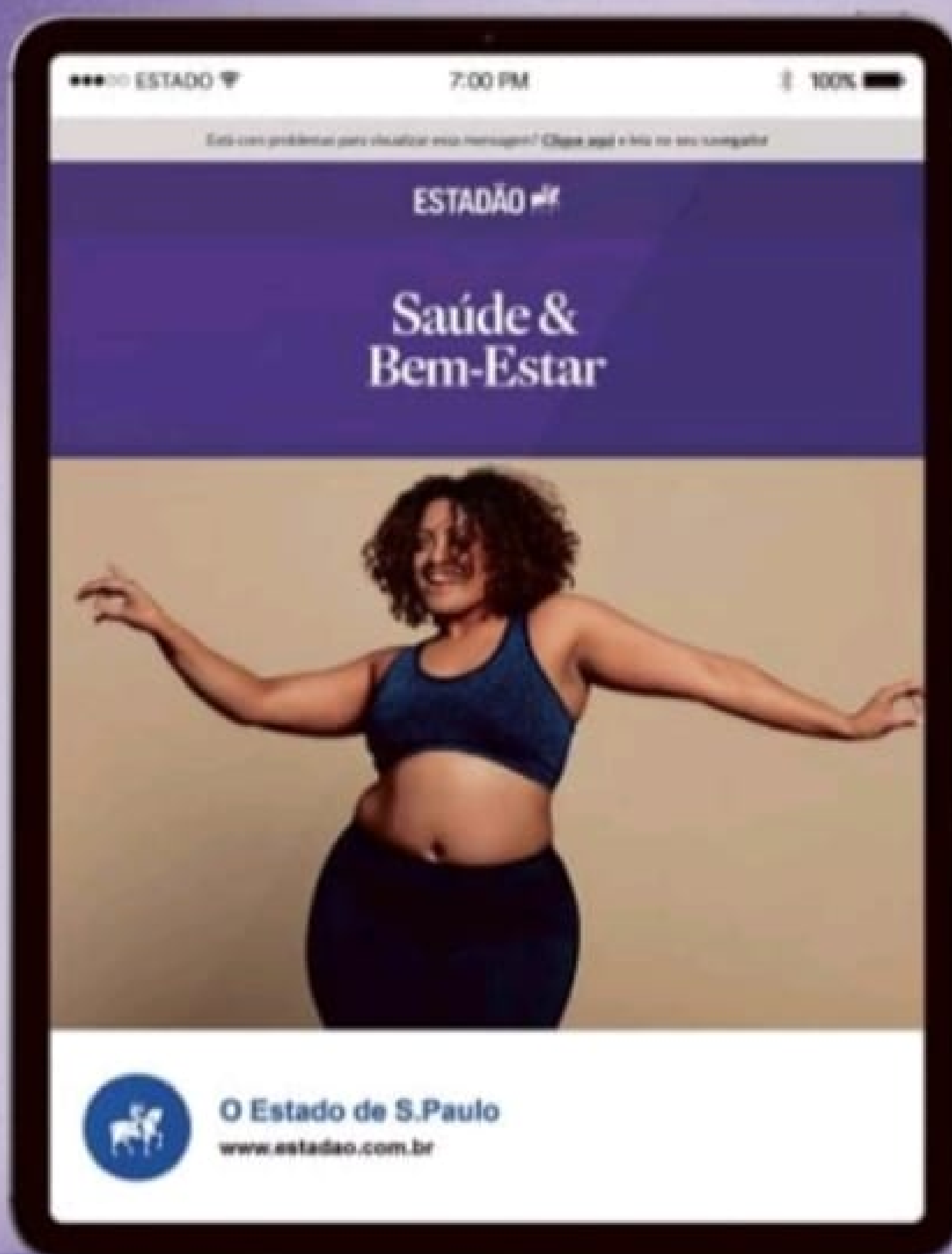
Ação de marketing

Lula reforça campanha 'O Brasil é dos brasileiros'

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) publicou em suas redes sociais ontem um vídeo usando o boné azul que governistas ostentaram durante as eleições para o comando do Congresso, no sábado.

O acessório estampa a frase "O Brasil é dos brasileiros" e foi pivô de um embate com parlamentares da oposição, que retrucaram, nesta segunda-feira, utilizando um boné com a inscrição "Comida barata novamente, Bolsonaro 2026".

Segundo o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), a frase estampada no adereço azul foi ideia de Sidônio Palmeira, marqueteiro que assumiu a Secretaria de Comunicação da Presidência no mês passado. A inspiração vem dos bonés utilizados por apoiadores do presidente americano, Donald Trump, de cor vermelha, com o mote "Make America Great Again". ● JULIANO GALISI



NEWSLETTER

Saúde & Bem-Estar

Notícias sobre qualidade de vida que vão inspirar você.

A newsletter traz as notícias mais importantes relacionadas à qualidade de vida, incluindo conteúdos exclusivos do jornal *The New York Times*.

Use o QR code ao lado para **inscrever-se** e receber seleções de notícias sobre **rotina saudável**, às **segundas e quintas-feiras**.



bit.ly/news-bemestar

Eufrázio

Reforma ministerial

Lula envia emissários para ter Rodrigo Pacheco no governo

Jaques Wagner é um dos encarregados de convencer ex-presidente do Senado a aceitar pasta na Esplanada dos Ministérios

GABRIEL HIRABAHASI
BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deflagrou nos últimos dias uma operação para tentar convencer o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) a aceitar se tornar ministro, apurou o *Estadão/Broadcast*. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), é um dos encarregados dessa missão.

Além de Wagner, outros líderes e ministros também procuraram o agora ex-presidente do Senado e seus aliados. Pacheco ainda não se decidiu sobre os pedidos. Ele quer tirar alguns dias de folga e viajar ao exterior. Os interlocutores do governo querem tirar de Pacheco um indicativo claro de que ele aceitaria ser ministro antes dessa viagem.

Wagner marcou uma conversa com o senador mineiro nesta semana. Outros articuladores do governo já vêm atuando nos bastidores para persuadi-lo. Alguns chegaram a dizer que Pacheco poderia assumir a pasta que desejasse. Outros foram mais comedidos e só expressaram ao ex-presidente do Senado a importância que ele teria na gestão. Recentemente, Lula disse que gostaria de ver Pacheco eleito governador de Minas Gerais em 2026.

Caminhos
Senador mineiro é cotado para Indústria e Comércio e deu sinais de que gostaria de assumir a Justiça

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO–20/12/2024

Pacheco disse a interlocutores que não iria para Minas e Energia

OPÇÕES. Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, o senador tem duas pastas na sua lista de prioridades: Justiça e Segurança Pública e Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Lula não deu indicativos, até o momento, de que pretenda trocar o titular da Justiça, Ricardo Lewandowski. No caso do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin acumula o cargo com a Vice-Presidência; eventual troca não o deixaria sem função. Pacheco não deseja que sua indicação seja incluída na cota do PSD e aguarda um convite formal de Lula.

Além disso, o Ministério de Minas e Energia, por exemplo, é um dos que o ex-presidente do Senado sinalizou a aliados que não pretenderia ocupar. O principal motivo é que ele não gostaria de transmitir a mensagem de que estaria "passando para trás" Alexandre Silveira, o atual titular da pasta e ex-senador indicado ao cargo pelo próprio Pacheco. ●

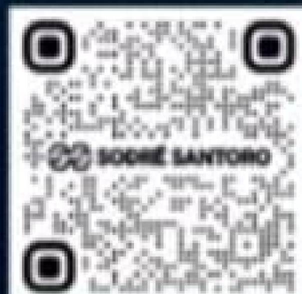
LEILÃO DE VEÍCULOS
06/02 ÀS 9H30 SOMENTE ONLINE


CHEVROLET IMPALA 12/13 - (ORIGEM: FROTA)


CHEVROLET TAHOE LS 12/13 (ORIGEM: FROTA)


IPVA 2025 PAGO
BLINDADO FORD FUSION FLEX 14/14 - (ORIGEM: FROTA)

ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS!



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 182

Ex-presidente

Bolsonaro aparece 'de surpresa' em reunião em SP

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) compareceu "de surpresa" a uma reunião entre o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e prefeitos de cidades afetadas pelas chuvas nos últimos dias. O encontro foi realizado na segunda-feira, no Palácio dos Bandeirantes.

O governador deu a entender que a aparição não havia sido planejada. "Olha só quem apareceu de surpresa por aqui! Sempre uma honra, presidente", escreveu Tarcísio em seu perfil no X.

A publicação na rede social mostra o momento em que o ex-presidente chega e é aplaudido pelos presentes. Bolsonaro cumprimenta os participantes, senta-se à mesa e fala ao microfone.

Entre outros prefeitos, estava presente o mandatário da capital, Ricardo Nunes (MDB). ●

RAISA TOLEDO

Empresa Brasil de Comunicação

PT vai bancar, via EBC, programas de TV ligada a metalúrgicos e CUT

Dois convênios terão R$ 2,65 milhões em emendas para compra de equipamentos e produções de interesse 'da classe trabalhadora'

VINÍCIUS VALFRÉ
ANDRÉ SHALDERS
GUSTAVO CÔRTES
BRASÍLIA

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) firmou dois convênios com a TV do Trabalhador (TVT), ligada ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), para renovar equipamentos da emissora e bancar a produção de cem "programas jornalísticos" no canal.

A iniciativa, coordenada pela EBC, custará aos cofres públicos R$ 2,65 milhões a serem pagos integralmente com emendas parlamentares enviadas por 12 deputados e senadores do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual os metalúrgicos e a CUT são próximos.

Em nota, a empresa pública informou que já realizou, desde 2023, convênios com 27 emissoras que compõem a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) para troca de conteúdo e apoio técnico. "A TVT compõe a RNCP desde 2010 e recebeu emendas de 12 parlamentares para melhora de infraestrutura. Os convênios feitos pela EBC com a TVT visaram à execução dessas emendas determinadas na Lei Orçamentária", destacou. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, não comentou.

O convênio para a aquisição de novos aparelhos para os estúdios da TVT foi justificado pela necessidade de resolver a "obsolescência dos equipamentos", as "falhas de sinal" e de aumentar a "capacidade de produção e transmissão" na emissora sindical.

Os equipamentos tiveram custo total estimado em R$ 1,85 milhão. Estão previstas novas câmeras, monitores, televisões, notebooks, impressoras, estações de trabalho, mesa de som, webcam e um transmissor. Ao todo, a TVT solicitou 57 tipos de equipamentos. Uma das câmeras a serem compradas custa R$ 22,4 mil. O item mais caro é um transmissor, de R$ 371,1 mil.

Rede
Criada em 2010, a TV do Trabalhador (TVT) integra a Rede Nacional de Comunicação Pública

RECURSOS. Em paralelo à compra dos objetos, os congressistas do PT enviaram mais R$ 800 mil em emendas. Estas servirão para a produção e a transmissão de cem "programas jornalísticos inéditos", com duração de uma hora cada, "abordando temas relevantes para a classe trabalhadora e os movimentos sociais".

Conforme os termos do convênio assinado em dezembro passado, o objetivo da EBC com a iniciativa é "ampliar o conhecimento da classe trabalhadora, promover o engajamento dos movimentos sociais, estimular o debate público e contribuir para a formação de uma sociedade mais informada e engajada".

No caso dos convênios, não há uma licitação ou disputa. O órgão público aceita a proposta a partir do cumprimento de determinados critérios. Os dois gastos foram colocados pela EBC em uma ação orçamentária dedicada ao "fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação", uma linha voltada à "produção e veiculação de conteúdos informativos, infantis, educativos, culturais, artísticos, científicos e formadores da cidadania por meio dos diferentes canais".

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



Convênios servem para 'troca de conteúdo e apoio técnico', diz EBC

Verba

12 **deputados e senadores do PT vão custear, via emendas, a iniciativa**

R$ 500 mil **sairão de emendas do deputado Alfredinho (SP), um dos fundadores da CUT**

PARLAMENTARES. Dos R$ 2,65 milhões que serão gastos, R$ 500 mil sairão de emendas do deputado Alfredinho (PT-SP). Vereador de São Paulo por quatro mandatos consecutivos, ele é um dos fundadores da CUT e assumiu uma cadeira em Brasília depois que Alexandre Padilha (PT-SP) se tornou ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI).

O segundo maior repasse é da deputada Luizianne Lins (PT-CE), de R$ 300 mil. O terceiro, da presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), R$ 250 mil.

Outros sete parlamentares petistas enviaram emendas de R$ 200 mil cada: os senadores Fabiano Contarato (ES), Jaques Wagner (BA) e Humberto Costa (PE); e os deputados Airton Faleiro (PA), Kiko Celeguim (SP), Rogério Correia (MG) e Rui Falcão (SP). Dois deputados destinaram emendas de R$ 100 mil cada um: Alencar Santana (SP) e João Daniel (SE).

Criada em 2010, a TVT é oficialmente mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região. Também é considerada canal parceiro da CUT, que difunde sua programação e seus objetivos. ●

Justiça Eleitoral

Cláudio Castro e vice são absolvidos pelo TRE-RJ

RAYANDERSON GUERRA
RIO

O governador Cláudio Castro (PL) e o vice Thiago Pampolha (MDB) foram absolvidos ontem pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) no processo que apurou suspeitas de gastos ilícitos durante a campanha à reeleição em 2022.

O relator da ação de cassação do governador, desembargador Rafael Estrela, votou pela absolvição do chefe do Executivo e de seu vice. O voto foi acompanhado na íntegra pelas desembargadoras Daniela Bandeira, Tathiana de Carvalho, Kátia Junqueira e Henrique Carlos de Andrade Figueira, presidente do tribunal.

Segundo desembargador a votar, Peterson Barroso Simão foi o primeiro a divergir do relator e se posicionou pela condenação de Castro e Pampolha à inelegibilidade por oito anos. A divergência foi acompanhada pelo desembargador Ricardo Perlingeiro.

Segundo o Ministério Público Eleitoral, Castro e Pampolha não comprovaram a destinação de R$ 10 milhões recebidos de fundos públicos e gastos na campanha ao governo fluminense no pleito de 2022. O órgão defendeu a cassação dos diplomas e a inelegibilidade dos dois por oito anos.

Para o relator, no entanto, "não há prova de corrupção eleitoral tampouco provas de que houve intenção deliberada dos candidatos em desviar dinheiro de campanha". "As despesas foram escrituradas. Se o serviço foi mal prestado ou inexistente, não há provas a respeito disso", disse Estrela.

"As alegações do MPE são sedutoras, mas, quando confrontadas com a tese da defesa e, principalmente, a ausência de prova nos autos, conclui-se que gastos ilícitos de campanha eleitoral ficaram no campo da suposição", afirmou o desembargador. Para Estrela, o MP Eleitoral não apresentou provas de que houve ilegalidade nos gastos de campanha de Castro em 2022.

O magistrado acrescentou ainda que o MP Eleitoral "transferiu o ônus da prova da acusação à defesa" e buscou "chamar a atenção do juízo" com números de supostas movimentações financeiras.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO


Votação ficou em 5 a 2 a favor do governador Cláudio Castro

DIVERGÊNCIA. O desembargador Peterson Barroso Simão divergiu do voto do relator. Para o magistrado, "não há como tapar o sol e a verdade com a peneira nem colocar uma venda nos olhos ao julgar". "Todas as teses das defesas não encontram o mínimo de respaldo diante dos documentos apresentados. Notas fiscais irregulares e omissas, endereços inexistentes, contabilidade irreal, empresas fictícias, contratos aditados sistematicamente com altos valores sem fundamentação entre familiares, o que não coaduna com o espírito público de respeitabilidade que o candidato deve ter com a Justiça Eleitoral e os eleitores", afirmou Simão.

Para ele, Castro e Pampolha foram beneficiados eleitoralmente. "Nota-se que o princípio da transparência não integra as declarações prestadas pelos representados. A consequência de tais atos levou ao desequilíbrio da corrida eleitoral em 2022 com enorme vantagem financeira ilegal a Cláudio Castro e Pampolha com prejuízos irreversíveis aos demais concorrentes. Valores que causaram, sim, impacto negativo no pleito. Acrescente-se que a pretensão de ganhar a reeleição por meio fraudulento afronta a democracia." ●



Reunião com Netanyahu

Trump diz que assumirá controle de Gaza e propõe remover palestinos

Presidente americano defende realocação de 2,2 milhões de moradores para Egito e Jordânia, e afirma que EUA serão responsáveis por limpar enclave de bombas e entulho

WASHINGTON

Em reunião ontem com o premiê de Israel, Binyamin Netanyahu, na Casa Branca, Donald Trump disse que os EUA assumirão o controle da Faixa de Gaza e ficarão responsáveis por limpar o enclave de bombas não detonadas e entulho. Ele também propôs a retirada permanente de 2,2 milhões de palestinos, que seriam recebidos por Egito e Jordânia.

"Seremos responsáveis pelo desmantelamento de todas as bombas não detonadas e outras armas. Vamos limpar o local e nos livrar dos edifícios destruídos", disse o presidente, que não descartou a possibilidade de enviar tropas. "Faremos o que for necessário", afirmou. "Tomaremos a parte (*do território*) que vamos desenvolver."

Por vezes, a retórica de Trump parecia mais de um incorporador imobiliário do que de um presidente, repetindo uma ideia de seu genro, Jared Kushner, durante seu primeiro mandato. Ele disse em entrevista que "as propriedades da orla de Gaza poderiam ser muito valiosas" e disse que visitará o território. O controle de Gaza, no entanto, significa envolvimento direto dos EUA no conflito e poderia colocar em risco a vida de soldados americanos – hipótese que Trump sempre rejeitou.

LIMPEZA ÉTNICA. As declarações de ontem marcaram também a primeira vez que Trump – ou qualquer presidente americano – fala publicamente sobre a realocação permanente dos palestinos de Gaza. Ao lado de Netanyahu, ele disse que o território "não é um lugar para as pessoas viverem". "Espero que possamos fazer algo para que eles não queiram voltar."

Trump sugeriu ainda que há interessados em participar da reconstrução de Gaza, sem citar nomes. O republicano disse que "consegue imaginar uma bela área para reassentar pessoas de forma permanente, em boas casas e onde elas possam ser felizes e não ser baleadas, mortas ou esfaqueadas".

A ideia de Trump é que, enquanto não for encontrada uma nova pátria para os palestinos, Egito e Jordânia fiquem com os refugiados. Embora ele tenha apresentado a solução como um imperativo humanitário, a sugestão não tem apoio entre os países árabes.

Egito e Jordânia rejeitam receber um grande número de refugiados, devido ao fardo socioeconômico e aos temores de instabilidade. Os habitantes de Gaza também não mostram interesse em sair do enclave, que passaram anos defendendo, apesar da destruição.

Especialistas dizem que forçar a retirada de moradores do enclave configura limpeza étnica. Em novembro, a Human Rights Watch afirmou que os deslocamentos forçados de palestinos, ordenados por Israel, dentro de Gaza, eram um crime de guerra.

EVAN VUCCI/AP



Netanyahu é primeiro líder a se reunir com Trump no 2º mandato

O Hamas também rejeitou a ideia. Sami Abu Zuhri, do alto escalão do grupo, disse que a sugestão era "uma receita para criar caos e tensão". Os chanceleres de Jordânia, Emirados Árabes, Arábia Saudita, Catar e Egito, além de um representante palestino, enviaram carta ao secretário de Estado, Marco Rubio, rejeitando a proposta.

NETANYAHU. Ao comentar as declarações de Trump, Netanyahu disse que o americano tem uma "proposta diferente para a paz na região" sobre a qual "vale a pena prestar atenção". Sobre a negociação da segunda fase do acordo de cessar-fogo, motivo da visita de Netanyahu a Washington, o premiê também foi ambíguo.

"Vamos tentar", respondeu, sobre a perspectiva de manter a trégua. Ele é pressionado pelas famílias dos reféns do Hamas a manter o pacto, enquanto parte da coalizão de extrema direita exige que Israel retome a guerra, o que poderia derrubar seu governo. Israel acredita que ainda haja 42 reféns em Gaza. ● NYT, AFP e WP

Imigração

EUA enviam para Guantánamo 1º voo com imigrantes

WASHINGTON

Os EUA começaram ontem a enviar os primeiros voos transportando imigrantes ilegais para a prisão da Baía de Guantánamo, em Cuba. A informação foi confirmada pela Casa Branca, uma semana após o presidente Donald Trump ordenar que a base militar, conhecida por ter recebido acusados de terrorismo, fosse transformada em centro de detenção para imigrantes.

"Hoje, os primeiros voos dos EUA para a Baía de Guantánamo com migrantes ilegais estão em andamento", afirmou ontem a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, à emissora Fox Business. O anúncio ocorre em meio a dúvidas sobre a legalidade da transferência e críticas de ativistas que temem que o governo americano volte a violar os direitos humanos dos detentos na base.

O primeiro voo partiu de Fort Bliss, no Texas, com cerca de uma dúzia de imigrantes, segundo o jornal *Wall Street Journal*, que citou fontes familiarizadas com o assunto.

Trump havia ordenado, na semana passada, que o Pentágono deveria ampliar as instalações da base militar para receber até 30 mil imigrantes. "Vamos mandá-los para Guantánamo", declarou o presidente americano, na ocasião, descrevendo a prisão como um lugar muito difícil de fugir. "Alguns dos imigrantes presos são tão ruins que não confiamos em seus países para mantê-los detidos, porque não queremos que eles voltem."

A decisão representa uma mudança na forma como os EUA lidam com os deportados. O governo, há muito tempo, mantém imigrantes na prisão da Baía de Guantánamo, mas apenas os que eram capturados no mar e forçados a passar por triagem dos pedidos de asilo. A maioria era de Cuba e do Haiti. É a primeira vez que a Casa Branca envia pessoas apreendidas em território americano para o centro de detenção de forma sistemática.

ACAMPAMENTO. Cerca de 300 militares chegaram no fim de semana à Baía de Guantánamo para fornecer segurança e montar uma nova cidade de barracas para os imigrantes. Cerca de 50 tendas do Exército foram armadas dentro de uma cerca de arame, ao lado de um prédio batizado de Centro de Operações de Migração. O secretário de Defesa americano, Pete Hegseth, disse ontem que o acampamento seria usado para "trânsito temporário" dos imigrantes.

Cerca de 40 mil pessoas que entraram nos EUA ilegalmente são mantidas em centros de detenção privados e prisões locais em várias partes do país, já que as restrições legais de financiamento limitam o número de centros de detenção.

De acordo com Trump, a transferência para a base militar duplicaria a capacidade de detenção de imigrantes. Sob o novo governo, a Agência de Imigração e Alfândega dos EUA (ICE, na sigla em inglês) recebeu ordens para intensificar as prisões e deverá cumprir uma cota de 75 detenções por dia em cada subsidiária da agência.

"Alguns dos imigrantes são tão ruins que não confiamos em seus países para mantê-los detidos, porque não queremos que eles voltem"
Donald Trump
Presidente dos EUA

GUERRA AO TERROR. A prisão da Baía de Guantánamo foi inaugurada em 2002, dentro de uma base militar dos EUA em Cuba, como parte da guerra contra o terrorismo declarada pelo então presidente George W. Bush, após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Membros da Al-Qaeda estão entre as centenas de prisioneiros que passaram pela prisão de Guantánamo, marcada pelas condições extremas de detenção e denúncias de tortura. Os presidentes democratas Joe Biden e Barack Obama prometeram fechar o centro de detenção, mas nunca conseguiram. O local, que chegou a receber 780 presos, no auge da guerra ao terror, tem hoje apenas 15 detentos. ● AFP



Andrés Oppenheimer

Republicano traiu oposição venezuelana

Sejamos francos: Donald Trump apunhalou a oposição venezuelana pelas costas ao revogar as proteções de deportação de mais de 504 mil exilados venezuelanos nos EUA e iniciar negociações com o ditador Nicolás Maduro. A menos que Trump reverta sua decisão ou ela seja derrubada na Justiça, a maioria dos beneficiários das proteções terá de deixar os EUA até outubro.

O anúncio "caiu como uma bomba atômica sobre esta comunidade de imigrantes", afirmou o site de oposição venezuelano elpitazo.net. Ironicamente, a ordem de deportação de facto de Trump atinge uma das comunidades que mais o apoiam. Alentada pela retórica anti-Maduro de Trump e dos legisladores da Flórida, a comunidade venezuelana exilada, tanto eleitores quanto residentes temporários, apoiou Trump de forma esmagadora nas eleições de 2024.

Dias após o anúncio da revogação, o governo Trump lançou uma segunda bomba sobre a oposição venezuelana ao admitir que o enviado especial para a Venezuela, Richard Grenell, esteve em Caracas para se encontrar com Maduro no dia 31. Segundo o governo, a reunião não foi uma negociação, mas uma visita de Grenell para avisar pessoalmente Maduro que a Venezuela deve aceitar os americanos deportados ou enfrentar as consequências.

Comunidade exilada da Venezuela apoiou Trump de forma esmagadora nas eleições de 2024

Mas muitos opositores venezuelanos temem que os primeiros indicativos na direção de um acordo entre Trump e Maduro estejam em andamento. Grenell retornou com seis cidadãos americanos presos na Venezuela. Foi feito um acordo? Trump não aumentaria as sanções ao petróleo venezuelano em troca de Maduro aceitar os voos de deportação dos EUA.

TRAIÇÃO. A decisão de negociar com Maduro, ignorando a oposição venezuelana e Edmundo González Urrutia, o líder que, segundo as atas da votação, venceu a eleição presidencial do ano passado, é igualmente irônica.

Trump e os legisladores republicanos criticaram duramente o governo do ex-presidente Joe Biden por negociar com Maduro para forçá-lo a realizar as eleições de 2024. Agora, o governo está negociando com Maduro, legitimando sua reeleição fraudulenta nas eleições de 2024.

Não me recordo de outro presidente americano na história ter dado as costas a um eleitorado com tanto entusiasmo e tão rapidamente. Claro, Trump é um político errático, que pode mudar de ideia várias vezes nos próximos dias. Mas, neste momento, ele vira as costas para os exilados venezuelanos e a causa da democracia na Venezuela. ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

É COLUNISTA DO 'MIAMI HERALD', APRESENTADOR DO PROGRAMA 'OPPENHEIMER APRESENTA' NA CNN EM ESPANHOL

SEG. Oliver Stuenkel (quinzenalmente) ● QUA. Andrés Oppenheimer ● SÁB. Fareed Zakaria ● DOM. Lourival Sant'Anna

Segurança

Atentado a tiros em escola para adultos deixa 10 mortos na Suécia

Polícia investiga ataque a centro educacional para imigrantes e pessoas com deficiência a 200 quilômetros de Estocolmo

OREBRO, SUÉCIA

A polícia da Suécia afirmou ontem que 10 pessoas morreram, incluindo o atirador, em um ataque em um centro de educação para adultos na cidade de Orebro, a 200 quilômetros da capital do país, Estocolmo.

A escola Campus Risbergska atende alunos com mais de 20 anos, segundo seu site. São oferecidos cursos de ensino primário e secundário, bem como aulas de sueco para imigrantes, formação profissional e programas para pessoas com deficiência intelectual.

O chefe de polícia do distrito de Orebro, Roberto Eid Forest, disse ontem que o atirador não tinha antecedentes criminais. Segundo a emissora de televisão TV4, ele tinha 35 anos. A polícia revistou sua casa em Orebro em busca de pistas sobre o motivo do ataque. Não havia ligações suspeitas com terrorismo, segundo as autoridades, mas as causas ainda estavam sendo investigadas.

KICKI NILSSON/AP



Equipes de emergência atuam no resgate das vítimas em Orebro

ONDE FICA



INFOGRÁFICO ESTADÃO

HORAS DE TERROR. De acordo com a polícia, o autor do crime agiu sozinho. Imagens do local mostraram uma grande presença das forças de segurança, além de ambulâncias e veículos de emergência. Alunos de outras escolas próximas ficaram confinados temporariamente por "razões de segurança", segundo a polícia sueca.

"Ouvi tiros. Então, me escondi e fiquei esperando notícias. Ativamos um alarme no aplicativo de segurança e pude me comunicar com meus colegas", disse Petter Kraftling, professor de uma das escolas, ao site do sindicato de professores sueco Vi Larare.

De acordo com o jornal *Aftonbladet*, houve disparos de armas automáticas e a emergência do hospital da cidade e do departamento de cuidados intensivos tiveram de se reorganizar para dar espaço aos feridos. O primeiro-ministro Ulf Kristersson afirmou, em comunicado, que foi "um dia muito doloroso para toda a Suécia".

"Meus pensamentos estão com todos aqueles cujo dia escolar normal foi trocado pelo terror", disse Kristersson. "Estar confinado em uma sala de aula com medo de perder a própria vida é um pesadelo que ninguém deveria experimentar."

Perigo

Embora ataques sejam raros na Suécia, há registro de incidentes em escolas nos últimos anos

Embora ataques desse tipo sejam raros na Suécia, houve vários incidentes graves em escolas nos últimos anos. Em março de 2022, um estudante de 18 anos esfaqueou até a morte dois professores em uma escola de ensino médio na cidade de Malmoe, no sul do país. Em 2015, um homem de 21 anos, armado com uma espada, matou um professor e um estudante em uma escola no sudoeste da Suécia. ● AP, NYT e AFP

Grécia

Quase 6 mil pessoas já fugiram de Santorini

Pequenos tremores de terra – e o medo de um forte terremoto – já levaram quase 6 mil pessoas a fugir da ilha de Santorini nos últimos três dias. De acordo com a Guarda Costeira da Grécia, mais de 4,6 mil pessoas deixaram a ilha de balsa desde domingo. A principal companhia aérea grega, a Aegean Airlines, disse que transportou 1,3 mil pessoas. ●

PETROS GIANNAKOURIS/AP



R.D. Congo

Grupo rebelde declara cessar-fogo unilateral

O grupo rebelde M23, apoiado por Ruanda, anunciou ontem um cessar-fogo unilateral no leste da República Democrática do Congo (RDC), enquanto aguarda as negociações previstas para o fim de semana. O grupo tomou o controle da cidade de Goma, capital da Província de Kivu do Norte, na semana passada. ●

Eufrázio

Temporais em SP

Tarcísio rejeita planos de Nunes para o Jd. Pantanal; mais estudos só em abril

Governador diz que área inundada é complexa e ações podem levar o problema a outros locais, como Guarulhos; prefeito afirma agora que Município e Estado terão ação conjunta

GIOVANNA CASTRO
GONÇALO JUNIOR

Após a Prefeitura de São Paulo divulgar três possíveis projetos para resolver o problema de enchentes no Jardim Pantanal, bairro do extremo leste da cidade que historicamente sofre com as chuvas, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou ontem que pretende estudar mais a fundo o problema e soluções.

"Ontem (*segunda-feira*), tivemos uma reunião na Prefeitura e batemos algumas alternativas. O que foi apresentado me deixou com dúvidas. Todas me deixaram com dúvidas", disse o governador. Anteontem, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) havia defendido a remoção das famílias.

De acordo com Tarcísio, o que foi apresentado pode levar a uma transferência do problema de alagamento para outros municípios, como Guarulhos, no limite com o Jardim Pantanal. Ele e o prefeito voltaram a falar sobre o assunto ontem.

ANDRE PENNER/AP



Região baixa é justamente onde o Tietê corre devagar e faz curvas

"É preciso um grande estudo hidrológico ali. Quando você pensa nas soluções de engenharia, o próprio dique que foi citado, é a melhor solução? Qual é a repercussão que o dique tem, por exemplo, em Guarulhos? Muitas vezes, você faz uma intervenção aqui e empurra o problema para a jusante", afirmou Tarcísio.

"Se a gente adotar, na pressão, uma solução que seja simplista, provavelmente a gente vai dar uma resposta errada. E, se a gente der a resposta errada, nós vamos gastar dinheiro e não resolver a vida de ninguém. Então, a gente tem de ter cautela", disse o governador de São Paulo.

Já Nunes disse que Município e Estado atuarão juntos para tentar solucionar o problema. "O importante é que o Tarcísio vai estar junto no que a gente vier a apresentar sobre o Jardim Pantanal."

Nunes e Tarcísio não deram prazo para agir na região nem para decidir o que será feito. Segundo o prefeito, novos estudos devem começar a ser feitos a partir de abril. Neste momento, o foco tem sido a ação emergencial. Questionados novamente sobre o que poderia ser feito para evitar ou minimizar novos episódios de enchentes na próxima temporada de chuvas, no fim de 2025 e começo de 2026, Tarcísio e Nunes não souberam responder.

REMOÇÕES. Na segunda-feira, porém, o prefeito sinalizou que considera a alternativa de remoção das famílias (*mais detalhes nesta página*) como a mais viável. "A princípio, pelo que eu vi, a dimensão que é, na localização que está, 30 anos de problema, não vejo outra situação a não ser a gente incentivar as pessoas a saírem daquele lugar. Porque toda vez que chover vai ser isso", afirmou.

OBRA PARADA. Uma obra de drenagem para tentar controlar as cheias do Rio Tietê, que deveria ter sido entregue em setembro de 2023, ainda não foi concluída na região do Jardim Pantanal. Os motivos foram seguidas suspensões de contrato.

E o que já foi aprovado?
Construção de um pôlder na vizinha Vila Seabra teve seguidas suspensões de contrato

A construção de um pôlder, estrutura para combater as inundações em construções à beira de rios, inclui um muro de contenção de 4 metros de altura anexado a um reservatório para absorver a água excedente e direcioná-la para o Córrego Lajeado. A obra estava sendo construída na Vila Seabra, bairro vizinho ao Jardim Pantanal. ●

Remoção sugerida por Nunes é o mais caro dos três projetos

A Prefeitura de São Paulo estudou três alternativas para a região do Jardim Pantanal – até ontem, a água ainda não havia baixado. Hoje, cerca de 45 mil pessoas vivem nessa área de várzea, que abrange nove bairros da zona leste, no limite com a cidade de Guarulhos. Localizada na beira do Rio Tietê, a região é onde justamente o rio corre devagar e faz curvas.

O poder municipal classifica o Jardim Pantanal como uma das áreas "mais complexas da cidade por estar abaixo do nível do Tietê na zona leste e sofrer com ocupação irregular". Essa ocupação começou nos anos 1980. Eram pessoas que não tinham condições de pagar aluguel e encontraram naquela área invadida uma opção para erguer suas casas.

Os três estudos preliminares, elaborados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (Siurb) e que levantaram "dúvidas" para o governo do Estado, variam entre R$ 1 bilhão e R$ 2 bilhões. O custo maior envolve o projeto de remoção das famílias e acomodação em habitações de interesse popular, que é de até R$ 1,9 bilhão. Esse valor é superior ao cálculo para obras de enfrentamento da enchente, orçadas entre R$ 1 bilhão e R$ 1,3 bilhão inicialmente.

Em declaração na segunda-feira, entretanto, o prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), afirmou justamente o contrário. Ele destacou que obras para mitigar o problema ficariam caras demais e não seriam passíveis de execução. "Nós temos um pré-estudo para fazer um dique ali, de mais de R$ 1 bilhão", disse o prefeito. "Dá para fazer um dique, contornando todo o Tietê, para conter aquela região? Não dá. Tem de ter transparência, às vezes as pessoas podem gostar, podem não gostar, mas a forma de a gente tratar e lidar com as questões é dentro da realidade", afirmou.

'Às vezes as pessoas podem gostar, podem não gostar, mas a forma de a gente tratar e lidar com as questões é dentro da realidade"
Ricardo Nunes
Prefeito

O projeto a ser realizado ainda não foi escolhido. Procurada, a Prefeitura reafirmou que pode, inclusive, combinar as soluções. "Em razão dos custos, as alternativas, podem incluir não apenas um único projeto, mas uma combinação dessas possibilidades", diz o poder municipal.

DETALHAMENTO. Nas duas primeiras alternativas estudadas, o foco está nas obras de macrodrenagem. A primeira solução prevê a construção de um dique, sete reservatórios, o Parque Várzeas do Tietê e de um canal com 5,5 km para desviar a água da chuva para evitar inundações, melhorar a drenagem e reduzir o risco de deslizamentos de terra ou erosão em áreas inclinadas.

Os sete reservatórios seriam feitos no sistema pôlder, área protegida contra a invasão da água, com capacidade para 50 mil m³. O valor estimado é de R$ 1 bilhão, sendo R$ 886 milhões para os pôlderes e cerca de R$ 101 milhões para reassentamento das 484 famílias.

A segunda alternativa, chamada de "Ações intermunicipais integradas para o controle de inundações Cidade-Esponja Pantanal", prevê ações na capital e na cidade de Guarulhos. Entre elas estão a construção de um canal, abertura de lagoas para acumular as águas e reversão temporária do fluxo de água do Rio Tietê.

O estudo prevê ainda a construção de duas avenidas-parque com dique de proteção nas margens esquerda e direita, alteamento de vias em Guarulhos (1.235 m), três sistemas de comportas automatizadas, dois reservatórios, entre outras obras. O investimento também é de R$ 1 bilhão.

E A REMOÇÃO? Com custo estimado de R$ 1.918.192.500, a terceira possibilidade tem como foco remoções e desapropriações, reassentamentos, construção de novos conjuntos habitacionais e a criação de um parque alagável.

Os dados se baseiam no Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O custo por família será de R$ 210 mil, considerando a indenização sugerida pelo prefeito para a demolição das casas, de R$ 20 a R$ 50 mil, mais um possível valor de construção de moradias em outras áreas do Município. ●

Eufrázio

QUARTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO

Temporais em SP

Como ficar a salvo em chuva extrema

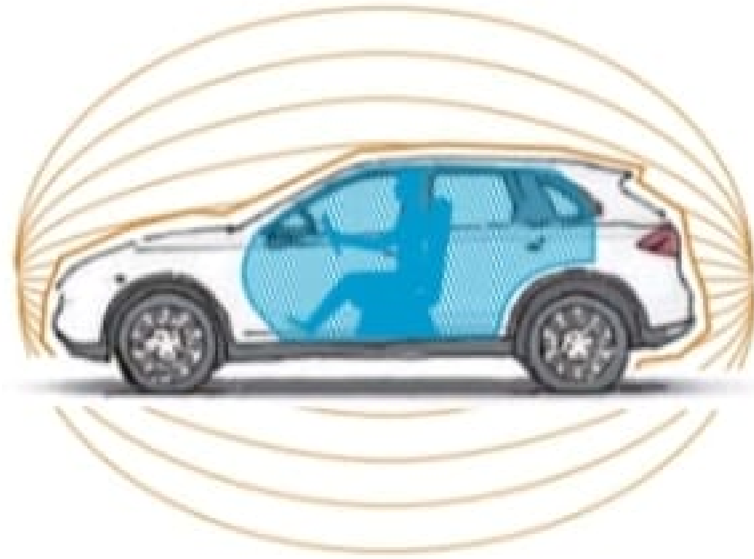
Defesa Civil e mais órgãos indicam cuidados em casos de descarga elétrica e alagamento

COMO SE PROTEGER DE DESCARGAS ELÉTRICAS EM TEMPESTADES?

Raios, queda de fiação e outras descargas elétricas podem causar energização da parte metálica de veículos, formando o que especialistas chamam de "Gaiola de Faraday".

A CARCAÇA METÁLICA FICA ELETRICAMENTE CARREGADA, MAS A MAIOR PARTE DO INTERIOR DO VEÍCULO NÃO É ATINGIDA. ISSO OCORRE PORQUE O METAL É CONDUTOR DE ENERGIA, MAS O PLÁSTICO E O MATERIAL DO ESTOFADO SÃO ISOLANTES ELÉTRICOS

ÁREA ENERGIZADA
ÁREA ISOLADA



Carro atingido por raio

A borracha dos pneus, apesar de ser um material isolante, pode ser atravessada pela energia até o solo, em casos de alta tensão



O QUE FAZER

PERMANECER DENTRO DO CARRO, COM OS VIDROS FECHADOS E SEM TOCAR EM PARTES METÁLICAS, ATÉ A TEMPESTADE ACABAR COMPLETAMENTE E NÃO OCORREREM NOVOS RAIOS POR AO MENOS 30 MINUTOS



Carro atingido por fiação elétrica

Permanecer dentro do carro, com vidros fechados e sem tocar em partes metálicas também. Porém, será necessário chamar o Corpo de Bombeiros e a empresa de energia para fazer a interrupção da descarga elétrica



QUANDO ESCOLHER SAIR DO CARRO?

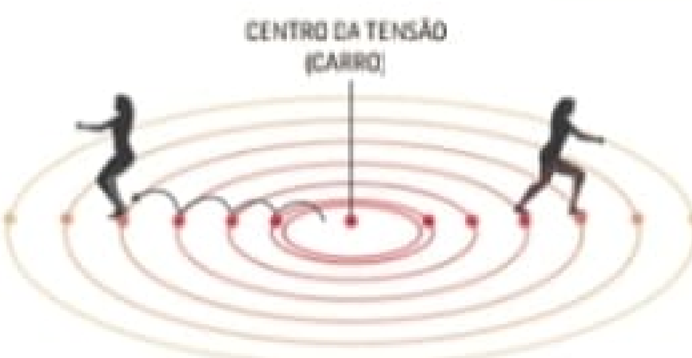
SE HOUVER INDÍCIOS DE INCÊNDIO NO CARRO, ABRA A PORTA COM OS PÉS CALÇADOS E TOQUE O CHÃO COM OS DOIS PÉS AO MESMO TEMPO. AFASTE-SE ARRASTANDO OS PÉS OU DANDO PULOS COM OS DOIS PÉS JUNTOS, PARA NÃO HAVER CONDUÇÃO DE ENERGIA E CHOQUE, ATÉ ATINGIR DISTÂNCIA SEGURA



A TENSÃO DIMINUI GRADATIVAMENTE À MEDIDA QUE NOS AFASTAMOS DO CENTRO

Passos juntos

AO SAIR DO CARRO COM OS PÉS JUNTOS, CADA PISADA MANTÉM A MESMA TENSÃO EM AMBOS OS PÉS, NÃO GERANDO CORRENTE ELÉTRICA



Passos separados

COM DIFERENTES TENSÕES ENTRE O AR E AS VÁRIAS PARTES DO SOLO, UMA PESSOA ANDANDO COM OS PÉS SEPARADOS CRIARIA UMA DIFERENÇA DE POTENCIAL EM SEUS PÉS, CAUSANDO CORRENTE ELÉTRICA E CHOQUE

Qual o poder de um alagamento?

Dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) apontam queda nos dias de chuva no Brasil nos últimos anos, mas crescimento do volume em alguns locais, aumentando a tendência a alagamentos

15 centímetros

Em uma enxurrada, 15 centímetros de altura de lâmina d'água já são suficientes para arrastar uma pessoa



30 centímetros

Com 30 centímetros de água em movimento, é possível que carros sejam arrastados



O que fazer em alagamentos?

O recomendado é evitar atravessar a água, deixar o carro estacionado e procurar um local seguro o mais longe possível da água



E se o carro aquaplanar?



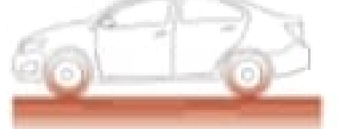
Segure com firmeza o volante



Tire o pé do acelerador



Mantenha o veículo em linha reta



Reduza a velocidade e evite frear bruscamente até que o carro retome a aderência com o asfalto

FONTES: DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO, CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO E PROFESSOR CLAUDIO FURUKAWA, DO INSTITUTO DE FÍSICA DA USP E DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO / INFOGRÁFICO ESTADÃO

Eufrázio

Urbanismo

Justiça suspende lei que libera prédios altos em Cotia

Decisão cita risco de dano ambiental com mudanças aprovadas no novo Plano Diretor; Prefeitura questiona alcance da medida

JOSÉ MARIA TOMAZELA

O Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu o novo Plano Diretor de Cotia, na Grande São Paulo, que permitia edifícios de até 30 andares onde só eram liberados prédios pequenos, como o entorno da Granja Viana. A liminar foi dada no dia 27, em ação direta de inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público. Para o TJ, o novo plano se baseou em estudos antigos e as mudanças podem causar danos ambientais irreparáveis.

A prefeitura entrou com embargo de declaração para questionar o TJ sobre o alcance da medida e se as obras em andamento devem ser paradas. Alguns empreendimentos já receberam as licenças e a paralisação, diz a gestão, pode ter "relevante custo econômico". A Câmara diz avaliar o despacho judicial. Como é decisão liminar (provisória), o TJ ainda julgará o mérito da ação.

A medida atinge mais de 2.046 alvarás para construção concedidos pela prefeitura entre a sanção do Plano Diretor, em maio, e a data da decisão que o suspendeu. Entre eles, 1.117 alvarás de construção, 541 de regularização e 19 de terraplanagens, concedidos na gestão anterior.

A Associação de Amigos e Moradores da Granja Viana (Amogv) – que com outras entidades representou ao MP contra o Plano Diretor – pedirá a cassação dos alvarás já concedidos. Para o advogado Heitor Marzagão Tommasini, que atua nas áreas ambiental e de urbanismo, os alvarás já expedidos, com obras em construção, e aqueles em análise, devem ser suspensos até decisão da Justiça. "Os proprietários devem paralisar projetos em andamento para evitar prejuízo maior e, se confirmada a anulação, adequá-los com base nas leis anteriores."

SETOR IMOBILIÁRIO. Caio Portugal, vice-presidente do Secovi-SP, sindicato do setor imobiliário, critica a falta de definição no alcance da liminar. "É ruim para todo o mundo, não só para o mercado imobiliário, mas para a sociedade. Só traz clandestinidade, irregularidade e insegurança jurídica."

O ex-prefeito Rogério Franco disse ao **Estadão** que as alterações no Plano Diretor obedeceram rigorosamente aos ritos legais, como reuniões preparatórias, audiências públicas em todas as regiões do município, com ampla divulgação.

Já o atual prefeito, Welington Formiga, disse, em nota, que a prefeitura fará uma revisão no Plano Diretor aprovado na gestão passada, "pautada na legislação e contando com ampla participação popular, independentemente da decisão da Justiça". "Será dada toda a transparência e seriedade que o assunto necessita." Os estudos devem começar ainda neste semestre. ●

Efeito da suspensão

2.046

alvarás para construções já concedidos estão em risco, por causa da decisão.

LEILÃO IMPERDÍVEL
OPORTUNIDADES EM SANTOS/SP
ONLINE
DIA 14/02 A PARTIR DAS 9H
COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO ATÉ 60X
LOTE 001
TERRENO NA VILA MACUCO • SANTOS/SP
ÁREA DE TERRENO: 1.056M²
LANCE INICIAL: R$3.220.000
LOTE 002
IMÓVEL COMERCIAL NO CENTRO SANTOS/SP • DESOCUPADO
LANCE INICIAL: R$6.150.000
ÁREA DE TERRENO: 266M²
ÁREA CONSTRUÍDA: 1.895M²
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Jose Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195

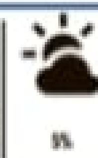
Pesquisador vê 'caos imobiliário' no município

A região a oeste de São Paulo é um dos eixos para onde se expande a capital e há anos é esperado um Plano Diretor para crescimento sustentável, diz Ivan Carlos Maglio, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). O problema, observa, é que o plano suspenso foi feito sem estudos técnicos nem participação popular. "Cotia foi transformada num caos imobiliário e as consequências começam a aparecer", diz o engenheiro, referindo-se a recentes estragos causados pela chuva.

Caio Portugal, vice-presidente do Secovi-SP, diz que quando o Plano Diretor de 2022, foi suspenso, houve acordo para um novo estudo com todos os requisitos do Estatuto da Cidade e da Lei Orgânica de Cotia. "O Plano Diretor foi revisitado, com audiências públicas nas cinco regiões da cidade. Foi prevista a verticalização ao longo das vias mais estruturadas. Se há coisas que mereçam ser interrompidas, como a verticalização, que seja feito, mas mantidos todos os outros aspectos da lei de ocupação de solo", sugere. ●

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça Calderdeira | Última Atualização 05/02


5% | HOJE: MANHÃ 25°


70% | HOJE: TARDE 28°


60% | HOJE: NOITE 24°

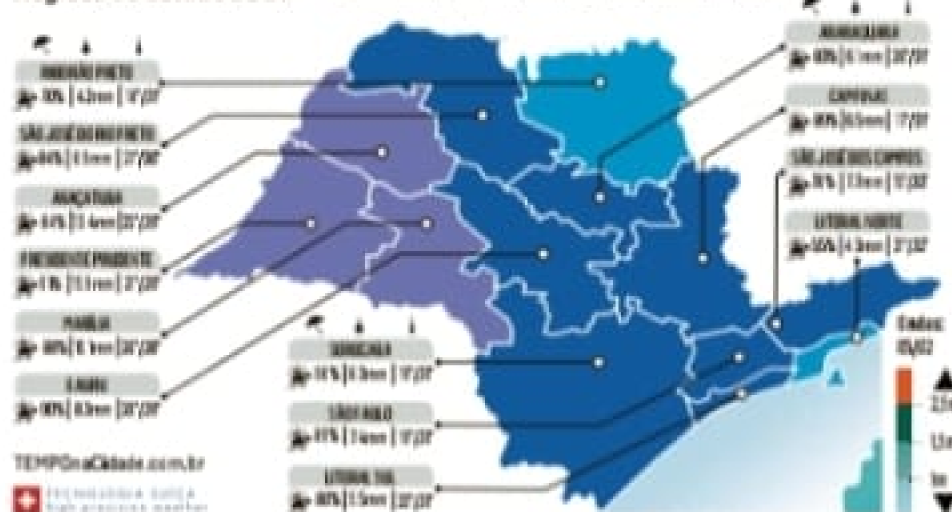
VOLUME DE CHUVA 6MM | UMIDADE RELATIVA 50 a 95%

AMANHÃ	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
21°/30°	21°/32°	20°/31°	19°/30°

SOL: NASCENTE 5h47 | POENTE 18h53

LUA CRESCENTE: CRESCENTE 05/02 5h02 | CHEIA 12/02 10h54 | MINGUANTE 20/02 14h33 | NOVA 27/02 21h44

Regiões do Estado de SP





Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJU	50%	1mm	[illegible]
BELÉM	100%	14mm	[illegible]
BELO HORIZONTE	20%	0mm	[illegible]
BOA VISTA	30%	1mm	[illegible]
BRASÍLIA	20%	0mm	[illegible]
CAMPO GRANDE	10%	13mm	[illegible]
CUIABÁ	10%	1mm	[illegible]
CURITIBA	10%	13mm	[illegible]
FLORIANÓPOLIS	45%	4mm	[illegible]
FORTALEZA	80%	17mm	[illegible]
GOIÂNIA	40%	6mm	[illegible]
JOÃO PESSOA	80%	30mm	[illegible]
MACAPÁ	75%	4mm	[illegible]

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	10%	0mm	[illegible]
MANAUS	65%	15mm	[illegible]
NATAL	65%	31mm	[illegible]
PALMAS	40%	1mm	[illegible]
PORTO ALEGRE	[illegible]	0mm	[illegible]
PORTO VELHO	10%	0mm	[illegible]
RECIFE	10%	41mm	[illegible]
RIO BRANCO	[illegible]	13mm	[illegible]
RIO DE JANEIRO	5%	0mm	[illegible]
SALVADOR	25%	0mm	[illegible]
SÃO LUÍS	[illegible]	13mm	[illegible]
TERESINA	[illegible]	10mm	[illegible]
VITÓRIA	[illegible]	0mm	[illegible]

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	[illegible]	LOS ANGELES	-5h	[illegible]
ATENAS	+5h	[illegible]	MADRID	+4h	[illegible]
BARCELONA	+4h	[illegible]	MIAMI	-2h	[illegible]
BERLIM	+4h	[illegible]	MONTEVIDÉU	0h	[illegible]
BRUXELAS	+4h	[illegible]	MOSCOU	+6h	[illegible]
BUENOS AIRES	0h	[illegible]	NOVA YORK	-2h	[illegible]
CARACAS	-1h	[illegible]	PARIS	+4h	[illegible]
CIDADE DO MÉXICO	-3h	[illegible]	ROMA	+4h	[illegible]
ESTOCOLMO	+4h	[illegible]	SANTIAGO	0h	[illegible]
GENEBRA	+4h	[illegible]	SYDNEY	+14h	[illegible]
JOANESBURGO	+5h	[illegible]	TEL AVIV	+5h	[illegible]
LIMA	-2h	[illegible]	TÓQUIO	+12h	[illegible]
LISBOA	+3h	[illegible]	TORONTO	-2h	[illegible]
LONDRES	+3h	[illegible]	WASHINGTON	-2h	[illegible]

Transportes

Tatuzão encerra trabalho na Linha 6; extensão da Linha 4 começa em março

Ramal será o primeiro de metrô a ultrapassar os limites da cidade de São Paulo, chegando a Taboão da Serra

FABIO GRELLET
GIOVANNA CASTRO

O tatuzão, como é popularmente conhecida a gigantesca máquina que escava túneis para a construção de linhas de metrô, chegou ontem à futura Estação Brasilândia, a última do trecho norte das obras da Linha 6-Laranja. O ramal construído em parceria público-privada (PPP) entre o Estado e a Concessionária Linha Universidade prevê investimento de R$ 19,1 bilhões.

A linha vai ligar a Estação Brasilândia, na zona norte, à Estação São Joaquim, na região central, com 15,3 quilômetros de extensão e 15 estações, interligadas à Linha 1 pela São Joaquim. Ela deve ser entregue em 2027.

Esse tatuzão começou a escavação no sentido norte, a partir da Marginal do Tietê, na região da Freguesia do Ó, em 15 de novembro de 2022. O equipamento pesa 2 mil toneladas, tem 109 metros de comprimento e diâmetro de escavação de 10,61 metros. Ele avança de quatro a seis metros por dia de trabalho, dependendo das condições do solo.

As estações estão sendo construídas simultaneamente à abertura dos túneis. A parada cuja construção está mais avançada é Perdizes, com 75,82% das obras concluídas, e a mais atrasada é 14 Bis-Saracura, com 14,18% já realizadas. A concessionária informou em março à gestão estadual que problemas geológicos não previstos, como na 14 Bis, poderiam atrasar a obra em mil dias, o que jogaria a conclusão até 2028.

Fim das escavações
Outra tuneladora deve chegar à Estação São Joaquim, no centro da capital, nesta semana

Mas o cronograma foi mantido pelo Estado, que prevê que a linha seja entregue parcialmente, operando entre as Estações Brasilândia e Sesc-Pompeia ou Perdizes, na zona oeste, em outubro de 2026, às vésperas da eleição geral. Em 2020, quando o então governador João Doria anunciou a retomada das obras da Linha 6, ele afirmou que o tempo de construção seria de cinco anos, com entrega da obra concluída em 2025.

Com a conclusão dessa etapa, esse tatuzão será desmontado e recolhido. Outra tuneladora está fazendo a escavação no sentido sul. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que, dentro de dois ou três dias, a tuneladora sul da Acciona, a empresa espanhola concessionária da Linha 6, também deve chegar à Estação São Joaquim, finalizando por completo o túnel da linha.

PARA TABOÃO. As obras de extensão da Linha 4-Amarela devem começar até o fim de março, segundo a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (SPI). Serão três novos quilômetros e duas novas estações a partir da Vila Sônia: Chácara Jockey e Taboão da Serra. A linha será a primeira de metrô a ultrapassar os limites da cidade de São Paulo.

O aditivo contratual com a ViaQuatro, do grupo CCR, empresa já responsável pela Linha 4-Amarela, foi assinado em junho – na época, a previsão para o começo das obras era dezembro de 2024. A previsão para entrega e início da operação permanece em 2028. O investimento é de R$ 3,4 bilhões. ●

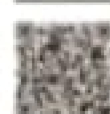
SÃO PAULO RECLAMA

Leitor se queixa de falha na rede de internet

Reclamação de Geraldo Nunes Silva: "Eu resido com minha mulher em um apartamento na Rua Paulo Orozimbo, no Cambuci, e há uma semana estamos sem Wi-Fi. A Tim avisa que está ciente do problema, mas não resolve. Estou sem poder trabalhar e sem acesso à programação de minha televisão que recebe as imagens via internet. A conta está no nome da minha esposa, Dulce Pereira Alves Nunes. Já abrimos chamados e temos protocolos. Em um dos retornos, consta que a empresa entraria em contato, em breve. Peço uma explicação oficial da empresa via **Estadão**."

Resposta da Tim: "O Centro de Relacionamento com o Cliente da Tim entrou em contato com a senhora Dulce Pereira Alves Nunes e informou que a conexão foi restabelecida. Para mais informações sobre a Tim Ultrafibra, basta acessar o site (www.tim.com.br/internet/tim-ultrafibra) ou entrar em contato pelo telefone 10341."

Posteriormente, o leitor disse que a conexão de Wi-Fi foi restabelecida. "Depois de aproximadamente dez dias, a internet foi restituída e a Tim avisou que o **Estadão** entrou em contato e quis saber se estava tudo bem com a rede." ●



Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Reclamação estradas

Temos presente mais uma reclamação sobre o máu serviço de conservação das estradas da provincia. A de hoje nos vem de Bragança e firma-a um cidadão respeitavel dessa localidade: Aproveito a occasião para pedir a v.que solicite pela imprensa ao governo da provincia providencias para serem concertadas as estradas geraes, que atravessam o municipio, que se acham intransitaveis. ●

Figuras de céra

Está aberto aos Domingos das 11 ás 3 horas da tarde, e das 5 ás 10 horas da noite. Aos dias de semana das 6 ás 10 horas da noite. Avisa-se que pouco tempo póde-se demorar esta exposição nesta capital.

Rua Direita

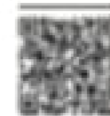
Por baixo do hotel de França. 10—4

CORREÇÕES

Fernando Reinach. Diferentemente do publicado na coluna *Uma receita científica de cacio e pepe* (Fernando Reinach, pág. A16, 1.º/2/2025), são necessários 40 ml de solução contendo 4 g de amido para preparar o molho, e não "40 mm". No mesmo texto, a quantidade de molho resultante do preparo é cerca de 200 ml, e não "cerca de 200 mm".

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA



Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2131 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11) 91123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Antonio dos Santos - Dia 4, aos 75 anos. Filho de Antonio Lucio dos Santos e Alzira Ferrari dos Santos. Era casado com Maria Aparecida Sodre dos Santos. Deixa as filhas Ana Paula (In Memorian), Maria Cristina, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

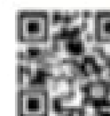
Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas, para realizar a contratação dos serviços.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/



NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Eufrázio

Saúde

Governo reduz ultraprocessados na merenda escolar

Limite desse tipo de alimento na merenda era de 20% e, com a medida, passa a ser de 15%, com meta de chegar a 10% até 2026

O governo federal pretende reduzir de 20% para 15% o limite de alimentos processados e ultraprocessados nas merendas das escolas públicas, com a meta de chegar a 10% até 2026. A medida foi formalizada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o encontro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em Brasília.

Segundo o governo, a iniciativa deve beneficiar 40 milhões de alunos em cerca de 150 mil escolas públicas, que fornecem R$ 10 bilhões em refeições anualmente. "O objetivo é oferecer uma alimentação mais saudável aos estudantes, com cardápios mais equilibrados", afirma. A medida também visa a regulamentar a aquisição de alimentos com recursos do Pnae por meio da agricultura familiar, com prioridade para assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, além de grupos formais e informais de mulheres. Segundo o Executivo federal, hoje pelo menos 30% dos recursos do Pnae devem ser obrigatoriamente destinados à compra de itens da agricultura familiar.

No encontro, o governo também lançou o Projeto Alimentação Nota 10, que tem como objetivo capacitar merendeiras e nutricionistas do Pnae em segurança alimentar e nutricional. O investimento será de R$ 4,7 milhões, em parceria com instituições como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Itaipu Binacional e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

Conforme o *Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos* e o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, os ultraprocessados não devem ser oferecidos a crianças e precisam ser evitados até mesmo pelos adultos, uma vez que estão associados a doenças como obesidade, diabete tipo 2, hipertensão, doença cardiovascular e alguns tipos de câncer.

Efeitos da decisão
Cerca de 40 milhões de alunos em cerca de 150 mil escolas públicas serão beneficiados, diz governo

MAIS JOVENS. Na avaliação do epidemiologista Carlos Augusto Monteiro, criador do termo "ultraprocessados" e coordenador do Nupens, a análise por faixa etária revela que, quanto mais velha a pessoa, menor o consumo de ultraprocessados. Em contrapartida, quanto mais jovem, maior o consumo, com os adolescentes sendo o grupo que mais consome esses produtos. "Isso mostra que os hábitos e as preferências são formados desde a infância", afirmou Monteiro ao **Estadão**. Segundo o médico, os ultraprocessados têm grande responsabilidade no aumento dos níveis de obesidade, doença que se tornou uma epidemia no Brasil e no mundo.

Para Monteiro, uma das principais formas de reverter esse quadro é adotar uma alimentação saudável, algo mais simples do que se imagina. "É uma alimentação muito parecida com a que os nossos avós consumiam. Basicamente, uma parte da comida que consumimos deve passar pela cozinha. Hoje, grande parte vem das fábricas. Isso não é natural." ●

OPORTUNIDADES DE IMÓVEIS EM SP
20/02/25 A PARTIR DAS 9H
POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X
LEILÃO ONLINE



IMÓVEL URBANO
VILA CARMOSINA
LANCE INICIAL R$1.155.000
ÁREA DE TERRENO: 650M²



IMÓVEL RESIDENCIAL
CAMPO BELO
LANCE INICIAL R$2.865.000
ÁREA DE TERRENO: 1.000M²

IMÓVEL URBANO
BROOKLIN PAULISTA
LANCE INICIAL R$1.410.000
ÁREA DE CONSTRUÍDA: 238,00M²





IMÓVEL
VILA PRUDENTE
LANCE INICIAL R$4.115.000
ÁREA DE TERRENO: 1.998M²

• LOTE 1: IMÓVEL URBANO. RUA ARRAIAL DE SÃO BARTOLOMEU (ANTIGA RUA ITATIBA), Nº 590 E 598, BAIRRO DA VILA CARMOSINA, SÃO PAULO/SP. ÁREA DE TERRENO DE 650M². MATRÍCULA ÚNICA (DESMEMBRADO EM DOIS LOTES Nº 590 E 598): 118.165, DO 09º CRI DE SÃO PAULO/SP. • LOTE 2: TERRENO URBANO. RUA ANTÔNIO DE MACEDO SOARES (ANTIGA RUA PRUDENTE DE MORAES), Nº 584, CAMPO BELO, SÃO PAULO/SP. ÁREA DE TERRENO DE 1.000M². PADRÃO CONSTRUTIVO: RESIDÊNCIA, ECONÔMICO 200,00 M², 1 PAVIMENTO. IMÓVEL ATRIBUÍDO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO ATRAVÉS DE DOAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO DER NO ANO DE 2020. • LOTE 3: OCUPADO. IMÓVEL URBANO. AV. PORTUGAL, Nº 1074 COM RUA ARIZONA, BROOKLIN PAULISTA (ITAIM BIBI), SÃO PAULO/SP. ÁREA CONSTRUÍDA DE 238,00 M². MATRÍCULA Nº 55.824 DO 15º CRI DE SÃO PAULO/SP, CONTRIBUINTE Nº 085.122.0030-8. IMÓVEL ADQUIRIDO POR DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL REALIZADA EM 1974 PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - D.E.R. • LOTE 4: IMÓVEL URBANO. RUA JUSTINIANO, Nº 1.115, COM A RUA MARQUÊS DE SANTO AMARO, VILA PRUDENTE, SÃO PAULO/SP. ÁREA DE TERRENO DE 1.998M². MATRÍCULA Nº 242.665 DO 06º CRI DE SÃO PAULO/SP.O IMÓVEL FORA INCORPORADO AO PATRIMÔNIO ESTADUAL POR DESAPROPRIAÇÃO, TAL REGISTRO SE DEU NA MATRÍCULA Nº 242.665DO 06º CRI DE SÃO PAULO/SP, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021 (R.2/242.665). DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO RESSALTAMOS QUE O PRESENTE LEILÃO TERÁ INÍCIO ÀS 9H COM ENCERRAMENTO PREVISTO PARA ÀS 15H, SENDO QUE O LEILOEIRO OFICIAL INICIARÁ O APREGOAMENTO DOS LOTES A PARTIR DAS 12H, OCASIÃO EM QUE O EVENTO PODERÁ SERENCERRADO A QUALQUER MOMENTO, COM OS INTERESSADOS TENDO A POSSIBILIDADE DE OFERTAR DESDE A SUA ABERTURA ÀS 9H. A HORA PREVISTA PARA O INÍCIO DOS PREGÕES SEMPRE SERÁ A DE BRASÍLIA. A HORA INDICADA PARA A COLOCAÇÃO DOS LOTES NO PREGÃO SERÁ APENAS ESTIMADA, PODENDO SER ANTECIPADA OU POSTERGADA, CONFORME O ANDAMENTO DO LEILÃO, CABENDO AOS INTERESSADOS ACOMPANHÁ-LO DO COMEÇO AO FIM.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Educação

Prefeitura permite que celular fique na mochila

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo divulgou ontem as orientações sobre a utilização dos celulares e aparelhos eletrônicos nas escolas paulistanas. As regras entram em vigor hoje, dia de volta às aulas na rede municipal.

Segundo o documento, o celular não pode ser usado durante aulas, recreios, intervalos entre as aulas e demais atividades desenvolvidas nos colégios. A lei, porém, é menos restritiva do que a aplicada nas escolas estaduais, uma vez que os alunos poderão guardar seus aparelhos dentro da mochila e usar na entrada e na saída para garantir "acessibilidade, inclusão e os direitos fundamentais". O uso será ainda permitido em atividades pedagógicas e atendimento às condições de saúde do aluno. Na rede estadual, celular não pode ser usado na escola, mesmo em atividade extracurricular. ●

Campeonato Paulista

Santos quer aproveitar reestreia de Neymar para iniciar sua 'arrancada'

Com astro de volta após 12 anos, Alvinegro recebe o Botafogo na Vila Belmiro e tenta conquistar a segunda vitória seguida no Estadual; craque completa 33 anos hoje

TONI ASSIS



Sob a influência da estreia de Neymar em sua volta ao futebol brasileiro após um hiato de 12 anos, o Santos tenta engatar hoje a sua primeira sequência de vitórias no Campeonato Paulista para, de fato, se credenciar ao título do Estadual. O desafio que marca o retorno do atacante, que completa 33 anos hoje, e tenta estabelecer um divisor de águas no torneio é contra o Botafogo, às 21h35, na Vila Belmiro.

Regularizado e com o nome registrado no BID, Neymar vai ser o grande trunfo do técnico Pedro Caixinha para buscar o segundo resultado positivo consecutivo na competição – o time venceu o São Paulo por 3 a 1 no último sábado. O treinador não estará no banco hoje. Cumprirá suspensão por ter sido expulso no clássico.

Contratado por ser adepto de um estilo de jogo ofensivo, Caixinha espera mais facilidades a partir de agora para ver a sua filosofia surtir efeito. E o ataque é o setor onde o Santos parece estar mais forte.

Guilherme, artilheiro do Paulistão com sete gols, terá a companhia de Tiquinho Soares, centroavante que chegou recentemente e busca seu espaço na equipe. Neymar, por sua vez, vai ter a liberdade para atuar em todos os espaços e comandar o time.

Com sete pontos em seis rodadas e uma campanha de apenas 38% de aproveitamento, o Santos precisa reagir de forma imediata. E vai ser sob a "aura" da chegada de Neymar que essa retomada pode ser iniciada.

"Ele vai jogar. Ter essa integração com a nossa própria dinâmica (estilo de jogo) terá uma importância fundamental", afirmou Caixinha, que obteve um retorno mais do que amistoso da grande estrela da companhia. "Dependendo do treinador, jogo de 9, de volante, de meia. Estou aqui para ajudar, vim para somar", disse o craque em seu primeiro contato com a torcida.

No treino de ontem, o atacante participou da atividade com os companheiros e demonstrou estar em forma. Ele se movimentou bem, arriscou chutes a gol e deve atuar pelo menos um tempo.

RAUL BARETTA / AFP



Neymar e seus novos companheiros após o treino de ontem no CT

7ª RODADA DO PAULISTÃO



SANTOS: Gabriel Brazão; Léo Godoy, Luisão, Luan Peres e Escobar; Tomás Rincón, Diego Pituca e Soteldo (Thaciano); Guilherme, Tiquinho Soares e Neymar.
Técnico: Pedro Malta (auxiliar).
BOTAFOGO-SP: João Carlos; Ericson, Allyson, Alisson Cassiano e Gabriel Risso; Gabriel Bispo, Dramisino e Leandro Maciel; Jonathan Cafú, Pablo Thomaz e Douglas Baggio.
Técnico: Marcio Zanardi.
Árbitro: Matheus D. Candançan.
Horário: 21h35.
Local: Vila Belmiro, em Santos (SP).

RETORNOS. No restante da escalação, o Santos deverá contar com o retorno de Escobar à lateral-esquerda. O jogador se recuperou de um edema muscular na coxa esquerda e tem chances de iniciar o duelo. Caso não reúna condições de atuar, Vinícius Lira, de 17 anos, será mantido. Thaciano é outro que pode reaparecer. Ele treinou bem e vira uma boa opção para o treinador.

O atacante Gabriel Veron, ex-Palmeiras e Cruzeiro, teve a contratação confirmada ontem. Ele foi emprestado ao Santos pelo Porto. Mas ainda não estará à disposição.

No Botafogo, o técnico Marcio Zanardi trabalha para tentar mudar a realidade do clube no Paulistão. Com três empates e três derrotas até agora, o time tem a pior campanha do campeonato e corre risco de rebaixamento. ●

Receitas com marketing vão bancar craque, diz presidente

RICARDO MAGATTI

Meses de conversas, dezenas de telefonemas e reuniões, uma visita à casa de Neymar e um vídeo com a voz de Pelé recriada graças à inteligência artificial. Tudo isso foi necessário para Marcelo Teixeira convencer o astro a voltar ao Santos 12 anos após sua saída. Amigo de Neymar pai, o dirigente viabilizou o retorno do maior jogador da história do time alvinegro depois de Pelé. Para ele, a contratação é comparável a um título importante. "Foi emocionante, nós vivemos dias intensos na negociação", disse o empresário, que conversou com o **Estadão** em frente à bandeira santista em sua sala na Vila Belmiro.

Por enquanto, Neymar permanecerá no Santos até o meio do ano, mas poderá ficar por mais tempo, segundo o dirigente. "É um contrato de seis meses, podendo ser prorrogado até a Copa do Mundo. O Santos não investiu na aquisição dos direitos federativos do jogador, portanto é um fato importante porque o jogador veio livre, então as condições que nós tínhamos e temos são diretamente com o atleta", explicou Teixeira.

"Isso fez com que nós tivéssemos condições comerciais importantes. Nós vamos avaliar nesses seis meses tanto na questão comercial quanto de retorno financeiro que o Santos possa ter, assim como também o próprio Neymar neste contrato, e vamos avaliar tecnicamente também", afirmou o presidente. "É importante que ele volte a jogar bem, que ele consiga reeditar as grandes atuações. Será importante para todas as partes poderem avaliar toda essa questão, tanto os resultados financeiros como os resultados técnicos dentro de campo, para entender se pode ser prorrogado o vínculo."

LÉO SOUZA/ESTADÃO



Marcelo Teixeira viabilizou o retorno de Neymar ao Santos

Teixeira revelou que as conversas para o retorno do atacante ao time começaram logo após ele ser eleito, ainda em 2024. Agora, a estratégia para manter Neymar, sempre presente na lista dos jogadores mais bem pagos do mundo, no Santos passa por diferentes receitas que o atleta vai gerar. Isto é, o jogador ganhará um salário fixo e ainda receberá partes consideráveis dos direitos atrelados à sua imagem, que tem sido muito explorada pelo marketing do clube, desde antes de chegar ao Brasil.

NÚMEROS. O dirigente não revelou o salário fixo do craque – especula-se que o valor seja na casa dos € 160 mil, algo próximo de R$ 1 milhão por mês.

Entre as novas receitas do Santos com a chegada de Neymar, estão ações publicitárias, parcerias comerciais (pontuais ou não), vendas de camisas e produtos licenciados, arrecadação advinda do plano de sócio-torcedor e outras atividades. A estratégia é semelhante ao plano que o clube adotou para manter o atleta por mais tempo, até 2013, antes de rumar ao Barcelona. Todos esses ganhos tornarão Neymar o atleta mais bem pago do País.

O presidente revelou que a chegada de Neymar torna possível vender uma das propriedades na camisa por um valor 12 vezes maior. "Uma pequena propriedade na camisa, que nós estávamos vendendo por R$ 500 mil para essa temporada de 2025, nós conseguimos a negociação por R$ 6 milhões. De R$ 500 mil antes, nós fechamos por 1 milhão de dólares", afirmou o mandatário.

Efeito Neymar
Nos últimos dias, o clube saltou de 50 mil para 71 mil sócios adimplentes

A volta de Neymar ao Santos fez com que o clube saltasse de 50 mil associados para quase 71 mil no programa Sócio Rei – um aumento de 42% no número de adimplentes. ●

Eufrázio

Corinthians

Clube apresenta plano para quitar R$ 367 mi de sua dívida em 10 anos

Para ser aceita no Regime Centralizado de Execuções, equipe propõe destinar 4% das receitas para pagar a credores

O Corinthians apresentou na segunda-feira à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais o plano de pagamento para colocar em prática o seu Regime Centralizado de Execuções (RCE), que serve para renegociar dívidas e prazos com credores. No documento, o clube detalha como pretende quitar, em dez anos, R$ 367 milhões dos R$ 2,4 bilhões da dívida total. As dívidas serão corrigidas pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) e há meta de quitação de 60% no sexto ano.

O RCE depende, agora, de aprovação da Justiça. Dentro do regime, o clube não pode sofrer bloqueios judiciais em suas contas, mas há credores que tentam derrubar o projeto com ações em andamento.

Ao introduzirem o plano, os advogados responsáveis pelo RCE detalham as razões da crise econômica do Corinthians e informam o valor da dívida total do clube (*veja quadro*). Também são citadas razões como o fluxo de caixa estrangulado pelo uso de receitas futuras como garantia de operações financeiras e custo financeiro do alto endividamento, além de "gestões financeiras ineficientes no passado" e a pandemia de covid-19.

A reorganização do pagamento prevê a distribuição proporcional entre os credores inclusos no regime, de forma que 4% das receitas recorrentes serão utilizadas para pagamento igualitário entre os listados no RCE. Já 5% das entradas de caixa referentes a receitas de venda e direitos econômicos de jogador serão destinadas a leilões reversos, em que o credor que oferecer o maior desconto terá prioridade para receber. A diferença entre o valor inicial e o final será no mínimo de 30%.

Saldo devedor

- **Relacionadas ao estádio**
  R$ 677 milhões
- **Tributárias**
  R$ 817 milhões
- **Cíveis e trabalhistas**
  R$ 926 milhões, sendo R$ 367 milhões listados no RCE

PRIORIDADES. Será estabelecida, ainda, prioridade para determinados grupos de credores, como idosos, pessoas com doenças graves, aqueles que possuam créditos inferiores a 60 salários mínimos, gestantes, vítimas de acidente de trabalho, acordos prevendo redução de pelo menos 30% do valor devido e credores que, em futuras negociações, gerarem significativas novas receitas ao caixa do clube.

Assim que o plano for homologado pela Justiça, as ações e execuções em curso contra o Corinthians ficarão suspensas, e os credores envolvidos no RCE poderão fazer cobranças apenas dentro dos termos previstos pelo plano. Com os pagamentos, as dívidas serão quitadas de forma "automática, irrestrita e irrevogável", diz o texto do plano.

Se o RCE for homologado, o início dos pagamentos se dará a partir de 45 dias após a aprovação do plano. ● BRUNO ACCORSI, RODRIGO SAMPAIO E MURILLO CÉSAR ALVES

Campeonato Paulista

No MorumBis, São Paulo tenta reencontrar o caminho da vitória contra o Mirassol



SÃO PAULO: Rafael; Igor Vinicius, Arboleda, Alan Franco e Enzo Díaz; Pablo Maia, Alisson, Lucas e Oscar; Luciano e Calleri. **Técnico:** Luis Zubeldía.
MIRASSOL: Alex Muralha; Lucas Ramon, João Victor, David Braz e Reinaldo; Neto Moura, Danielzinho, Gabriel e Chico Kim; Negueba e Iury Castilho. **Técnico:** Eduardo Barroca.
Árbitro: João Vitor Gobi (SP). **Horário:** 19h30 (de Brasília). **Local:** MorumBis, em São Paulo.
Onde assistir: Uol Play (streaming), Nosso Futebol (TV fechada) e Zapping TV (TV fechada).

Após perder para o Santos por 3 a 1 de virada no último sábado, o São Paulo tenta se reabilitar no Paulistão hoje, quando recebe o Mirassol (cinco vitórias consecutivas), às 19h30, no MorumBis. O zagueiro Alan Franco, preservado das últimas duas partidas, e o lateral-esquerdo Enzo Díaz, que deixou o último jogo com dores na perna direita, treinaram normalmente e devem jogar junto com os outros titulares da equipe. ●

Palmeiras

Universidade da Carolina do Norte será base do time na 1ª fase do Mundial de Clubes

O Palmeiras vai utilizar as instalações da Universidade da Carolina do Norte, em Greensboro, como base de treinamento durante a primeira fase do Mundial de Clubes, entre junho e julho. A escolha se deu pela estratégia de viagens para Nova Jersey, onde o Palmeiras jogará contra Porto e Al-Ahly, e para Miami, onde o adversário será o Inter Miami. A viagem para os dois primeiros jogos levará, em média, 1 hora e 10 minutos. Já o voo para o último confronto da fase de grupos terá duração de cerca de 1 hora e 50 minutos. ●

Minas Gerais

Cruzeiro acerta com o técnico português Leonardo Jardim até o fim de 2026

O Cruzeiro anunciou ontem a contratação do técnico Leonardo Jardim. O português vai substituir o demitido Fernando Diniz e assinou um vínculo até o fim de 2026. Jardim estava no Al Ain, dos Emirados Árabes Unidos, e foi seduzido pelo projeto de longo prazo oferecido pela diretoria do Cruzeiro. Junto com ele, chegam o auxiliar Antonio Vieira e ainda dois analistas: Diogo Dias e José Barros. Entre os seus bons trabalhos, estão o título do Campeonato Francês com o Monaco e o vice-campeonato português no comando do Sporting. ●

NBA

Doncic é apresentado e admite surpresa por ir parar nos Lakers

LOS ANGELES

"Estava quase dormindo quando me ligaram. Tive que checar se não era 1º de abril", afirmou Luka Doncic, agora jogador do Los Angeles Lakers, após ser trocado pelo Dallas Mavericks. Em sua apresentação ontem pela franquia da Califórnia, o armador se mostrou ainda chocado pela decisão da organização do Texas de trocá-lo por Anthony Davis e Max Christie. Por outro lado, o esloveno admite estar empolgado em dividir as quadras com LeBron James na NBA.

"Não acreditei, foi um choque. Emocionalmente, foi muito difícil. Hoje estou muito melhor, mas parece que vivi um mês nesses últimos dois dias. Eles tomaram essa decisão não sei o porquê, mas não posso fazer nada", afirmou.

Mavericks e Lakers discutiram a troca ao longo das últimas três semanas. O esloveno se mostrou disposto, ao longo desse período – em que não tinha ciência que seria trocado pela organização –, a renovar o contrato e permanecer em Dallas, já que seu contrato se encerraria ao fim desta temporada. "Pensei que ia passar toda a minha carreira lá", disse.

Ao mesmo tempo que lida com o "luto" de deixar a franquia em que começou sua carreira na NBA, se mostra empolgado em defender os Lakers – e de atuar ao lado de LeBron James. "Ele me ligou imediatamente. Não falamos muito porque não tínhamos tempo, mas ele me deu as boas-vindas a Los Angeles", afirmou. "É um sentimento maravilhoso. Estou animado para trabalhar com ele."

Caso renovasse seu contrato com o Mavericks, Doncic poderia receber até US$ 345 milhões (aproximadamente R$ 2 bilhões). Agora, só pode receber, no máximo, US$ 229 milhões (cerca de R$ 1,3 bilhão).

JAE C. HONG/AP


Doncic, com sua nova camisa; jogar com LeBron serve de alento

"Chegando aqui, lembrei de quando conheci o Kobe (ídolo do Lakers). Só de ele saber meu nome, fiquei empolgado. Estou feliz de começar essa jornada", disse.

O jogador não entra em quadra desde 25 de dezembro, quando deixou a partida contra o Minnesota Timberwolves por causa de uma distensão na panturrilha esquerda. Deve estrear nos Lakers contra o Indiana Pacers, em 8 de fevereiro, ou o Utah Jazz, no dia 12. ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
- **ATP de Roterdã**
  Segunda rodada
  15h30 / ESPN 2

FUTEBOL
- **Copa do Rei**
  Leganés x Real Madrid
  17h / ESPN 4
- **Copa da Liga Inglesa**
  Newcastle x Arsenal
  17h / ESPN
- **Campeonato Paulista**
  Noroeste x Ponte Preta
  19h30 / Uol Play
  São Paulo x Mirassol
  19h30 / Uol Play
  Santos x Botafogo
  21h35 / CazéTV, TNT, Max, Record e Uol Play
- **Campeonato Carioca**
  Vasco x Fluminense
  21h30 / Band
- **Campeonato Gaúcho**
  Juventude x Grêmio
  21h30 / SporTV e Premiere

BASQUETE
- **NBA**
  Phoenix Suns x Oklahoma City Thunder
  23h30 / ESPN 2

Leilão em Stuttgart

Mercedes pilotada por Fangio bate os R$ 309 milhões

Modelo W 196 R Streamliner é de 1954, tem motor que gera quase 300 cv de potência e participou da Fórmula 1



MERCEDES BENZ / DIVULGAÇÃO

Stirling Moss no GP de Monza de 1955 com o W 196 R Streamliner

VAGNER AQUINO

Mercedes-Benz W 196 R Streamliner. Um nome tão grande quanto seu preço: 51,1 milhões de euros (quase R$ 309 milhões). O raríssimo modelo, datado de 1954, é um carro de corrida e foi arrematado em leilão feito pela RM Sotheby's, em Stuttgart (Alemanha). O carro já foi pilotado por lendas do automobilismo como o argentino Juan Manuel Fangio, cinco vezes campeão da categoria, e o britânico Stirling Moss, que foi vice-campeão quatro vezes. O Mercedes já participou da Fórmula 1 e está entre os automóveis mais desejados já colocados à venda. O nome do comprador – como em muitos casos – permanece em sigilo.

A raríssima e desejada Mercedes-Benz W 196 R Stromlinienwagen (nome em alemão do modelo) de 1954, um dos quatro modelos a apresentar a carroceria Streamliner, ajudou Fangio a vencer uma corrida em Buenos Aires, em 1955, ano em que conquistou seu terceiro título na Fórmula 1. Na última prova daquela temporada, Moss assumiu o volante do bólido e cravou a volta mais rápida em Monza, no Grande Prêmio da Itália.

O carro é um dos 11 icônicos veículos colocados em leilão pelo Indianapolis Motor Speedway Museum, que busca levantar fundos para ampliar o patrimônio, cuidar do acervo existente e adquirir novos itens. Embora esses carros façam parte do acervo do museu, eles "não possuem ligação direta com a história da Indy 500 ou do autódromo", conforme o comunicado oficial. Doado para o museu pela Mercedes em 1965, o bólido de Fangio e Moss nunca mais foi exibido ou pilotado em eventos automobilísticos.

O W 196 R Stromlinienwagen se tornou, assim, o carro de corrida mais caro já vendido e o segundo mais valioso negociado em leilões, atrás somente de outro veículo da fabricante alemã, a Mercedes 300 SLR Uhlenhaut Coupe, de 1955, arrematada em 2022 por 113 milhões de libras esterlinas – R$ 822,6 milhões, na cotação atual. O valor foi tão alto que o carro entrou para a lista dos "10 objetos mais caros já vendidos em leilões na história", informou a RM Sotheby's. A lista inclui obras de arte de Leonardo da Vinci e Pablo Picasso, por exemplo.

RARIDADE. O Mercedes-Benz W 196 R Streamliner teve apenas 14 unidades produzidas. Dessas, só dez ultrapassaram a época de Fórmula 1 e apenas quatro mantiveram a configuração Streamliner – com as rodas cobertas e aptos a altas velocidades em pistas largas. O outro estilo de carroceria disponível tinha rodas expostas e, assim, ficava adequado para curvas.

O W 196 R ainda tem assento único, carroceria feita com liga de magnésio (para reduzir peso) e motor que gera quase 300 cv de potência, além de câmbio manual de cinco marchas. O veículo leiloado é o único dos quatro ainda existentes que não pertence à Mercedes-Benz.●

150 anos de grandes marcos e marcas. E prontos para os próximos 150.

Conheça as oportunidades do projeto de 150 anos do Estadão.
Escreva para **publicacoes@estadao.com**

ESTADÃO 150 ANOS

Realização: ESTADÃO 150
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Apoio: ELDORADO FM 107.3 paladar 20
Oferecimento: Light

Eufrázio

Crédito **Nova modalidade**

Se juro não tiver teto, consignado privado sai sem garantia do FGTS, dizem bancos

Em documento entregue a Lula, Febraban afirma que, com limite, 'há risco de os bancos não terem apetite' para oferecer crédito 'a trabalhadores de menor renda'

ALVARO GRIBEL
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Em reunião na quinta-feira passada, no Palácio do Planalto, o setor financeiro afirmou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que pode atuar sem a garantia do FGTS caso o governo não estabeleça um teto de juros na remodelagem do crédito privado consignado. O pedido consta em um documento apresentado pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) a Lula e à equipe econômica, ao qual o **Estadão** teve acesso.

Procurada, a entidade confirmou a veracidade do texto. Já os ministérios da Fazenda e do Trabalho e Emprego (MTE) não quiseram comentar.

O governo prepara um novo modelo de consignado privado no qual os bancos terão acesso às informações dos trabalhadores por meio da plataforma e-Social, não precisando mais ser dependentes de convênios feitos com as empresas para emprestar. Com isso, os trabalhadores poderão receber ofertas de várias instituições, porque haverá mais competição, enquanto os bancos terão acesso a uma base maior de clientes.

O teto de juros é a principal preocupação dos bancos (tanto públicos quanto privados) com as mudanças, porque o setor teme que o governo siga o mesmo modelo do consignado para aposentados do INSS e servidores públicos – que estabelece um teto de juros de 1,8% ao mês.

O entendimento das instituições financeiras é de que o mercado de trabalho formal privado tem outra modelagem de risco e que o teto poderia afastar do acesso ao crédito justamente as parcelas da população que mais precisam.

"Caso venha a ser implementado o teto, há risco de os bancos não terem apetite para conceder o novo consignado a trabalhadores de menor renda, de primeiro emprego e com vínculo com empregadores de menor porte ou de maior rotatividade", afirma o texto da Febraban.

Juros mais em conta
Instituições financeiras querem migrar clientes de linhas de crédito mais caras para o consignado

O governo, porém, cogita estabelecer um teto de juros para esse tipo de operação.

GARANTIA. A entidade complementa que, com o teto, seria necessário ter a garantia do FGTS. "No caso de teto de juros, a garantia do FGTS será fundamental para expandir a oferta ao público de maior risco ou rotatividade. Sem teto de juros, os bancos poderiam atuar sem a garantia do FGTS", diz a Febraban.

Auxiliares de Lula nos bancos estatais almejam que a taxa dessa nova linha de crédito fique próxima à do consignado do setor público. Eles são contra o teto, mas entendem que o saldo do FGTS poderia ser dado como garantia para que os juros fiquem abaixo de 2% ao mês.

O governo vê resistência dos bancos em usar o FGTS como garantia, uma vez que os recursos são os mesmos utilizados para a linha do saque-aniversário, operação de crédito que ganhou popularidade nos últimos anos e é lucrativa para as instituições financeiras. O dispositivo, porém, está na mira do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que deseja acabar com a modalidade.

Uma solução intermediária que vem sendo debatida entre o setor financeiro e o governo seria limitar o número de anos que poderiam ser antecipados como garantia do empréstimo.

A reunião da última quinta-feira, no entanto, não tratou do FGTS. Além do presidente Lula, o encontro contou com o presidente da Febraban, Isaac Sidney, com CEOs de bancos privados e públicos, além de Marinho e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

APLICATIVO. A Febraban também fez outros dois pedidos considerados como determinantes para o sucesso da medida.

Primeiro, que a plataforma do e-Social para que os bancos tenham acesso às informações dos trabalhadores possa ser acessada diretamente pelos aplicativos dos bancos. Há o receio de que os clientes desistam de completar o processo por terem de entrar em um site do governo, além da preocupação com links falsos que possam levar a um aumento de crimes e fraudes.

Segundo, que ocorra um período de transição, para que as instituições financeiras consigam migrar clientes que hoje estão com dívidas caras para as novas linhas de consignado. ●

EMPRÉSTIMOS

Custo do crédito para servidores públicos é menor do que o para trabalhadores do setor privado

Taxa de juros do crédito pessoal
EM PORCENTAGEM AO MÊS, DEZEMBRO DE 2024

CRÉDITO PESSOAL NÃO CONSIGNADO	6,1
CONSIGNADO PRIVADO	2,89
SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	1,8
CONSIGNADO MÉDIA TOTAL	1,8
INSS	1,66

Saldo de crédito consignado
Por modalidade, acumulado em 12 meses até dezembro de 2024
EM BILHÕES DE REAIS

SERVIDORES PÚBLICOS	365,443
APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS	270,816
TRABALHADORES DO MERCADO FORMAL PRIVADO	39,685

FONTES: BANCO CENTRAL E FEBRABAN / INFOGRÁFICO ESTADÃO





Este é o ano para focarmos na exportação de serviços

ARTIGO

Gustavo Benchimol
Advogado

Em 2024, o Brasil atravessou uma brutal desvalorização do real. O tombo ainda dói. Mas o dólar nas alturas representa a oportunidade de contratação de brasileiros, que cobram em reais, por empresas estrangeiras, que pagam em dólar.

No Brasil, a prestação de serviços representa 60% do PIB. No entanto, em 2023 exportamos apenas 2% em serviço, enquanto a média dos países da América Latina é de 4%. No mesmo ano, o setor de agro e a indústria brasileira, que equivalem a 40% do PIB nacional, exportaram metade de suas produções.

Os EUA vivem uma economia aquecida, déficit de mão de obra qualificada e restrições na concessão de vistos de trabalho para estrangeiros. Ao mesmo tempo, o prestador de serviço brasileiro tem formação acadêmica qualificada, veia empreendedora, facilidade para trabalho remoto, cultura compatível com a dos EUA, traquejo da língua inglesa e isenções de PIS/Cofins e ISS na exportação de serviços.

O fuso entre os países das Américas também joga a favor, variando de uma a três horas, uma vantagem em relação a países concorrentes, como a Índia.

Uma boa estratégia para iniciar a exportação de serviços é a subcontratação de empresas brasileiras por companhias americanas do mesmo setor e de tamanho similar. Por serem bichos da mesma espécie, estes profissionais reconhecem sinergias e convergem para uma discussão de preço capaz de gerar valor aos dois lados. Desta forma, a empresa brasileira precisa investir menos na captação de clientes e terá acesso a um volume de trabalho maior. O empresário americano, por sua vez, captura uma parte do ganho e obtém vantagem competitiva graças ao serviço de qualidade por uma fração do preço de mão de obra americana.

Apesar das diferenças culturais, é preciso ser destemido e desmistificar as complexidades de fazer negócios no exterior

A forma mais prática de buscar parcerias é a participação em conferências segmentadas por indústrias, onde participantes estão atrás de boas oportunidades. Como profetizou o ex-presidente americano Calvin Coolidge, cem anos atrás: "O negócio dos Estados Unidos é fazer negócios".

Infelizmente, Câmaras de Comércio Internacionais e consulados não costumam ser eficientes nas prospecções iniciais. Por mais que desejem ajudar, essas instituições desconhecem as peculiaridades e os *players* de cada indústria.

Apesar das diferenças culturais a serem levadas em conta, é preciso ser destemido e desmistificar as complexidades de fazer negócios no exterior. Lembre-se: quando não sabemos para onde queremos ir, não há vento que sopre em direção ao nosso destino. ●

Política monetária **Inflação**

Alta dos alimentos vai se propagar e meta será descumprida, avisa o BC

Ata do Copom reforça aumento de mais um ponto para a Selic na reunião de março; taxa básica de juros está hoje em 13,25%

ESTADÃO ANALISA

ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

O Banco Central sob a presidência de Gabriel Galípolo avisou na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, que deve descumprir a meta de inflação já na largada, agora sob o regime de "meta contínua". Em outras palavras, isso quer dizer que a inflação anualizada vai ficar acima do teto de 4,5% por seis meses seguidos, de janeiro a junho, o que configuraria o descumprimento.

A partir deste ano, o descumprimento da meta deixa de ser medido pelo ano-calendário, ou seja, pelo resultado anual em dezembro, e passa a ser computado se ficar acima do intervalo de tolerância por seis meses.

Na reunião da semana passada, o Copom elevou a Selic em um ponto porcentual, para 13,25% ao ano. Foi o quarto aumento consecutivo da taxa básica de juros, que marcava 10,5% em setembro do ano passado.

O BC vê a economia sobreaquecida, com o mercado de trabalho mais forte (o desemprego está na mínima histórica), o que tende a pressionar a inflação de serviços. E há ainda um alerta sobre a indexação da economia interna, que terá o efeito de transformar, por exemplo, um choque temporário de preços dos alimentos em permanente.

É isso que o BC quer dizer quando afirma que "esse aumento (*dos alimentos*) tende a se propagar para o médio prazo em virtude da presença de importantes mecanismos inerciais da economia brasileira".

Na ata, o BC também reafirmou que vai subir a Selic em um ponto porcentual na reunião de março, mas não quis dar, assim como no comunicado divulgado logo depois da reunião, outro "forward guidance" (indicação futura) para as próximas reuniões.

HADDAD. Questionado sobre o teor da ata, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que, com a mudança para o regime de meta contínua, o BC terá tempo para avaliar com mais racionalidade a duração do aperto na política monetária. "Nós temos uma meta contínua agora. Isso faz com que o BC possa apresentar um plano de trabalho consistente para trazer a inflação para a meta, com mais racionalidade do que acontecia antes da mudança. Penso que o BC vai ter tempo de analisar o patamar de juros que vai manter, e por quanto tempo, para conseguir esse objetivo."

"Esse aumento (dos alimentos) tende a se propagar para o médio prazo em virtude da presença de importantes mecanismos inerciais da economia brasileira"
Trecho da ata da última reunião do Copom

A ata voltou a indicar que o BC não vai deixar de cumprir o seu papel no combate à inflação. Mas ganha tempo para avaliar o cenário até maio, diante da volatilidade internacional que tem sido provocada principalmente pelas medidas protecionistas anunciadas pelo presidente dos EUA, Donald Trump.

De todo modo, há o pedido, mais uma vez, para que as políticas monetária e fiscal sejam "harmoniosas". Ou seja, para que o governo Lula, de fato, corte gastos. Caso contrário, ainda não há limite, pelas indicações do BC, para o aumento dos juros no País. ● COLABORARAM FERNANDA TRISOTTO e AMANDA PUPO/BRASÍLIA

Dívida pública federal sobe 12,2% em 2024

AMANDA PUPO
GIORDANNA NEVES
BRASÍLIA

A dívida pública federal (DPF) fechou o ano de 2024 em R$ 7,31 trilhões – uma alta de 12,2% em relação a 2023, quando o estoque estava em R$ 6,5 trilhões. O resultado, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional, ficou dentro do projetado no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2024, que previa um intervalo entre R$ 7 trilhões e R$ 7,4 trilhões.

A DPF é a dívida contraída pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal – que gasta mais do que arrecada. O endividamento pode ocorrer por meio da emissão de títulos públicos ou pela assinatura de contratos.

A DPF inclui as dívidas interna e externa. A chamada Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) teve avanço de 1,51% em dezembro e fechou o mês em R$ 6,967 trilhões. Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 2,48% maior no mês, somando R$ 349,19 bilhões.

Além dos resultados de 2024, o Tesouro Nacional apresentou o Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2025, com as metas para a dívida pública federal. O documento prevê que o estoque da DPF fique entre R$ 8,1 trilhões e R$ 8,5 trilhões no fim do ano.

Para os papéis remunerados pela Selic (a taxa básica de juros da economia), o PAF prevê uma participação de 48% a 52% do total em 2025. Em 2024, essa fatia foi de 46,3%. Na semana passada, o Banco Central aumentou a Selic para 13,25% ao ano e reforçou a perspectiva de uma nova alta de um ponto na próxima reunião, em março.

De acordo com o subsecretário da Dívida Pública, Daniel Leal, apesar do aumento da concentração de LFTs (títulos públicos atrelados à Selic) o custo da dívida acaba sendo relativamente estável, uma vez que o Tesouro ainda tem uma posição confortável quanto ao custo. "Demora um pouco para (*a dívida*) reagir a esse aumento de custo, seja pelo aumento da participação das LFTs, seja pela própria subida da Selic", disse ele, explicando que essa estabilidade decorre da estrutura diversificada da dívida pública.

Em alta
Estoque da dívida do governo passou de R$ 6,5 tri, em 2023, para R$ 7,31 tri no ano passado

Leal ressaltou ainda que todos os indicadores de 2024 ficaram dentro do Plano Anual de Financiamento (PAF) e informou que o Tesouro tende a buscar um alongamento do perfil da dívida.

O órgão também atualizou a meta para a participação de títulos prefixados – na qual o investidor já sabe a taxa de rendimento no momento da compra – e dos remunerados por índices de preços. O PAF 2025 estipula que a fatia de títulos prefixados no estoque da dívida encerre este ano entre 19% e 23%. Em 2024, a fatia desses papéis ficou em 22%.

Já para os títulos atrelados ao IPCA, o PAF prevê parcela de 24% a 28% do estoque este ano. Em 2024, a meta era de 25% a 29% da DPF, e ficou em 27%. ●



Quem espera mais dos seus investimentos merece o Banco que tem o melhor app para investir.

Com o BTG, você tem a Melhor Plataforma para Investir, eleita pela FGV. São mais de 1.000 produtos para investidores conservadores ou arrojados, com o apoio de assessores premiados e especializados em todo objetivo de vida.



*O BTG Pactual foi vencedor da categoria Plataformas (Varejo e Alta Renda) no ranking Melhor Banco e Plataforma para Investir (MBPI) da FGV em 2023.

Eufrázio

Comércio exterior **Pressão americana**

China retalia e taxará itens americanos em até 15%; Google será investigado

Governo chinês diz que tarifaço de Trump prejudica 'cadeias de suprimento'; big tech é alvo de autoridade antimonopólio

PEQUIM

O governo chinês anunciou ontem que vai impor tarifas de 15% sobre produtos como carvão e gás natural liquefeito e de 10% sobre petróleo bruto, máquinas agrícolas e carros de grande cilindrada dos EUA, em resposta ao tarifaço determinado pelo presidente americano, Donald Trump. As novas alíquotas entram em vigor na próxima segunda-feira. Pequim também informou que iniciou uma investigação antitruste contra o Google, big tech americana.

No sábado, Trump anunciou taxas de 25% para produtos importados do México e do Canadá, e de 10% para itens da China. O presidente americano justificou a medida dizendo que os vizinhos não se empenhavam em combater o tráfico de fentanil e a imigração ilegal nas fronteiras.

Na segunda-feira, porém, o republicano suspendeu por um mês o tarifaço para México e Canadá, após acordo com os líderes dos dois países. A China ficou de fora, apesar de Trump ter dito que conversaria com o presidente chinês, Xi Jinping, para tentar uma solução – neste caso, a queixa do republicano é de que o país asiático não se empenharia para conter o tráfico de insumos para a produção do fentanil.

Ontem, Trump disse não ter "pressa". "Conversarei com Xi Jinping no momento apropriado", disse ele, no Salão Oval da Casa Branca. Sobre as retaliações chinesas, o republicano se limitou a responder que "está tudo bem".

De acordo com o governo chinês, as tarifas de Trump "prejudicam seriamente o sistema de negociação multilateral baseado em regras, prejudicam a base da cooperação econômica e comercial entre a China e os Estados Unidos e interrompem a estabilidade das cadeias de suprimentos da indústria global". O texto, assinado pelo Ministério do Comércio do país, integra o comunicado sobre as contramedidas.

> ***"A China provavelmente se prepara para outras ações"***
> **Bert Hofman**
> **Universidade Nacional de Cingapura**



ANDY WONG/AP-31/1/2025

Bandeiras da China e Estados Unidos em Pequim: guerra comercial

Nos decretos assinados pelo presidente americano sobre o tarifaço, havia a previsão de que retaliações poderiam ser respondidas com outros aumentos de taxas. A Casa Branca não informou ontem se acionaria o dispositivo.

Wendy Cutler, ex-negociadora comercial dos EUA, disse que as medidas anunciadas por Pequim eram um sinal de que a China tem "uma gama de opções" para responder ao americano. "Pequim vinha construindo suas ferramentas (*para combater Trump*) há algum tempo." Os EUA compram por volta de US$ 400 bilhões (cerca de R$ 2,3 trilhões) em mercadorias chinesas todos os anos.

Pesquisadores da Capital Economics calcularam que as tarifas chinesas atingiriam cerca de US$ 20 bilhões (R$ 115 bilhões) em exportações dos EUA – cerca de 12% do que os americanos vendem para a China a cada ano –, muito menos do que os US$ 450 bilhões (R$ 2,5 trilhões) em ⊙

agro.estadao.com.br

agro ESTADÃO

PORTAL AGRO ESTADÃO
Um novo ecossistema para o futuro do agronegócio
>>>

Uma parceria:
ESTADÃO 150
broadcast agro
PYXYS

Criação:
ESTADÃO BLUE STUDIO

Eufrázio

Presidente da Comissão Europeia diz que bloco terá 'negociações difíceis'

A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, afirmou ontem que o bloco precisará fazer "negociações difíceis, mesmo com parceiros de longa data", diante da ameaça de novas tarifas contra o bloco europeu pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Ela ressaltou que, na busca por acordos com outras nações, a UE terá de, em certos momentos, "concordar em discordar".

Em discurso em uma conferência de embaixadores da UE, Ursula disse que o bloco poderá "ter de trabalhar com países que não compartilham da nossa visão de mundo". Segundo ela, "o princípio básico da diplomacia neste novo mundo é manter o foco no objetivo" e aceitar que, ocasionalmente, será preciso ceder em alguns pontos para avançar em outros.

"A Europa protegerá sua segurança econômica e nacional, mas também é fundamental que encontremos o equilíbrio certo", afirmou a presidente da UE. ●

importações chinesas taxadas pelos Estados Unidos.

"Entendo que é uma resposta relativamente limitada", disse Bert Hofman, ex-funcionário do Banco Mundial e professor adjunto na Universidade Nacional de Cingapura. "A China provavelmente se prepara para outras ações, pois as medidas de sábado podem ser apenas o primeiro passo da administração Trump."

A China anunciou restrições às exportações de tungstênio, telúrio, molibdênio e outros metais importantes para a indústria de novas tecnologias, citando "segurança e interesses nacionais".

O presidente do Comitê Nacional de Relações Estados Unidos-China, Stephen Orlins, disse que a resposta chinesa foi "medida". "Isso lembra aos americanos que a cadeia de suprimentos não é confiável."

BIG TECH. A Administração Estatal para Regulamentação de Mercado, autoridade chinesa antitruste, anunciou ontem que vai investigar o Google por suposta violação da lei antimonopólio. O mesmo órgão já tem uma apuração aberta contra a Nvidia, gigante americana fabricante de chips, pelo mesmo motivo, desde dezembro.

Os principais produtos do Google não estão disponíveis na China em razão da censura do país – o que inclui o mecanismo de busca, o YouTube e a Play Store (plataforma de venda de aplicativos).

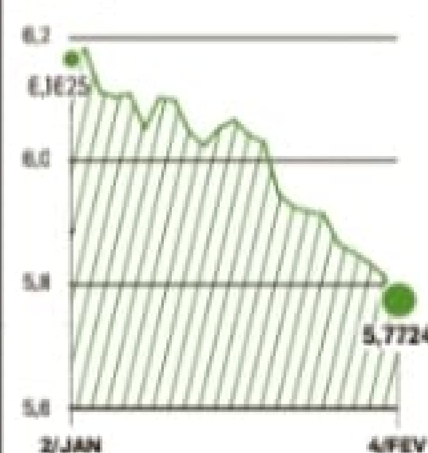
Segundo o Google, sua principal atividade no país asiático está em ajudar empresas chinesas a se conectarem com clientes de fora do país. Isso inclui fornecer o Android, seu sistema operacional móvel, para fabricantes de telefones chineses como Lenovo e Xiaomi. O código do dispositivo é aberto e, por isso, os fabricantes de telefones podem usá-lo sem custos.

A big tech americana diz que permite que empresas chinesas anunciem no Google e no YouTube fora da China. A Temu, braço internacional da gigante chinesa de comércio eletrônico Pinduoduo, inundou a plataforma com propaganda. A Shein, empresa chinesa de roupas, também anuncia nos serviços do Google fora da China. O Google não comentou ontem a decisão chinesa. ● NYT, AP e AFP

Dólar tem 12ª queda seguida, e vai a R$ 5,77

EM QUEDA

Moeda americana acumula baixa de 6,6% no ano



FONTE: BROADCAST / INFOGRÁFICO ESTADÃO

Mesmo com o adiamento da conversa entre o presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, e o líder chinês, Xi Jinping, o dólar continuou ontem a perder força globalmente. Especulações de que possa haver a suspensão das tarifas de 10% impostas pelo governo americano a produtos chineses, a exemplo do que aconteceu na segunda-feira com o México e o Canadá, pesaram contra uma recuperação da moeda americana.

Assim, o dólar emendou ontem a 12.ª queda seguida em relação ao real – caiu 0,77% e fechou o dia cotado a R$ 5,77, abaixo de R$ 5,80 pela primeira vez desde 19 de novembro.

"O comportamento do dólar hoje (*ontem*) está sendo ditado mais pela questão global", diz o economista-chefe da corretora Monte Bravo, Luciano Costa. "Prevalece no mercado a impressão de que Trump usa a ameaça de tarifas como ferramenta para trazer os países para a mesa de negociação, e não como uma política comercial já definida. Isso reduz um pouco a percepção de risco neste primeiro momento."

Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY fechou em queda de 0,89%. E, entre as moedas emergentes, apenas o peso mexicano caiu ante o dólar. ● ANTONIO PEREZ

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Bradesco.

bradesco empresas e negócios

Bradesco reforça compromisso com empresas e oferece atendimento especializado

Banco da Pessoa Jurídica aposta em gerentes qualificados e soluções personalizadas para empresas de pequeno, médio e grande porte em todo o País

O atendimento personalizado para empresas se tornou um diferencial estratégico no setor bancário, especialmente em um cenário econômico desafiador. Ao reconhecer a importância de atender às necessidades financeiras de pequenas, médias e grandes corporações, o Bradesco desenvolveu um modelo exclusivo voltado para o público PJ (Pessoa Jurídica), com suporte completo e gerentes especializados.

Essa iniciativa surgiu em resposta às demandas observadas durante a pandemia de 2020, quando a necessidade de uma assistência mais focada se intensificou. Em 2023, o banco ampliou o serviço para todas as capitais do País e prevê encerrar 2025 com 150 agências. "O crescimento desse segmento tem superado nossas expectativas. Além de soluções financeiras completas, buscamos construir relacionamentos de longo prazo, com proximidade e confiança", afirma Carlos Leibowicz, diretor do Bradesco Empresas e Negócios.



"O crescimento desse segmento tem superado nossas expectativas. Além de soluções financeiras completas, buscamos construir relacionamentos de longo prazo, com proximidade e confiança"
Carlos Leibowicz, diretor do Bradesco Empresas e Negócios

Serviço personalizado

As Agências Bradesco Empresas e Negócios oferecem soluções em crédito, investimentos, seguros e consórcios, com foco em entender profundamente as necessidades de cada cliente. O grande diferencial é o acompanhamento individualizado e humanizado, em que cada empresa conta com um gerente especialista, preparado para propor as melhores estratégias financeiras.

Segundo Leibowicz, o suporte humanizado vai além de produtos financeiros: "O gerente atua ao lado do empresário, auxilia na escolha de soluções e no planejamento financeiro. Assim, otimiza o fluxo de caixa, investimentos e crédito", diz. "Isso reforça o papel do Bradesco como parceiro estratégico de empresas de todos os portes", completa.

Proximidade e tecnologia como aliados

Com esse compromisso, o Bradesco busca consolidar sua posição de referência no atendimento às empresas, ao oferecer uma combinação de proximidade, especialização e tecnologia. A atuação dos gerentes especialistas é complementada por uma estrutura digital robusta, sem perder o foco no relacionamento personalizado. "A ideia é unir o contato humano de excelência com a eficiência dos serviços digitais e, dessa forma, proporcionar a melhor experiência para o cliente PJ", finaliza o executivo.

Conteúdo patrocinado

Eufrázio

e|investidor
ESTADÃO

SEMANA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA 2025

De 03 a 07 de fevereiro

A jornada para a sua liberdade financeira começa com informação de qualidade.



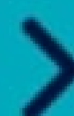
Reforçando seu compromisso com a democratização da educação financeira no Brasil, o E-Investidor apresenta, entre os dias 3 e 7 de fevereiro, um **evento gratuito** sobre temas que impactam o seu bolso **com a participação de grandes nomes do mercado.**







Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado para conferir a programação completa!





Eufrázio



Fábio Alves E-mail: fabio.alves@estadao.com; X:@colunafabioalve

A luta pelo Orçamento

Na volta do recesso parlamentar, a votação do Orçamento de 2025 é o foco de curto prazo do Congresso e também de uma disputa que vem se acirrando nos últimos anos: o controle pela redistribuição das receitas tributárias entre o Legislativo e o Executivo. A luta pelo Orçamento está na origem de diversos momentos decisivos na história do Brasil, e, se o passado servir de referência, a queda de braço para comandar o maior quinhão dos recursos só deve se acentuar nos próximos anos.

"A disputa pelo Orçamento é praticamente perene na nossa história e, mesmo quando não é tão visível, ela existe, como em períodos autoritários, a exemplo da era Vargas", diz o professor em história do Brasil na USP e autor do livro *Entre oligarquias: as origens da república brasileira* (1870-1920), Rodrigo Goyena. O Orçamento não foi só fonte de conflitos, mas também solução pacificadora para se evitar crises desestabilizadoras.

Ele cita o exemplo de Campos Salles, que chegou à Presidência em 1898 e que utilizou o Orçamento como um dos principais instrumentos para arbitrar as graves tensões políticas no País. "Nessa época de Campos Salles, o Orçamento foi usado para garantir a paz nacional, pois o período que antecedeu à presidência dele foi de praticamente guerra civil", explica Goyena. Campos Salles

> ***A queda de braço para comandar o maior quinhão dos recursos só deve se acentuar nos próximos anos***

usou a redistribuição dos recursos federais para atrair o apoio das oligarquias estaduais, na chamada "política dos governadores", mesmo que para chancelar uma política econômica com sotaque paulista, beneficiando os produtores de café.

O historiador lembra que, na década de 1830, o Orçamento também esteve no centro de graves conflitos nas províncias, muitos dos quais acenavam à secessão, como a Revolução Farroupilha. "Ainda naquela década, na disputa entre políticos liberais e regressistas (*conservadores*), o Orçamento já era usado para criar um clima de quanto pior, melhor", cita Goyena. Em 1836, o então regente padre Diogo Antônio Feijó – do partido liberal – tenta aprovar com celeridade o Orçamento daquele ano diante da urgência de recursos para sufocar rebeliões provinciais. Mas os conservadores fizeram várias manobras para brecar a aprovação do Orçamento, visando a isolar o regente e, assim, derrubá-lo.

No século 20, prosseguiram as mesmas tensões. E, desde a redemocratização, o Legislativo e o Executivo passaram a atores principais nesse embate. "Mas, em vez de ser inserido em um projeto nacional de longo prazo, o Orçamento virou palco de disputas comezinhas, como no caso das emendas", diz o professor da USP. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça ● TER. Denis Getschko (quinzenalmente) ● QUA. Fábio Alves ● QUI. Alvaro Gribel (quinzenalmente) ● SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) ● SÁB. Fabio Gallo ● DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

DESOCUPADO
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS
LEILÃO ONLINE
IMPERDÍVEL
ESTÁDIO DE FUTEBOL
DR. HORÁCIO ANTONIO DA COSTA
JD. GUANABARA, CAMPINAS/SP
COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 120X
LANCE INICIAL: R$ 25.731.262,42
ÁREA: 26.517,50M²
13/02/25
A PARTIR DAS 9H
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 182

Margem equatorial **Reação**

Marina afirma que licenças ambientais seguem lei

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou ontem que licenças e autorizações ambientais são emitidas quando estão de acordo com critérios definidos pela lei para cada atividade. Ainda segundo ela, são feitas de forma que o desenvolvimento socioeconômico seja compatível com um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A declaração, divulgada em rede social, ocorre um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter indicado ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que o governo deve destravar em breve estudos sobre exploração de petróleo na Margem Equatorial. Os dois conversaram na segunda-feira, no Palácio do Planalto.

Desde o início do governo, a ministra tem se posicionado contra esse projeto. ● SOFIA AGUIAR/BRASÍLIA

Eufrázio

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

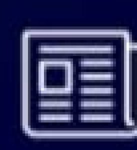
Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.


AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS


INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL


BUSCADOR INTELIGENTE


PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS


CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS


PORTAL ESTADÃO RI


ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AE AGÊNCIA ESTADO broadcast

BANCO CSF S.A. - CNPJ/ME nº 08.357.240/0001-50 - NIRE 35.300.334.710

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2024

Data, hora, local: 12.12.2024, 09hs., na sede, Av. Dra. Ruth de Cardoso, 4.777, 2º Andar - Condomínio Edifício Villa Lobos, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Stéphane Samuel Maquaire - Presidente; Rodrigo André Leias Carneiro - Secretário. **Deliberações aprovadas:** (i) aumentar o capital social, de R$ 1.742.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, para R$ 1.942.000.000,00, representando um aumento efetivo, portanto, de R$ 200.000.000,00, decorrente da incorporação de valores provenientes da Reserva Estatutária da Companhia e, portanto, sem a emissão de quaisquer novas ações; (ii) alterar o Artigo 5 do Estatuto Social: **Artigo 5.** O capital social é de R$ 1.942.000.000,00, dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. (iii) em virtude dos itens (i) e (ii) acima, consolidar o Estatuto Social, que passará a vigorar a partir da sua aprovação pelo Banco Central do Brasil com a nova redação consolidada ora aprovada, a qual é parte integrante desta ata como **Anexo I. Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 12.09.2024. Acionista: **BSF Holding S.A. - Felipe Carneiro Gonçalves Gomes** - Diretor Presidente. JUCESP nº 47.185/25-9 em 30.01.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Anexo I - **Estatuto Social. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1.** Banco CSF S.A. é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis (doravante designada simplesmente "Companhia"). **Artigo 2.** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dra Ruth de Cardoso, nº 4.777 - 2º Andar - Condomínio Edifício Villa Lobos, Jardim Universidade Pinheiros - CEP 05477-903, podendo estabelecer filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional, ou do exterior. **Artigo 3.** A Companhia tem por objeto (i) a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas de Investimento e de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, (ii) a administração, fornecimento e desenvolvimento de serviço de cartões de crédito e de outros meios de pagamento, bem como serviços a eles relativos e (iii) a participação em outras sociedades, como Sócia ou acionista, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5.** O capital social é de R$ 1.942.000.000,00, dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6.** Cada ação ordinária dará direito a 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 7.** As Assembleias Gerais Ordinárias serão realizadas uma vez por ano, nos termos estipulados por lei, e as Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser realizadas sempre que os interesses e benefícios da Companhia assim exigirem. Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias poderão ser convocadas e realizadas simultaneamente. **§ único.** Os Acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por um procurador nomeado em um período inferior a 1 ano, que deverá ser acionista, administrador e/ou advogado que atenda às exigências legais. **Artigo 8.** As Assembleias Gerais deverão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos por lei, pelos acionistas ou pelo Conselho Fiscal. A primeira convocação deverá ser feita com, no mínimo, com 8 dias de antecedência, e a segunda convocação deverá ser feita com, no mínimo, 5 dias de antecedência. **§ 1.** As Assembleias Gerais deverão ser instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 51% do capital social com direito de voto da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **§ 2.** As Assembleias Gerais deverão ser instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência ou incapacidade, deverão ser instaladas e presididas por outro Conselheiro, Diretor ou acionista designado, por escrito, pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral deverá convidar 1 Conselheiro para atuar como secretário de cada assembleia. **§ 3.** As Assembleias Gerais deverão deliberar apenas sobre as matérias listadas na ordem do dia constante da correspondente convocação, observadas as exceções previstas na Lei nº 6.404/76. **Artigo 9.** Exceto conforme de outro modo previsto neste Estatuto Social ou na legislação aplicável, as deliberações tomadas nas Assembleias Gerais exigirão o voto favorável dos acionistas representando a maioria das ações ordinárias da Companhia. **Capítulo IV - Da Administração. Artigo 10.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **§ 1.** Os cargos nesses órgãos deverão ser preenchidos por meio de um instrumento de posse redigido em livro apropriado e assinado pelo administrador que assumir o cargo. **§ 2.** Os administradores deverão permanecer em seus cargos até seus respectivos sucessores tomarem posse. **Artigo 11.** A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. A remuneração individual dos Conselheiros, Diretores e membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração será fixada pelo Conselho de Administração em sua própria reunião. **Seção II - Conselho de Administração. Artigo 12.** O Conselho de Administração será composto por 5 membros e seus respectivos suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral. **§ 1.** Os membros do Conselho de Administração terão prazo de mandato unificado de 1 ano e poderão ser destituídos a qualquer momento, sendo permitida reeleição. **§ 2.** Não obstante o acima exposto, se, em decorrência de morte, incapacidade, aposentadoria, renúncia voluntária, demissão ou por qualquer outro motivo, houver uma vaga no Conselho de Administração da Companhia, o respectivo suplente ou um novo membro será nomeado para compor o referido cargo, e o prazo de mandato do suplente ou do novo conselheiro eleito durará até o final do mandato de seu antecessor. **§ 3.** Os membros do Conselho de Administração poderão ser cidadãos brasileiros ou estrangeiros, todos eles escolhidos entre profissionais renomados e com capacidade técnica. **§ 4.** O Conselho de Administração deverá ter 1 Presidente, que deverá convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais, a menos que, no caso das Assembleias Gerais, outro Conselheiro, Diretor ou acionista seja designado pelo Presidente do Conselho de Administração, por escrito, para presidir a assembleia. **§ 5.** Na ausência temporária ou impedimento, por qualquer motivo, de qualquer membro do Conselho de Administração, seu respectivo suplente o/a substituirá. **§ 6.** No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração ou de seu suplente, uma Assembleia Geral deverá ser imediatamente convocada para eleger um novo membro/suplente. **§ 7.** O Conselho de Administração, a fim de melhor desempenhar seus deveres, poderá criar comitês internos ou grupos de trabalho com objetivos/finalidades definidos, sempre com a intenção de auxiliar nas atividades e deveres do Conselho de Administração e da Diretoria. Os referidos comitês serão compostos por pessoas designadas pelo Conselho de Administração dentre os administradores da Companhia e/ou outras pessoas direta ou indiretamente relacionadas à Companhia. **§ 8.** Os comitês internos serão em geral encarregados de (i) discutir e analisar a estratégia da Companhia em seu respectivo escopo de atividade e propor os termos, políticas e procedimentos relevantes na condução dos negócios da Companhia, na forma de atas por escrito, após as reuniões desses comitês; e (ii) apresentar todas as suas sugestões e propostas, na forma de atas por escrito, ao Conselho de Administração da Companhia ou ao Diretor Presidente da Companhia. **Artigo 13.** As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas (i) pelo Presidente do Conselho de Administração; ou (ii) por quaisquer 2 Conselheiros, no caso de o Presidente do Conselho de Administração deixar de convocar reunião solicitada por quaisquer 2 Conselheiros no prazo de 10 dias contados de tal solicitação. **§ 1.** O aviso de convocação de reuniões do Conselho de Administração deverá: (i) ser enviado aos seus membros por carta registrada, correio eletrônico ou fac-símile, mediante aviso com antecedência de 10 dias corridos; (ii) descrever o local, a data, o horário e a ordem do dia da reunião; e (iii) incluir todos os documentos de apoio para a reunião em questão. As reuniões do Conselho de Administração serão consideradas validamente convocadas e instaladas, independentemente da ausência de entrega do aviso acima mencionado, se todos os membros do Conselho de Administração estiverem presentes na referida reunião. **§ 2.** As reuniões serão realizadas na sede da Companhia, ou em qualquer outro local que possa ser acordado pela totalidade dos Conselheiros. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por videoconferência, contanto que todos os participantes possam ouvir uns aos outros e possuam cópias dos documentos a serem apresentados ou discutidos durante a reunião. Os Conselheiros que participarem por teleconferência ou videoconferência serão considerados devidamente presentes na reunião. **§ 3.** A presença de pelo menos 4 Conselheiros é necessária para que as reuniões do Conselho de Administração sejam validamente instaladas em primeira e segunda convocações, ficando estabelecido, porém, que, se a reunião do Conselho de Administração não for instalada em primeira e segunda convocações, será instalada em terceira convocação com a presença de pelo menos 3 membros do Conselho de Administração. **§ 4.** As decisões tomadas em reunião do Conselho de Administração deverão ser refletidas, por escrito, na ata a ser redigida no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, que deverá ser assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes à reunião. Qualquer membro da Diretoria da Companhia ou qualquer outra pessoa poderá acompanhar as reuniões do Conselho de Administração se expressamente convidada pelo Conselho de Administração, sendo referida presença sujeita ao consentimento unânime dos demais membros do Conselho de Administração, sendo certo que este consentimento não poderá ser negado em detrimento dos interesses da Companhia. **Artigo 14.** Além de outros deveres que lhe possam ser atribuídos por lei ou nos termos deste Estatuto, o Conselho de Administração terá o poder e autoridade para deliberar sobre as seguintes matérias, observando-se os quóruns qualificados especificados nos §s 1 e 2 abaixo: (i) convocar Assembleia Geral quando considerado conveniente ou de acordo com o Artigo 132 da Lei nº 6.404/76; (ii) supervisionar as atividades e deliberações tomadas pela Diretoria da Companhia; (iii) estabelecer as diretrizes concernentes à gestão dos negócios da Companhia, inclusive, entre outros, a confirmação dos princípios gerais de aprovação de crédito, gestão de risco, políticas financeira e fiscal, contábil, de auditoria, de recursos humanos, ouvidoria, marketing, tecnologia da informação e compliance, conforme possam ser propostos pelo Diretor Presidente da Companhia e/ou pelos comitês internos da Companhia; (iv) aprovar, supervisionar e controlar os processos relativos ao planejamento, operacionalização, manutenção e revisão da Política de Sucessão dos Administradores; (v) aprovar e rever o orçamento anual e o plano de negócios da Companhia; (vi) decidir sobre a concessão de quaisquer garantias pela Companhia envolvendo montante superior a R$ 500.000,00; (vii) decidir sobre as condições financeiras de quaisquer contratos ou de quaisquer aditivos a esses contratos celebrados entre a Companhia e seus acionistas ou qualquer de suas respectivas coligadas ou membros do Conselho de Administração/Diretoria; (viii) decidir sobre a alienação ou aquisição de quaisquer ativos da Companhia envolvendo, individualmente ou no agregado, montante superior a R$ 1.000.000,00, em um período de um ano; (ix) constituir comitês internos e estabelecer suas respectivas regras e poderes; (x) decidir sobre qualquer alteração na periodicidade das reuniões dos comitês internos da Companhia; (xi) decidir sobre a assinatura de quaisquer contratos pela Companhia com uma contraprestação anual em montante superior a R$ 5.000.000,00, que não tenham sido especificamente mencionados no orçamento anual da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração; (xii) autorizar a Diretoria da Companhia a abrir e encerrar filiais e estabelecimentos no Brasil e/ou no exterior; (xiii) eleger e destituir todos os membros da Diretoria da Companhia ou dos comitês internos; (xiv) eleger e destituir todos os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração da Companhia e aprovar os seus respectivos regimentos internos, conforme o caso; (xv) decidir sobre a distribuição da remuneração destinada pela Assembleia Geral aos membros do Conselho de Administração, estando autorizado a agregar remuneração mensal conforme aprovado pela Assembleia Geral distribuindo-a entre seus membros na proporção aprovada; (xvi) escolher e destituir os auditores independentes; (xvii) aprovar o plano de trabalho e salarial da Companhia; (xviii) decidir sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou para serem mantidas em tesouraria para posterior transferência; (xix) decidir sobre o desenvolvimento, implementação e lançamento de quaisquer novos produtos/serviços financeiros/securitários/ previdenciários da Companhia; (xx) manter coordenação permanente entre a Assembleia Geral e a Diretoria, bem como desempenhar quaisquer outros deveres que possam ser determinados pela Assembleia Geral; e (xxi) aprovar proposta de distribuição e declaração de dividendos anuais. **§ 1.** Exceto pelo previsto no § 2 abaixo, quaisquer deliberações em reuniões do Conselho de Administração exigirão a aprovação da maioria dos membros do Conselho de Administração. **§ 2.** As matérias listadas abaixo exigirão a aprovação de, no mínimo, 4 membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião devidamente convocada: (i) a aprovação do orçamento anual e do plano de negócios da Companhia; (ii) a concessão de quaisquer garantias pela Companhia envolvendo montante superior a R$ 500.000,00; (iii) a aprovação de condições financeiras de quaisquer contratos ou de quaisquer aditivos a esses contratos celebrados entre a Companhia e seus acionistas ou qualquer de suas respectivas coligadas ou membros do Conselho de Administração/Diretoria; (iv) a alienação ou aquisição de quaisquer ativos da Companhia envolvendo, individualmente ou no agregado, montante superior a R$ 1.000.000,00, em um período de um ano; (v) a aprovação de qualquer alteração na periodicidade das reuniões dos comitês internos da Companhia; e (vi) a assinatura de quaisquer contratos pela Companhia com uma contraprestação anual em montante superior a R$ 5.000.000,00, que não tenham sido especificamente mencionados no orçamento anual da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração. **§ 3.** Todos e quaisquer atos praticados por membros do Conselho de Administração ou procuradores que não estejam dentro do escopo do objeto social e dos negócios da Companhia, tais como fianças, cauções, endossos e outras garantias em favor de terceiros, estão expressamente proibidos e serão considerados nulos de pleno direito. **Seção III - Diretoria. Artigo 15.** A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer momento pelo Conselho de Administração, será composta de 7 membros, eleitos dentre profissionais de renome e com capacidade técnica, residentes e domiciliados no Brasil. Dos membros da Diretoria, um será designado Diretor Presidente, um será designado Diretor Financeiro, um será designado Diretor de Gerenciamento de Riscos, um será designado Diretor de Tecnologia da Informação & Operações, um será designado Diretor de Clientes, um será designado Diretor de Vendas, Atendimento & Parcerias e um será designado Diretor de Planejamento Estratégico. **§ 1.** Os Diretores serão eleitos para um mandato de 1 ano, sendo permitida reeleição. **§ 2.** Não obstante o acima exposto, se, em decorrência de morte, incapacidade, aposentadoria, renúncia voluntária, demissão ou por qualquer outro motivo, houver uma vaga na Diretoria da Companhia, um novo membro deverá ser eleito para ocupar esse cargo, e o prazo de mandato do novo Diretor eleito durará até o final do mandato de seu antecessor. **§ 3.** As decisões tomadas em reunião da Diretoria deverão ser refletidas, por escrito, na ata a ser redigida no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, que deverá ser assinada por todos os membros da Diretoria presentes na reunião. **Artigo 16.** A Companhia deverá ser representada da seguinte forma: (i) pelo Diretor Presidente, individualmente, exceto para a assinatura de contratos com as demais empresas do Grupo Carrefour, em que a representação dar-se-á em conjunto com um outro Diretor da Companhia; e (ii) na ausência do Diretor Presidente, pelo Diretor Financeiro em conjunto com um outro Diretor da Companhia. **§ único.** As procurações ad judicia outorgadas pela Companhia, bem como aquelas outorgando poderes gerais de representação perante terceiros, devem sempre ser assinadas pelo Diretor Presidente, individualmente. Todas as procurações deverão ter uma vigência não superior a 1 ano, exceto pelas procurações ad judicia que terão prazo indeterminado. **Artigo 17.** A Diretoria deverá se reunir e aprovar deliberações apenas com o comparecimento e a aprovação da maioria de seus membros. **Artigo 18.** A Diretoria terá as seguintes atribuições: (i) assegurar que a lei aplicável e o Estatuto Social da Companhia sejam observados e as decisões aprovadas pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração sejam devidamente cumpridas; (ii) propor ao Conselho de Administração da Companhia a declaração e distribuição de dividendos anuais; (iii) preparar, anualmente, o relatório da administração a respeito dos negócios da Companhia, bem como o balanço patrimonial e demonstrações financeiras, e fornecer ao Conselho de Administração as informações necessárias para este órgão de deliberação examinar tais documentos; (iv) manter coordenação permanente com o Conselho de Administração, reportando regularmente suas atividades, de acordo com os termos e condições estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, bem como realizar quaisquer outras atribuições que venham a ser estabelecidas ou delegadas pelo Conselho de Administração; (v) negociar/solucionar qualquer disputa envolvendo a Companhia e terceiros (salvo controvérsias ou litígios entre os acionistas da Companhia), desde que essa negociação/solução tenha sido previamente autorizada pelo Conselho de Administração; (vi) admitir e demitir empregados e formalizar designações para posições e cargos de confiança, conforme previamente aprovado pelo Conselho de Administração; (vii) preparar o plano de trabalho/carreira e salarial da Companhia com base nas políticas e procedimentos que sejam recomendados ou propostos pelo competente comitê interno da Companhia, salvo o plano de trabalho/carreira da Companhia aplicável à Diretoria da Companhia; (viii) implementar as diretrizes mutuamente acordadas pelos acionistas da Companhia no que diz respeito ao relacionamento com o Banco Central do Brasil; e (ix) desempenhar quaisquer outros deveres e responsabilidades impostos pelo Conselho de Administração. **§ Único.** O Diretor financeiro será responsável por implementar controles, atividades de auditoria e tesouraria, e o Diretor de Gerenciamento de Riscos será responsável por implantar as políticas de crédito e cobrança propostas pelo Comitê de Crédito e Risco e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia como parte do orçamento anual. **Artigo 19.** Todos e quaisquer atos praticados por Diretores ou procuradores que não estejam dentro do escopo do objeto social e dos negócios da Companhia, tais como fianças, cauções, endossos e outras garantias em favor de terceiros, estão expressamente proibidos e serão considerados nulos de pleno direito. **Seção IV - Comitê de Auditoria. Artigo 20.** A Companhia terá um Comitê de Auditoria composto por no mínimo 4 e no máximo 5 membros, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 5 anos, podendo ser destituídos a qualquer tempo, devendo, contudo, permanecer em seus respectivos cargos até a posse de seus substitutos. **§ 1.** Dentre os membros do Comitê de Auditoria, um será designado Presidente e outro será designado Especialista Financeiro, o qual deverá possuir comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria. Os demais membros do Comitê de Auditoria não terão designação específica. **§ 2.** Os integrantes do Comitê de Auditoria serão eleitos considerando a experiência adequada em relação aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia, bem como na experiência em atividades inerentes às atribuições do Comitê. **§ 3.** Os integrantes do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos de seus cargos, mediante decisão do Conselho de Administração, a fim de que seja garantida a finalidade do Comitê. **Artigo 21.** O Comitê de Auditoria terá, além das previstas em lei ou regulamento, as seguintes atribuições: (i) estabelecer as regras operacionais para o seu funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a sua substituição; (iii) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; (iv) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; (v) avaliar o cumprimento, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; (vi) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (vii) recomendar à Diretoria a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (viii) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com as auditorias independente e interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; (ix) reunir-se com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e com o Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e (x) elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Auditoria, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo mínimo de 5 anos. O resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações, será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais. **Seção V - Comitê de Remuneração. Artigo 22.** A Companhia terá um Comitê de Remuneração, composto por no mínimo 3 e no máximo 4 membros, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 ano, estendendo-se até a posse dos novos membros nomeados. **§ 1.** O Comitê de Remuneração reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. **§ 2.** O Comitê de Remuneração deverá ter, em sua composição (i) profissionais com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da Companhia, inclusive sobre as repercussões na gestão de riscos, e (ii) pelo menos um membro não administrador. **§ 3.** Os membros do Comitê de Remuneração poderão ser reeleitos ao cargo, sendo vedada, contudo, a permanência de membro no Comitê de Remuneração por prazo superior a 10 anos. Cumprido tal prazo, o membro somente poderá integrar novamente o Comitê de Remuneração após decorridos, no mínimo, 3 anos. **§ 4.** Os membros do Comitê de Remuneração poderão ser destituídos de seus cargos, mediante decisão do Conselho de Administração, a fim de que seja garantida a finalidade do Comitê. **Artigo 23.** O Comitê de Remuneração terá, além das previstas em lei ou regulamento, as seguintes atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores da Companhia, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da Companhia; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da Companhia, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Companhia em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Companhia e com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921/2010; (viii) reunir-se com o Conselho de Administração, por solicitação dos seus membros, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (ix) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de remuneração", nos termos da regulamentação em vigor, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo mínimo de 5 anos. **Seção VI - Comitê de Riscos. Artigo 24.** A Companhia terá um Comitê de Riscos, composto por no mínimo 4 e no máximo 5 membros, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo, podendo ser destituídos a qualquer tempo, devendo, contudo, permanecer em seus respectivos cargos até a posse de seus substitutos. **Artigo 25.** O Comitê de Riscos reunir-se-á trimestralmente e terá, além das previstas em lei ou regulamento, as seguintes atribuições: (i) propor, com periodicidade mínima anual, recomendações ao Conselho de Administração da Companhia, sobre os assuntos de que trata o art. 48, inciso II da Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional; (ii) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS (Declaração de Apetite por Risco) e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; (iii) supervisionar a atuação e desempenho do CRO (Diretor de Gerenciamento de Riscos); (iv) supervisionar a observância, pela Diretoria da Companhia, dos termos previstos na RAS (Declaração de Apetite por Risco); (v) avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas; (vi) manter registros de suas deliberações e decisões. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 26.** O Conselho Fiscal da Companhia será composto de 3 membros e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, reeleição sendo permitida, e funcionará tão somente nos exercícios fiscais em que for instalado a pedido dos acionistas, na forma da lei, quando se fixará sua remuneração, respeitado o limite mínimo legal. **§ único.** Nos casos de conflito de interesse, ausência ou vacância, os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos pelos suplentes por ordem de idade a começar pelo mais idoso. **Capítulo VI - Da Ouvidoria. Artigo 27.** A Companhia terá uma Ouvidoria, de caráter permanente, composta de um membro da Diretoria e um Ouvidor. **Artigo 28.** A Ouvidoria terá as seguintes atribuições: (i) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços da Companhia, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual; (ii) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; (iii) informar aos clientes sobre o tempo previsto para uma resposta final, observando o prazo previsto na legislação e regulamentação aplicáveis; (iv) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos clientes, dentro do prazo previsto na legislação e regulamentação aplicáveis; (v) propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e (vi) elaborar e encaminhar à auditoria interna da Companhia e à Diretoria relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as proposições de que trata o inciso (v) acima, dentro do prazo previsto na legislação e regulamentação aplicáveis. **Artigo 29.** O Ouvidor será nomeado pelo Diretor responsável pela Ouvidoria para um mandato de 12 meses, sendo permitida reeleição. Para sua nomeação, o Ouvidor deverá atender os seguintes requisitos: (i) não poderá ter outro cargo ou desempenhar outra atividade na Companhia; e (ii) deverá passar em um exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica para avaliar atividades/serviços de ouvidoria. **§ 1.** O Diretor responsável pela Ouvidoria poderá destituir o Ouvidor a qualquer tempo caso o mesmo descumpra quaisquer das atribuições previstas no Artigo 28, nomeando novo Ouvidor imediatamente mediante comunicação ao Banco Central do Brasil, pelos meios específicos. **§ 2.** Não obstante o acima exposto, o Diretor responsável pela Ouvidoria poderá substituir o Ouvidor a qualquer tempo, em caso de licença, afastamento temporário ou qualquer outro motivo que impeça o Ouvidor atual de exercer suas atividades, nomeando novo Ouvidor imediatamente mediante comunicação ao Banco Central do Brasil, pelos meios específicos. **Artigo 30.** A Companhia deverá: (i) criar e manter condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria; e (ii) assegurar o acesso da Ouvidoria a todas as informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, atendendo a quaisquer requisições de informações e documentos feitas pela Ouvidoria. **Capítulo VII - Das Demonstrações Financeiras, Lucros e sua Aplicação. Artigo 31.** O exercício fiscal, coincidente com o ano civil, encerra-se no dia 31 de dezembro. **Artigo 32.** Em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano serão elaboradas as Demonstrações Financeiras, observadas as disposições legais vigentes. **§ 1.** O lucro líquido apurado, após deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **§ 2.** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 10% do lucro líquido do exercício ajustado pelas importâncias destinadas à constituição das reservas legal e de incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. **§ 3.** Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira da Companhia, inclusive se a administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para a Companhia ou não atenda aos requisitos mínimos de Basileia. **§ 4.** O saldo remanescente do lucro líquido ajustado, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral Ordinária, por proposta do Conselho de Administração, observadas as disposições legais atinentes à matéria, podendo ser 100% destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando garantir meios financeiros para a operação da Companhia, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas eventuais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social integralizado. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapassar o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor. **§ 5.** O Conselho de Administração poderá, nos termos do Artigo 204 da Lei nº 6.404/76 e "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, autorizar o levantamento de balanços intercalares sempre no último dia útil de cada mês, e distribuir dividendos intermediários à conta de resultados desses balanços, sempre em consonância dos dispositivos legais vigentes. **§ 6.** O Conselho de Administração poderá determinar distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia, de forma proporcional e individualizada, sujeitas às limitações e em conformidade com o que vier a dispor a legislação aplicável, em substituição total ou parcial dos dividendos obrigatórios ou intermediários. Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, após a dedução do imposto de renda na fonte, serão computados para efeito da apuração do valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício. **Artigo 33.** Os dividendos não reclamados no prazo de 03 anos prescrevem a favor da Companhia. **Capítulo VIII - Da Dissolução e Liquidação. Artigo 34.** Promover-se-á a dissolução da Companhia nos casos previstos em lei e atendidas suas determinações, cabendo a Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, elegendo o liquidante e membros do Conselho Fiscal, que deve funcionar durante o período da liquidação. **Capítulo IX - Disposições Finais. Artigo 35.** A Companhia deverá observar o Acordo de Acionistas arquivado em sua sede. Quaisquer transferências de ações ou quaisquer votos emitidos em Assembleias Gerais ou em reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria que sejam contrários aos termos do referido Acordo de Acionistas não serão válidos ou registrados. Em caso de conflito entre as disposições deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, as disposições do referido Acordo de Acionistas prevalecerão. **Artigo 36.** Os casos não previstos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regidos pelas disposições da Lei nº 6.404/76."

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 20250205 - O Presidente **Alex Luiz Pereira**, no uso de suas atribuições, conforme artigo 25 do Estatuto Social, convoca os cooperados da Coopermiti- Cooperativa de Trabalho, Produção, Reciclagem e Gestão de Resíduos Sólidos, inscrita no CNPJ sob o nº 11.256.736/0001-80, para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que se fará realizar em sua sede social à Rua João Rudge, 366 - Casa Verde - CEP 02513-020 - nesta cidade de São Paulo, no dia 22 de fevereiro de 2025; em primeira convocação, às 7 horas, com 2/3 (dois terços) dos seus cooperados; em segunda convocação, às 8 horas, com metade mais um dos seus cooperados, ou, em terceira convocação, às 9 horas, com o mínimo de 20% (vinte por cento) do total de cooperados associados. Para efeito de quorum o número de cooperados aptos a votar é de 24. Serão deliberados os assuntos da Assembleia Geral Ordinária, para tratar da seguinte ordem do dia: Prestação de contas do exercício de 2024; Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade; Eleição para o Conselho Fiscal; Deliberação sobre o plano de trabalho, honorários e investimentos. São Paulo, 05 de fevereiro de 2025. Diretor Presidente: **Alex Luiz Pereira.**



FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM/ICESP 2799/2024

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8890/2024

REVOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento de contratos e compras do ICESP, situado na Avenida Dr. Arnaldo nº 251, Cerqueira Cesar, São Paulo – SP, comunica a **REVOGAÇÃO da ADJUDICAÇÃO** referente ao **PROCESSO DE COMPRA REGULAMENTO FFM 2799/2024**, para contratação de empresa especializada na prestação de **"SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E TRANSPORTE DO PET CT – GE (ICESP X POLO PACAEMBU)"**, junto a empresa **TBI TRANSPORTES E LOGÍSTICA INTELIGENTE LTDA – CNPJ: 39.694.681/0001-70** tendo em vista que houve mudança no escopo técnico.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS

Na qualidade de sócia quotista administradora da **GRESS CAVI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, CNPJ 31.631.787/0001-13, convoco todos os seus respectivos sócios para Reunião Geral Extraordinária de Sócios que se realizará na sede da sociedade à **Rua Clodomiro Amazonas nº 442, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04537-001, São Paulo, Capital, no dia 14.02.2025 as 9h30**, que instalar-se em primeira chamada, com a presença de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e, em segunda, as 10h, com qualquer número em cumprimento ao disposto na Cláusula 9ª e seu § 1º, da 3ª Alteração do Contrato Social Consolidado. A reunião versará acerca da (i) manifestação do sócio **Carlos da Silva Santos Araujo**, por meio de seu advogado Dr. Vitor Leite, em 29.01.2025, por Whatsapp, de se retirar da sociedade; (ii) deliberar sobre apuração de haveres do sócio retirante, valor, forma e prazo de pagamento, observando o disposto na Cláusula 16ª e seu parágrafo único e Cláusula 12ª e seu parágrafo único, da mesma alteração contratual. São Paulo, 05 de fevereiro de 2025. **Solange dos Santos Rocha Maciel – Sócia Administradora.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA DE APOIO A ALFABETIZAÇÃO.
Disputa: dia 18/02/2025 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.
Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras

RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE GESTÃO PARA GERENCIAMENTO, SOFTWARE DE ATENDIMENTO, SOFTWARE DE DESPACHO E SOFTWARE DE INTELIGÊNCIA PARA CENTRO DE OPERAÇÕES INTEGRADAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL (COI).
Disputa: dia 20/02/2025 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.
Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras

Prefeitura Municipal de Arujá, 04 de fevereiro de 2.025.

Eufrázio

NOTAS E INFORMAÇÕES

O duro recado do Banco Central



Copom mostra que não pode controlar sozinho a inflação. Precisa da colaboração do governo

Na ata da mais recente reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central (BC) enviou um recado taxativo ao governo que poderia ser resumido em uma frase: sozinho, o BC não terá como controlar a inflação. E deixou claro que o que mais tem dificultado sua tarefa são fatores internos, como o ritmo intenso de crescimento da demanda, em particular o consumo das famílias, estimulado por concessão de crédito, política fiscal expansionista e mercado de trabalho aquecido.

Enquanto o presidente Lula da Silva, em negociação com os bancos, busca fórmulas para incrementar ainda mais o crédito incentivando empréstimos consignados, o Copom adverte para os riscos de uma economia sobreaquecida e antecipa a possibilidade de descumprimento da meta de inflação em junho, "sob a nova sistemática do regime de metas". Como se sabe, está em vigor o sistema de avaliação contínua e, caso o alvo (com seus intervalos de tolerância) não seja alcançado por seis meses consecutivos, as razões precisam ser explicitadas, assim como as medidas e o prazo para recolocar a inflação na meta.

A ata do Copom – em tom bem mais duro do que o do comunicado divulgado logo após a reunião de janeiro que elevou em 1 ponto porcentual a taxa básica de juros, para 13,25% ao ano – acentuou o descompasso entre as políticas fiscal e monetária que seguem divergentes, quando deveriam ser "harmoniosas", com políticas "previsíveis, críveis e anticíclicas". Sem rodeios, o documento enfatizou que "o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária".

No trecho acima está um dos recados mais veementes passados pelo BC ao governo. Ou seja, sem uma política econômica que contribua para o controle inflacionário, por mais contracionista que seja, a política monetária será ineficaz para garantir o poder de compra do real. Ou a desinflação terá de ser feita a um custo muito alto para a atividade econômica.

Diante de mensagens tão fortes da primeira reunião comandada por Gabriel Galípolo como presidente do BC, soam impróprias as declarações de governistas que tentaram colocar integralmente na conta do antecessor, Roberto Campos Neto, a subida dos juros, incluindo o próprio Lula da Silva, que disse que seu escolhido não poderia "dar um cavalo de pau em um mar revolto de uma hora para outra".

O Copom não deu pistas sobre orientações futuras para os juros além das duas altas de 1 ponto porcentual indicadas na reunião de dezembro, uma em janeiro e outra em março, o que elevará a Selic para 14,25%. Para a reunião de maio houve apenas a citação de que o aperto monetário dependerá da evolução da dinâmica da inflação. Mas o vigor da ata de janeiro torna difícil a Galípolo uma eventual mudança de rota em direção à queda de juros pretendida por Lula. Resta saber se continuará a contar com a complacência do chefe. ●

Reforma tributária **Taxação de fundos**

Deputados articulam derrubada de veto de Lula

Deputados das frentes parlamentares que representam o setor empresarial na Câmara rejeitam a opção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para evitar a derrubada de veto presidencial que trata da tributação de fundos de investimentos imobiliários e Fiagros (Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais).

As frentes parlamentares do Agronegócio, do Empreendedorismo e do Comércio e Serviços mobilizam deputados para derrubar veto de Lula na reforma tributária que permite a tributação desses fundos com os novos impostos sobre consumo.

Ontem, Haddad disse que a Fazenda e a Advocacia-Geral da União avaliam propor um novo projeto de lei ou inserir modificação no texto que já tramita no Senado, com a segunda fase de regulamentação da reforma tributária, para resolver o impasse. ● MARIANA CARNEIRO/BRASÍLIA

ESTADÃO
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO
CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.
ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS
ACESSE E CONHEÇA
LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS
A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES
CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)
ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS
LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast
FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

ESTADÃO

QUER RESULTADOS?

PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.

ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES

CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA



ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Edital de licitação: Concorrência Eletrônica 001/SGAF/2025 Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços que componham uma solução de cidade inteligente (SCAAS - Smart City As A Service), contemplando serviços de conectividade, telecomunicações e imagens entre unidades da prefeitura de São José dos Campos (prédios, logradouros, pontos de videomonitoramento, controladores semafóricos, antenas wireless) por meio de uma rede corporativa municipal, a ser disponibilizada pela contratada. Abertura: 02/04/2025 às 09h00.

Informações: Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00. **Valéria Aparecida Mendes de Oliveira** - Diretora do Departamento de Recursos Materiais. Os editais completos podem ser retirados através do site: **www.sjc.sp.gov.br.**

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 1563/2024-01 "MATERIAIS MÉDICOS" **FFM 2053/2024-00** "COMPRESSA CIRURGICA 25X28CM" **FFM 2064/2024-00** "REFORMA DO LABORATÓRIO DO LIM 31" **FFM 0138/2025-00** "LEITOR DE MICROPLACAS DE ELISA"

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM

FFM 1392/2024-00 (RC 41 327) MS PROJETOS E CONSULTORIA LTDA-ME, 07.321.478/0001-62
FFM 1800/2024-01 (RC 42.231) ACCORD FARMACEUTICA LTDA, 64.171.697/0004-99
FFM 2022/2024-00 (RC 42 098) MODO – COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP HOSPITALARES LTDA-ME, 10.574.500/0001-90
FFM 2083/2024-00 (RC 42.172) BARCINO TREINAMENTO E GESTÃO LTDA-ME, 12.654.453/0001-10

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19 3818-4505 / 19 3891-4485

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2025

O Consórcio Intermunicipal de Saúde "8 de Abril", com endereço à Rua Dr. José Alves, 403, Centro, Mogi Mirim/SP, CEP 13.800-050, Telefone (19) 3891-4505 / 3891-4485, e-mail compras@cons8.gov.br, realizará o Pregão Eletrônico 01/2025 (Lei Federal 14.133/2021), com vistas ao registro de preços para eventual e futura aquisição de testes rápidos para dengue – Anticorpos IGG IGM e NS1 Combo, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Mogi Mirim/SP, conforme especificações constantes do termo de referência. O início do cadastro das propostas financeiras será às 9:00 horas do dia 05/02/2025. O término do cadastro das propostas financeiras será às 9:00 horas do dia 20/02/2025. A abertura das propostas financeiras será às 9:15 horas do dia 20/02/2025. O início da disputa de preços será às 9:30 horas do dia 20/02/2025 na plataforma eletrônica https://novobbmnet.com.br/. Todas as referências de tempo do edital, avisos e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF. O edital e anexos poderão ser baixados em www.cons8.gov.br. Mogi Mirim/SP, 04/02/2025.

RAFAELA FERNANDA SUTANI HASS

Secretária de Suprimentos

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19 3818-4505 / 19 3891-4485

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 02/2025

O Consórcio Intermunicipal de Saúde "8 de Abril", com endereço à Rua Dr. José Alves, 403, Centro, Mogi Mirim/SP, CEP 13.800-050, Telefone (19) 3891-4505 / 3891-4485, e-mail compras@cons8.gov.br, realizará o Pregão Eletrônico 02/2025 (Lei Federal 14.133/2021), com vistas a contratação de empresa especializada para prestação de serviços Manutenção Corretiva da troca total do motor da ambulância MB Sprinter 415 CDI, do ano de 2017/2018, emplacamento GCF- 2082 e denominação de BRAVO-01, com fornecimento de peças e mão de obra, nas quantidades e exigências, conforme especificações constantes do termo de referência. O início do cadastro das propostas financeiras será às 15:00 horas do dia 05/02/2025. O término do cadastro das propostas financeiras será às 15:00 horas do dia 20/02/2025. A abertura das propostas financeiras será às 15:15 horas do dia 20/02/2025. O início da disputa de preços será às 15:30 horas do dia 20/02/2025 na plataforma eletrônica https://novobbmnet.com.br/. Todas as referências de tempo do edital, avisos e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF. O edital e anexos poderão ser baixados em www.cons8.gov.br. Mogi Mirim/SP, 04/02/2025.

RAFAELA FERNANDA SUTANI HASS

Secretária de Suprimentos

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LIMEIRA/SP - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Pelo presente edital, convocamos todos os membros da categoria profissional dos trabalhadores (as) rurais na ativa e aposentados, sendo: assalariados (as) permanentes, safristas e eventuais, que exerçam suas atividades nos seguintes setores: agricultura, canavieiro, citricultura, cultura diversificada, criação de animais de pequeno e grande porte, corte de madeira, silvicultura, reflorestamento, extrativismo rural e resinagem, bem como os operadores e aplicadores de defensivos agrícolas, tratoristas, operadores de máquinas e administradores de propriedades rurais; e agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar em área de até 2 (dois) módulos rurais na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários; todos assim definidos nos termos do artigo 2º da Lei nº 5.889/73 combinado com o artigo 1º do Decreto Lei 1166/71 e Convenção 141 da OIT, dos municípios de **Limeira, Americana, Charqueada, Cordeirópolis e Iracemápolis**, todos municípios pertencentes ao estado de São Paulo, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 07 de março de 2.025, às 14h 30min (quatorze horas e trinta minutos), em primeira convocação ou às 15h00 (quinze horas), em segunda convocação, na Rua Barão de Cascalho, nº 119, Centro, CEP 13.480-770, município de Limeira/SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia Anterior; 2) Deliberar sobre extensão da base territorial do Sindicato para incorporar os municípios de **Americana, Charqueada, Cordeirópolis, Iracemápolis**, todos pertencentes ao estado de São Paulo; 3) Deliberar sobre a alteração da Denominação do Sindicato; 4) Leitura, discussão e aprovação da proposta de alteração do Estatuto Social do Sindicato e 5) Outros assuntos pertinentes a efetiva regularização das alterações propostas nos itens anteriores. As deliberações acima serão tomadas em conformidade com o previsto no Estatuto Social da entidade. Limeira/SP, 03 de fevereiro de 2.025.

Miguel Jorge Dias – Presidente.

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!

PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast

HOSPITAL UNIVERSITARIO DA USP
PREGÃO ELETRÔNICO ORDINÁRIO Nº: 90319/2024
PROCESSO SEI Nº 154.00000663/2024-88

ALTERAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA

O edital 90319/2024 teve o Termo de Referência alterado e a sessão de abertura agendada para 20/02/2025 às 09h00. Demais informações estarão disponíveis nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00550145142025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00008822/2024-89
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90321/2024

Objeto: Cadarço de algodão, creme dental e outros. Total de Itens Licitados: 09 itens licitados (nove itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 05/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-003731/2024. Entrega das Propostas: a partir de 05/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 18/02/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00550208262025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00008822/2024-89
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90335/2024

Objeto: Cadarço de algodão, creme dental e outros. Total de Itens Licitados: 09 itens licitados (nove itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 05/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-003732/2024. Entrega das Propostas: a partir de 05/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 18/02/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00550258242025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00009188/2024-00
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90337/2024

Objeto: Dialise peritoneal 2500 ml. Total de Itens Licitados: 01 itens licitados (01 itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 05/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-003730/2024. Entrega das Propostas: a partir de 05/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 18/02/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

Giglio S.A. Indústria e Comércio

CNPJ (MF) nº 59.105.635/0001-04

CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São Convocados os Senhores Acionistas da Giglio S/A Indústria e Comércio, a se Reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 18 de Fevereiro de 2025, com Primeira Convocação as 14:00 horas e Segunda Convocação as 15:00 hs, em sua Sede Social à Rua Tietê Nº 112, em São Bernardo do Campo – SP, a Fim de Deliberarem Exclusivamente sobre a Seguinte Ordem do Dia: - Reforma do Estatuto Social e Consolidação do Mesmo.

São Bernardo do Campo, 03 de Fevereiro de 2025.

Rodrigo Giglio Saes – Presidente do Conselho de Administração
Otavio Giglio Junior – Diretor Presidente

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE LORENA AVISO DE LICITAÇÃO

LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br ou no endereço: Serviço Técnico de Licitações e Materiais - Estrada Municipal do Campinho, 100 - Bairro Campinho - Lorena - SP - CEP 12602-810 - Fone: (0XX12) 3159-5047.

DADOS DO PREGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS	DISPUTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90001/2025-EEL UASG 102165 PROCESSO SEI Nº: 154.00000811/2025-31	AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO COM ENTREGA CONFORME DEMANDA DOS LABORATÓRIOS DE ENSINO E PESQUISA DA EEL	A partir das 09h00 do dia 05/02/2025	17/02/2025 às 09h00

PETROBRAS — MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DESCOMISSIONAMENTO DA PLATAFORMA P-26

A Petróleo Brasileiro S.A. torna público que, dando continuidade ao processo de descomissionamento, a plataforma semissubmersível P-26, partiu da locação no dia 05 de novembro de 2024 rumo ao Porto do Açu, para acostamento temporário onde aguarda finalização do processo de destinação. A unidade produzia no Campo de Marlin, na Bacia de Campos.

A operação seguiu conforme autorizações do Ibama, Marinha do Brasil e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

LUCIA HELENA LAUREANO BERNARDI
SMS/LMA/LIDESC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CORREIOS DE SÃO PAULO METROPOLITANA – ADCAP/SPM - TRIÊNIO 2025 / 2028

Edital de Convocação

O Presidente em exercício da ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CORREIOS DE SÃO PAULO METROPOLITANA – ADCAP/SPM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 28, do Estatuto vigente e obedecendo aos Artigos 45 a 54 – Das Eleições, convoca todos os associados, que estejam em dia com as suas obrigações sociais, para participarem da eleição que definirá a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da ADCAP/SPM. A junta eleitoral será designada pelo Presidente e coordenará todas as etapas do pleito.

O processo eleitoral terá o seguinte cronograma:

CRONOGRAMA DO PROCESSO ELEITORAL (JUNTA ELEITORAL)	
Data de posse dos eleitos da Junta Eleitoral	03/02/2025
Publicação de Edital do Processo Eleitoral	05/02/25 a 07/02/25
Divulgação do Regulamento Eleitoral	10/02/25
Registro das candidaturas (foto, mini currículo e plataforma)	11 a 24/02/25
Homologação e divulgação das candidaturas	05 a 28/02/25
Apresentação de recurso das candidaturas indeferidas	03 a 07/03/25
Avaliação e resposta aos recursos apresentados	10 a 14/03/25
Homologação e divulgação das candidaturas	14/03/25
Recebimento de pedidos de impugnação das candidaturas	16 a 19/03/25
Avaliação e resposta aos pedidos de impugnação	22/03/25
Homologação e divulgação final das candidaturas	22/03/25
Preparação e ajustes finais das plataformas de campanha das chapas e candidatos, no sistema informatizado	22/03/25 a 01/04/25
Campanha eleitoral	21/03/25 a 01/04/25
Envio das senhas de votação	21/03/25 a 05/04/25
Votação	01/04/25 a 05/04/2025
Apuração dos votos	05/04/25
Proclamação e divulgação do resultado da votação	05/04/25
Recebimento de pedidos de impugnação do resultado	06 a 13/04/25
Avaliação e resposta aos pedidos de impugnação	20/04/2025
Divulgação final do resultado da eleição	21/04/2025
Transição e posse da nova Diretoria	22/04/25 a 07/05/2025

As candidaturas para a DIRETORIA EXECUTIVA e para o CONSELHO FISCAL, deverão ser formalizadas, utilizando-se os modelos que serão disponibilizados pela junta eleitoral designada.

Os documentos relativos à apresentação das candidaturas, ou pedidos de impugnação, deverão ser encaminhados por via postal ou protocolados junto a JE, de forma a serem observados os prazos do cronograma acima informado, exclusivamente para a ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CORREIOS DE SÃO PAULO METROPOLITANA – ADCAP/SPM, inscrita no CNPJ sob nº 10.299.653/0001-77, com sede sito a Avenida Prestes Maia, nº 241, 22º andar, sala 2211/2213, bairro: Centro, CEP: 01031-902, na cidade de São Paulo/SP.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2025

ALMIR LUIZ LUCIANO

Presidente em Exercício



Utilize **inteligência artificial** em pesquisa de mercado com **profundidade** e **em larga escala.**

E-TALKS.AI é uma ferramenta inovadora que transforma questionários em conversas interativas.



Deixe a tecnologia simplificar para você!

Utilizando perguntas adaptativas e análise em tempo real, ela capta *insights* profundos de forma rápida e com precisão, unindo a profundidade das **pesquisas qualitativas** com a eficiência das **pesquisas quantitativas**.

Além de todo o apoio da IA para capturar as melhores respostas, você ainda pode **gerar relatórios com gráficos e *insights* em tempo real**, disponíveis em português, inglês, espanhol e mais 31 idiomas.



Escaneie o QR code e saiba mais!



HSR
Specialist Researchers

(11) 99559-1819
myspecialist@hsr.com.vc
hsr.specialistresearchers.com.br

Mobilidade aérea

Drone entrega implantes dentários em Salvador

Aeronave elétrica faz parte da logística; segundo empresa, operação deve chegar a outras capitais nos próximos meses



WILLIAN NOVAES

Drone com a caixa acoplada (parte inferior) transporta os implantes

ISABEL LIMA
SALVADOR, BA

Existe uma forma diferente de ligar a Cidade Alta à Cidade Baixa de Salvador, sem passar por ruas, avenidas ou pelo famoso Elevador Lacerda. Quando o assunto é transporte de objetos, a capital da Bahia também ocupa os céus. Isso porque, desde o final de janeiro, a Neodent, empresa líder em implantes dentários no Brasil, passou a entregar seus produtos com drones, projeto feito em parceria com a Speedbird, fornecedora das aeronaves e serviços de logística aérea.

A novidade tem como objetivo agilizar o atendimento dos mais de 2,5 mil clientes que a Neodent tem na cidade. Segundo o gerente de logística da companhia, Juliano Souza, a primeira entrega via drone é um marco tanto para a operação brasileira quanto para o grupo Straumann, do qual a Neodent faz parte e ocupa a posição de líder global de odontologia estética.

O primeiro voo com a encomenda saiu da base de operações da Speedbird no Jardim dos Namorados, na Cidade Alta, e foi entregue na Bahia Marina, na Baixa. Lá, um motoboy recolheu a caixa com o produto e a transportou até a clínica do cliente – um dentista com consultório no bairro da Graça. Com esta operação pioneira, o tempo de entrega caiu de 1h30 para 30 minutos.

"Após estudos com várias cidades, decidimos que seria vantajoso começar por Salvador, por já ter alguns pontos de pouso e decolagem liberados"
Juliano Souza
Gerente de logística da Neodent

GEOGRAFIA. Conforme o gerente de logística da Neodent, escolher Salvador para ser a primeira cidade a realizar transporte aéreo de implantes com drone tem a ver com a geografia e as próprias políticas da cidade (*veja abaixo*). Segundo normas da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), por ora, essas aeronaves não podem voar por cima de pessoas.

Por isso, os drones viajam sobre o mar, reduzindo uma distância, que, por terra, pode levar mais de 30 minutos, para um voo de apenas 12 minutos. "Após estudos com várias cidades, concluímos que seria vantajoso para nossa operação começar por Salvador, por já ter alguns pontos de pouso e decolagem liberados, em parceria com a Speedbird", diz Souza.

O gerente diz também que a implementação de iniciativas ligadas às políticas relacionadas à área ambiental, social e de governança da empresa nortearam o projeto. Os drones são aeronaves 100% elétricas, o que contribui para a redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE). Antes do uso de drones, o transporte era totalmente feito por motos que poluem a atmosfera – agora, só uma parte da logística é assim.

Ficha técnica

Aeronave Remotamente Pilotada (RPA) de classe 3 – até 25 kg

Peso: 12,5 kg
Baterias: cuatro; 7,5 kg no total
Capacidade de carga: 5 kg
Material: fibra de carbono
Motores: seis
Hélices: seis
Software: inteligência artificial com autonomia para tomar decisões de voo
Capacidade: suporta com segurança 30 nós de vento (56 km/h)
Altura máxima autorizada: 120 m, mas costuma voar a 40 m ou 50 m acima do solo
Caixa de transporte: 20 litros
Conexão: tecnologia 4G, com quatro operadoras de celular diferentes simultaneamente para garantir a conexão durante todo o voo com o sistema operacional

FONTE: SPEEDBIRD

COMO FUNCIONA. Quando o cliente faz um pedido de implantes para receber no mesmo dia, tem início o processo de logística da Neodent. Com o novo sistema, a mercadoria sai da sede da empresa na Cidade Alta de Salvador por meio de um motoboy. Depois, ele leva o produto até a base aérea da Speedbird, no Jardim dos Namorados, onde um operador coloca o produto em uma caixa e a acopla ao drone.

A seguir, é feita a medição dos ventos e os dados coletados são enviados para a Central de Operações, que pode ser em Franca (SP), onde fica a fábrica da Speedbird, ou em qualquer lugar do mundo em que um operador remoto tenha conexão.

Após o voo ser autorizado, o drone levanta 50 metros acima do solo e segue viagem sobre o mar. Em cerca de 15 minutos, ele pousa suavemente na Bahia Marina, onde outro operador está à espera da aeronave. A caixa é desacoplada do drone e outro motoboy a transporta ao destino final.

PILOTO REMOTO. Embora os drones sejam 100% automatizados e consigam tomar decisões por conta própria, há um piloto e um copiloto em locais diferentes comandando o voo. No caso do voo pioneiro de janeiro, o piloto estava em Aracaju, no Sergipe. Esse tipo de voo é possível, pois são chamados de *Beyond Vision of Site* (além da visão, em tradução direta). Isso significa que o piloto não está vendo a aeronave a olho nu, mas consegue monitorar seu deslocamento via satélite.

Embora o início dessas entregas sejam empolgantes para as empresas envolvidas e clientes, o processo demorou alguns anos para se concretizar. De acordo com Souza, as conversas com a Speedbird começaram em 2021. Após superadas as dificuldades iniciais de uma iniciativa como essa, entre elas algumas barreiras regulatórias, e depois de análises dos dados da operação, o projeto pode ser expandido para Belo Horizonte e Florianópolis. ●

A JORNALISTA VIAJOU A SALVADOR A CONVITE DA NEODENT

Cidade avança por política para uso comercial de drones

A capital baiana saiu na frente em relação a outras cidades brasileiras para regulamentar o uso comercial de drones. Atualmente, a Agência Nacional de Avião Civil (Anac) é responsável por emitir autorizações para uso do espaço aéreo. Entretanto, isso se restringe aos voos em si.

Para haver segurança jurídica, e ambiente que estimule o desenvolvimento de atividades comerciais, é necessário estabelecer normas e uma lei que seja sancionada nos âmbitos municipais e estaduais.

"Como é algo inovador, fizemos uma ampla discussão e depois o texto foi para a Procuradoria municipal", explica o secretário municipal de Inovação e Tecnologia de Salvador, Samuel Pereira Araújo.

Desde abril de 2024, está em discussão uma minuta de Política Municipal de Fomento ao Uso de Aeronaves Não Tripuladas de Salvador, cujo texto passou por crivo público e recebeu 12 sugestões de alteração.

Conforme Pereira, empresas, organizações civis e o próprio Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) opinaram. Essas sugestões fazem parte do novo texto.

"Agora, o próximo passo é submeter esse novo texto ao prefeito Bruno Reis (UB)", garante Pereira. "Depois, é baixar o decreto e trabalhar para poder implementar essa novidade em Salvador", conclui.

PLANO DIRETOR. De acordo com o secretário, a ideia de Salvador ter legislação própria para determinar o uso comercial de drones está prevista no Plano Diretor da cidade desde 2022. Existe a expectativa de incluir futuros investimentos na infraestrutura e pesquisa com as aeronaves nos orçamentos municipais dos próximos anos.

Parceria público-privadas
Secretaria acredita que as PPPs devem acelerar projetos que estimulem inovação e pesquisa

Além disso, a minuta da política prevê um comitê para gerir, monitorar e controlar um sistema que centraliza todas as informações sobre o uso comercial do espaço aéreo da capital baiana.

O secretário explica ainda que a prefeitura está construindo um espaço para servir como centro de operações. Ele também espera fazer parcerias público-privadas (as chamadas PPPs) para estimular a pesquisa e a inovação na cidade. Para isso, deve haver uma ampliação nos mecanismos de isenção fiscal voltados à inovação. ● I.L.



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: mobilidade.estadao.com.br

Eufrázio



André Ostermann

Estacionamentos e mobilidade urbana

Com prefeitos empossados há mais de um mês, as cidades têm a chance de avançar no desafio da mobilidade urbana. Uma gestão eficiente requer que se leve em conta não apenas o transporte público, mas também a necessidade de espaços de estacionamento regulamentados, essenciais para fluxo urbano organizado e seguro.

Para que cidades funcionem bem, a mobilidade urbana precisa ser uma prioridade. O planejamento de vias, rotas e áreas de estacionamento influencia diretamente a qualidade de vida, ao reduzir congestionamentos e melhorar a circulação de pessoas e mercadorias. Neste contexto, os estacionamentos regulamentados são fundamentais.

ORDENAMENTO VIÁRIO. Eles não apenas evitam o estacionamento irregular, que causa desordem nas vias e atrapalha o trânsito, como também oferecem locais adequados e seguros para veículos, incentivando a escolha pelo transporte privado quando necessário.

A relação entre estacionamento regulamentado e transporte público é outro ponto chave. Para que os deslocamentos sejam eficazes, o sistema precisa ser multimodal, integrando diferentes meios de transporte. Estabelecimentos bem localizados servem como pontos de transição, onde as pessoas podem deixar seus carros e utilizar ônibus, metrôs, bicicletas ou mesmo seguir a pé. Essa integração com outros modais reduz o tráfego em áreas centrais e melhora o fluxo urbano como um todo.

No entanto, pensar em mobilidade urbana hoje implica adotar práticas sustentáveis. Estacionamentos regulamentados podem e devem contribuir nesse sentido, oferecendo, por exemplo, pontos de recarga para veículos elétricos, além de áreas dedicadas ao estacionamento de bicicletas.

Serviços como pontos de recarga para carros elétricos ou locais de parada para bikes podem ser oferecidos por esses estabelecimentos

ADOBE STOCK



Estações de recarga para veículos elétricos tornam os estacionamentos mais atrativos e úteis

Cidades que adotam soluções ambientais inovadoras não apenas melhoram a qualidade de vida, mas também atraem novos investimentos e se tornam mais atrativas para turistas e novos residentes.

FUTURO DA MOBILIDADE. As novas administrações municipais têm diante de si a oportunidade de adotar uma visão abrangente sobre a mobilidade. Um planejamento de estacionamentos bem integrado ao tecido urbano pode colaborar para tornar o trânsito mais seguro e eficiente, com benefícios para toda a população. Para tanto, é fundamental que os novos prefeitos e líderes municipais dialoguem com a sociedade e os setores envolvidos, buscando alternativas modernas que atendam às necessidades locais.

Este é um momento crucial para nossas cidades. O futuro da mobilidade e da qualidade de vida nas cidades dependerá das decisões que serão tomadas agora. Que as novas lideranças tenham a visão de reconhecer a importância dos estacionamentos regulamentados como parte de uma mobilidade urbana eficiente, e trabalhem para construir cidades mais acessíveis, seguras e sustentáveis para todos. ●

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTACIONAMENTOS

ESTE TEXTO NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DO ESTADÃO.



NA WEB
Para saber o que pensam outros embaixadores da Mobilidade, acesse: mobilidade.estadao.com.br/embaixadores



A MAIOR PLATAFORMA DE CONTEÚDO SOBRE ELETROMOBILIDADE DO PAÍS

CANAL EXCLUSIVO REÚNE CONTEÚDO MULTIMÍDIA SOBRE OS RUMOS DA MOBILIDADE ELÉTRICA NO BRASIL E NO MUNDO, COM INICIATIVAS RELEVANTES, OPORTUNIDADES E DESAFIOS SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE.



ACESSE E ACOMPANHE



Realização: ESTADÃO 150 · Mobilidade ESTADÃO

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Patrocínio: TOYOTA